



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Vozes Femininas:
as mulheres publicistas nos jornais do norte brasileiro (1880 à 1892)

FERNANDA DANIELLA DE FRANÇA BEZERRIL

João Pessoa -PB

2013



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

FERNANDA DANIELLA DE FRANÇA BEZERRIL

Vozes Femininas:
as mulheres publicistas nos jornais do norte brasileiro (1880 à 1892)

Trabalho de dissertação, apresentado à Banca examinadora da Universidade Federal da Paraíba sob a orientação da Professor José Henrique Artigas de Godoy, do Programa de Pós-graduação em Sociologia, como exigência para obtenção do título de mestre em Sociologia.

João Pessoa –PB

B574v Bezerril, Fernanda Daniella de França.
Vozes femininas: as mulheres publicistas nos jornais do norte brasileiro (1880 a 1892) / Fernanda Daniella de França Bezerril.- João Pessoa, 2013.
100f.
Orientador: José Henrique Artigas de Godoy
Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA
1. Sociologia. 2. Mulheres. 3. Representação política.
4. Imprensa - Século XIX. 5. Província da Paraíba.

UFPB/BC

CDU: 316(043)

Vozes Femininas:
as mulheres publicistas nos jornais do norte brasileiro (1880 à 1892)

Fernanda Daniella de França Bezerril

Banca examinadora:

Orientador: José Henrique Artigas de Godoy
(Programa de Pós-Graduação em Sociologia)

Examinadora: Profa. Dra. Simone Magalhães Brito
(Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFPB)

Examinadora: Mauricéia Ananias
(Programa de Pós-Graduação em Educação – UFPB)

João Pessoa, 22 de Março de 2013.

Ao meu pai, Fernando A. de França Silva
À Maria das Dores S. Bezerril, minha mãe.
À Fabrícia França, minha amada irmã.
À Bruno C. Sabino Leite, companheiro para toda a vida.

Agradecimentos

As dívidas são sempre muitas, sendo assim, tenho muito a agradecer.

Primeiramente ao meu pai, Fernando França, homem de fibra, que sempre me passou toda a força que precisei, sendo imprescindível para minha caminhada.

À minha mãe, Maria das Dores Bezerril, mulher que peleja e insiste no que acredita, me ensinou a nunca desistir dos sonhos.

À Fabrícia França, minha irmã e companheira, pelo apoio e amizade.

À Bruno C. Sabino Leite, amor e companheiro da minha vida, a quem devo pelas críticas sinceras, nem sempre bem aceitas por mim.

À Vânia Moura, amiga de longa data, assim como as amigas e ex-companheiras de partido, Isabelle Gomes, Arilane Florentino, Nathalya Moreira, Karla Maria, Tânia Bernardelli, agradeço pela inspiração inicial desse trabalho.

Ao casal amigo que já faz parte da família, Marcela e Daniel Figueiredo, pelos momentos agradáveis e pelo compartilhar de experiências acadêmicas.

À Kelly Azevedo, amiga e pessoa sempre presente nessa trajetória de estudos, compartilhando interesses em comum, com quem sempre aprendi muito. Assim como, com David Simões e Fabio Almeida.

Aos colegas da turma de mestrado pelos debates em sala de aula e pelo prazer da aprendizagem.

Aos professores que tive a honra de ser aluna, e me proporcionaram o prazer de assistir suas aulas: Anderson Retondar, Simone Brito, Alícia Gonçalves, Jean Carlo de Carvalho, Marcela Zamboni Lucena e Loreley Garcia.

Ao meu orientador, José Artigas de Godoy, pela leitura e correção do meu trabalho.

À Socorro, Ivan e Adonay, pessoas queridas do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, que sempre estiveram dispostos em me auxiliar e agilizar meu acesso aos jornais do arquivo.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), pelo apoio e auxílio.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo financiamento imprescindível para o funcionamento desta pesquisa.

À Banca avaliadora, pela disposição de leitura e correção do trabalho.

Não sei se consegui agradecer a altura todo o apoio que recebi ao longo desses dois anos, sempre é possível que haja esquecimentos, e a esses peço perdão.

Ergo a fronte

Aparo o raio.

(Tobias Barreto)

RESUMO

Este trabalho debruça-se sobre questões que permearam os debates públicos no século XIX, envolvendo temas relacionados à constituição dos direitos e à luta em favor da cidadania e da igualdade. A abolição da escravidão e a perspectiva de uma inclusão cidadã referenciada na ideia de República inaugurou uma nova fase na construção social do país. Busca-se, a partir do estudo dos escritos femininos e dirigidos às mulheres, verificar um processo de mudança social no qual é proposta a construção de uma nova sociedade, mais igualitária no tangente às relações de gênero. A partir da segunda metade do século XIX, mesmo que timidamente, já é perceptível um movimento reivindicatório de uma ampliação dos direitos de participação política às mulheres. Este se amplifica nas últimas décadas do Império e nas primeiras da República. O período marca uma mudança rápida no sentido da superação das tradições patriarcais em favor de uma cada vez maior participação das mulheres no espaço público e no debate político e ideológico. Este processo foi bastante nítido e significativo nas províncias do Norte do país, como a da Paraíba. A pesquisa procura reconstituir, a partir do estudo do pensamento político, com base em fontes primárias, envolvendo principalmente coleções de jornais de época, a importância da atuação das mulheres nesse momento político e social de grandes transformações.

Palavras-chave: Representação Política, Mulheres, Imprensa, Século XIX, Província da Paraíba.

ABSTRACT

This work focuses on issues that have permeated public debates in the nineteenth century, involving issues related to the constitution of rights and struggle for citizenship and equality. The abolition of slavery and the prospect of a citizen inclusion referenced in the idea of the Republic inaugurated a new phase in the social construction of the country. Looking up, from the study of women's writings and directed for the women, check a process of social change in which it is proposed to build a new society, the more egalitarian in the tangent of gender relations. From the second half of the nineteenth century, even timidly, is already perceptible movement of claims of an expansion of the rights of political participation of women. This is amplified in the last decades of the Empire and beginning of the Republic. The period marks a rapid change in the direction of overcoming the patriarchal traditions in favor of an increasing participation of women in public debate political debate and ideological. This process was very clear and significant in the northern provinces of the country, as of Paraíba. The research aims reconstruct, from the study of political thought, based on primary sources, mainly involving collections of newspapers of epoch, the importance of the role of women in this time of great political and social transformations.

Keywords: Political Representation, Women, Press, Nineteenth Century, Province of Paraíba.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO: QUAL PENSAMENTO NOS GUIA?	11
1.1 O que é o pensamento político?	17
1.2 “Existe um pensamento político brasileiro?”	22
1.3. Que linhagem seguir?	26
1.4 Como pensar o pensamento?	28
2. OS JORNAIS PARAHYBANOS: UM LUGAR DE EXPRESSÃO	34
2.1. A imprensa possui uma “missão”	40
2.2 As notícias circulavam.	44
2.3 A presença francesa.	48
2.4 A luta pela abolição.	52
2.5. A participação das mulheres parahybanas.	55
3. AS MULHERES E A IMPRENSA: O GERMINAR DAS IDEIAS REPUBLICANAS.	67
3.1 As mulheres na imprensa.	67
3.2 Ilustres publicistas.	70
3.3 O lugar da escrita.	81
3.4 Ensaando uma emancipação	82
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS	96

1. INTRODUÇÃO: QUAL PENSAMENTO NOS GUIA?

*“A língua não me despacha o que no juízo me vem”*¹

Este trabalho é fruto da continuidade do interesse em pesquisar o pensamento social brasileiro, que se iniciou em um grupo de estudos organizado nos primeiros anos da graduação, onde pude ter contato com autores como: Hobbes, Locke e Rousseau. Além desse grupo de estudos, havia um outro, no qual estudávamos pensamento político brasileiro. A intenção do grupo era orientar as várias pesquisas individuais acerca da representação política, vinculando-as ao projeto único preocupado com a representação e a igualdade política. Interessados em acompanhar os debates próprios ao pensamento político brasileiro. Nos debruçávamos sobre o século XIX, entendendo-o como um momento importante para a formação do Estado brasileiro e de seus pensadores. Aqui, dou prosseguimento a estes estudos, buscando conciliar as duas perspectivas dos grupos: a do pensamento político e a da questão da representação, desenvolvendo essa pesquisa a partir dos jornais do Oitocentos publicados na província da Paraíba.

Já venho estudando teoria política e pensamento político brasileiro desde os primeiros anos da graduação, passando pelo estudo de autores como Maria Sylvia de Carvalho Franco, Gildo Marçal Brandão, Antônio Candido, Roberto Schwarz, Raymundo Faoro, entre outros, preocupados com o processo de formação do Estado nacional.

Assim se fez meu interesse na pesquisa sobre pensamento social no Brasil. Sendo esta uma área de fronteira, me vi mergulhada em pesquisas históricas, assim como filosóficas. Procurei abordar o pensamento, refletindo sobre algumas problemáticas verificadas no XIX e que persistem ainda hoje, assim como aquelas relacionadas à ideia de indivíduo cidadão e de representação.

O estudo do pensamento político no século XIX é propício para refletir acerca da formação do Estado brasileiro, tendo como parâmetro as propostas e os debates ocorridos nas Províncias do Norte relacionados às ideias de ampliação da cidadania para as mulheres. Para isso, utilizei jornais da Paraíba como fontes para localizar essas manifestações em favor de direitos e igualdade. Fiz a escolha por trabalhar com jornais porque são textos que expressam um espaço público e de tensão onde se processavam os embates e onde se expunham os

¹ Manuel Neném, cantador de viola do sertão das Alagoas, citado por Gildo Marçal Brandão em *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro*.

problemas enfrentados pelas mulheres em sua busca por uma inclusão na política brasileira. O período que trabalho recorre ao fim do Império e início da República, corresponde aos anos de 1883, com o jornal *Emancipador*, e vai até às últimas publicações da *Verdade* em 1892, ambos jornais abolicionistas, e por isso apresentando ideias consideradas revolucionárias para época, entre essas ideias havia espaço para a participação feminina nas publicações desses jornais.

Assim, partindo de pistas que encontrei durante a construção do meu trabalho monográfico, ao final da graduação, busco, agora, desenvolver uma pesquisa mais ampla, não restrita a jornais de caráter literário ou abolicionista. Mesmo percebendo a maior incidência da participação feminina nos jornais abolicionistas, este trabalho procurou ampliar as fontes desenvolvendo uma pesquisa que, inicialmente, envolvia todos os jornais disponíveis no Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP) compreendidos entre o período de 1850 a 1892. No entanto, durante o processo de pesquisa, em função dos materiais coletados, buscou-se dar uma maior atenção àqueles periódicos que apresentavam uma participação feminina mais intensa, por isso as fontes mais utilizadas passaram a se referir ao período final da década de 1880.

Assim, neste trabalho modeliei minha proposta de pesquisa com a intenção de entender o processo de configuração do debate sobre os direitos da mulher enquanto indivíduo-cidadão e os impasses que acompanharam este debate na afirmação de um corpo político nacional. Debruço-me sobre um momento político específico, que compreende os anos de 1880 a 1892, em que ganha atenção as tentativas de afirmação do papel mulher no processo de sua configuração como indivíduo de plenos poderes, autônomo e, por isso, capaz de exercer seus direitos de cidadania.

Sigo o caminho apontado por Louis Dumont. Para o antropólogo, a sociedade moderna é essencialmente individualista, quer dizer, sua ideologia está ancorada no princípio do indivíduo tornado sujeito autônomo e independente, “valor supremo” e fundamento primeiro do elo político (DUMONT, 1985).

Dumont aponta as dificuldades que atravessaram essa história, cuja gênese deve ser buscada no cristianismo e cujos desdobramentos dele se afastaram: trata-se da passagem de um “indivíduo-fora-do-mundo”, próprio às comunidades tradicionais, ao “indivíduo-no-mundo”, figura chave da moderna sociedade ocidental. Para esta última, o elo se tece a partir da igualdade como princípio-ideologia de universalização dos direitos. Essa história não foi, porém, linear, implicando, muitas vezes, a negação dos direitos individuais a certas categorias

sociais: mesmo os tolerantes Levellers², no caso inglês, defensores do censo eleitoral já no século XVII, recusaram o direito de voto “aos servidores públicos, aos assalariados e aos mendigos”, afirma Dumont, visto que “essas pessoas não tinham, de fato, liberdade para exercer seu direito, mas dependiam de alguém a quem não podiam desagradar.” (DUMONT, 1985, p. 96)

O caso da mulher expressa uma dificuldade de outro tipo: embora, no plano empírico, a mulher possa ser vista no interior da família como a figura dominante do espaço doméstico, do ponto de vista propriamente político, simbólico e ideológico, ela se insere numa hierarquia de tipo bidimensional (o lar e a rua), como diz Dumont, que a faz subordinada, *politicamente*, ao homem.³ Além disso, “a sociedade moderna pretende separar-se da natureza para instaurar uma ordem humana autônoma”. Ora, a mulher, na longa tradição ocidental, desde Aristóteles, pertence a uma espécie de ordenação cósmica que a faz *parte* imbricada da esfera da natureza, impedindo, portanto, sua incorporação à ordem racional do mundo moderno e retardando, assim, sua inclusão no princípio individualista e igualitário da soberania. Aristóteles advogava que o direito à participação na *polis*, na esfera pública, só seria devido àqueles indivíduos autônomos, os *pater famílias*, as mulheres, por sua vez, seriam incapazes do exercício pleno da razão e, portanto, deveriam submeter-se à esfera privada, da despoteia, da hierarquia, do arbítrio do patriarca.

Diante desse quadro teórico apresentado, defini meu problema: como entender a incorporação à ordem política dessa categoria – a mulher – cujo espaço de existência se inscreve no limiar do privado e do público? Como se apresentava este debate no Brasil do final do século XIX, quais argumentos eram usados, seja para incluí-la à ordem capacitária, seja para excluí-la?

Houve vários debates acerca do tipo de representação que deveria ser “dada” à mulher, configurando tendências diversas. Uma delas, emancipacionista, defendia uma representação direta, a exemplo das propostas de Stuart Mill, envolvendo reivindicações de igualdade política e o voto direto. Outra tendência seguia a opinião do ilustre romancista e político José de Alencar, que já vislumbrava as mulheres como pessoas dotadas de direito de representação, porém um direito de representação que estava resguardado no voto do pai, do *pater famílias*,

² Os *Levellers* (ou Niveladores) compõem uma corrente de pensadores radicais ingleses do século XVII, que entenderam ampliar a reivindicação igualitária da religião à política.

³ A subordinação da mulher ao homem não obedece a um critério social qualquer e pouco tem a ver com alguma espécie de “opressão” do mais forte. Do interior dessa hierarquia bidimensional a que se refere Dumont, o homem é visto como encarnação de Adão, ser indiferenciado e protótipo da espécie humana. Eva, sua metade, é *parte* extraída de Adão. Dessa perspectiva intelectual, só pode, portanto, existir como parte integrante de uma totalidade (Adão) e não como sujeito autônomo. (DUMONT, 1985, p. 260).

não cabendo, portanto, estendê-lo às mulheres. Ainda assim, a posição conservadora de Alencar, próxima à de Mill, no sentido que garantia representação às mulheres, não anulava o princípio do direito político: se certas moléstias, a idade ou o sexo, afirmava, são motivos de impedimento ao exercício *direto* do voto, isso não significava que não fossem os indivíduos, por estes motivos privados do voto não fossem representados de forma indireta. Nestes casos sua representação adviria da participação na ordem do sufrágio por meio do representante civil da família. Assim, a mulher, o menor e o alienado não estariam ausentes da ordem capacitária pois, sendo consumidores, contratantes, herdeiros, contribuintes do Estado, constituiriam-se também legitimamente como indivíduos-cidadãos. Cidadãos capacitados, mas considerados politicamente ineptos a participarem diretamente da ordem política, eles se veriam representados por meio do voto do pai de família, o agregador dos chamados votos passivos (SIMÕES, 2007, pp. 44-46). O argumento é de tal forma articulado que José de Alencar afirma que não haveria um só “ente racional unido por título de origem ou de adoção a qualquer Estado que não participe de uma fração correspondente de soberania” (ALENCAR, 2005, p.69). A perspectiva implica uma nítida exclusão, mas isso não impede que tenhamos, aqui, uma concepção individualista e liberal do direito político.⁴

Tendo em vista que, entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do XX os requisitos discriminatórios de participação na vida política (ocupacional, religioso, etário, de estado civil e sexual) foram sendo sucessivamente abolidos ou tornados menos restritivos, minha proposta pretende apresentar e compreender os argumentos que moveram a luta pela incorporação da mulher na ordem capacitária e pela conquista do princípio de igualdade política e de direito ao sufrágio que se apresentaram nos jornais paraibanos do final do século XIX.

Pretendo acompanhar o debate intelectual proposto pelas publicistas que sustentaram o direito ao voto feminino e seus impasses teóricos, a exemplo da forma como exposta na teoria política da representação de John Stuart Mill em *O governo representativo* (STUART MILL, 1983). A representação, segundo Mill, promoveria o exercício das faculdades individuais e romperia com a idéia de “poder absoluto”. O autor combate a “passividade”, que deixaria toda a nação privada de escolhas. Nesse elogio à representação, Mill retomará sua idéia mestra: “cada um é o único guardião seguro de seus próprios direitos e interesses” (STUART MILL, 1983, p. 40). A sociedade promoverá seu autogoverno, impedindo que a autoridade

⁴ Tomo o conceito de individualismo tal qual definido por Louis Dumont: um princípio de ordenação do social a partir do indivíduo, “ser moral independente, autônomo e, por conseguinte, essencialmente não-social, portador dos nossos valores supremos, e que se encontram em primeiro lugar em nossa ideologia moderna do homem e da sociedade” (DUMONT, 1985, p. 37).

desencadeie algum tipo de tirania ou despotismo. Assim, como o indivíduo será menos passivo na defesa de seus próprios interesses, impedirá que a sociedade se transforme em tirana de sua vontade. Por isso, alerta o pensador inglês, o governo de tipo representativo – o “bom governo” segundo o autor – exige, como garantia de seu bom funcionamento, “inteligência e virtude dos seres humanos que compõem a comunidade”. Só assim os cidadãos são capazes de escolher seus representantes pensando no bem público. Seguindo o argumento, os direitos políticos garantem, tanto aos homens quanto às mulheres, um instrumento “para que não sejam mal governados”, mas também os meios do autogoverno. A própria sociedade se veria mais protegida, com a extensão do sufrágio ao maior número, contra os abusos dos governantes e também contra a “tirania da maioria”, como pensava, aliás, Tocqueville.

Esse trabalho busca desvendar os argumentos contrários e favoráveis à participação política feminina na esfera pública e suas implicações nos debates sobre a formação do Estado nacional e do arcabouço dos direitos.

Pretendo refletir sobre os discursos que acompanharam as reivindicações por expansão dos direitos, buscando contribuir para o conhecimento sobre a história política das mulheres da segunda metade do século XIX, principalmente no Norte do país, na área que chamamos hoje de Nordeste. Fato pouco lembrado, o movimento em favor do direito de voto para as mulheres foi intenso nesta região desde o final do século XIX, reunindo lideranças que vieram a compor uma vanguarda do movimento feminino no país, que interferiu de tal forma no debate político regional e nacional, que levou ao primeiro sufrágio feminino do país e ao lançamento da primeira candidata à deputação nacional.

Pretendo esboçar alguns elementos, históricos e intelectuais, que permitam acompanhar o processo de formação da mulher-cidadã, membro ativo e autônomo da soberania do corpo político. Um longo processo que, no caso brasileiro, pode ser percebido pelas várias opiniões manifestas nos jornais daquela época, compondo um quadro sobre o qual pretendo me dispor a partir da extensão do direito ao voto às mulheres, envolvendo o período que se estende até 1892, quando as bases institucionais do novo regime, republicano, já haviam se consolidado, após a entrada em vigor dos novos instrumentos de atribuição de direitos previstos na Carta de 1891.

Por fim, pretendo apresentar esta nova situação social em que as mulheres passam a ser figuras atuantes, em face da articulação de um novo processo de contrato social⁵. Este

⁵ Aqui faço referência à crítica que Pateman faz à ideia de contrato original, que excluiu as mulheres do campo da política, criando o campo da liberdade e da dominação, pois para a autora “o sentido da liberdade civil não

momento, de organização primária de interesses e mobilização teórica e prática, na defesa dos seus direitos, acompanhando um processo de afirmação da mulher como membro político da sociedade. Para tanto, farei uso de autores como Tobias Barreto, de quem Maria Augusta Meira de Vasconcelos, uma das mais destacadas defensoras dos direitos às mulheres, foi discípula. Ampararei-me também em alguns escritos do período, como os de Nísia Floresta, Josephina Álvares de Azevedo e José de Alencar.

A pesquisa se ampara no estudo de jornais do século XIX que apresentaram as reivindicações femininas em favor de direitos políticos. Os periódicos apresentavam os termos do debate público acerca do papel das mulheres, indicando posições favoráveis e também contrárias à ampliação da participação feminina nas esferas de poder político, envolvendo discursos contraditórios dos partidários liberais e conservadores, que davam a tônica das discussões no Parlamento e na imprensa. Serão analisadas, a partir das fontes primárias, os periódicos publicados na Paraíba e algumas referências às publicações pernambucanas na segunda metade do século XIX tendo como marco temporal final o ano de 1892. Durante muito tempo as pesquisas históricas e no campo do pensamento político se focaram nas reivindicações das mulheres da Corte, deixando uma importante lacuna acerca dos processos de mudança e das lutas femininas nesta região do Norte do Império, que, décadas mais tarde, seria classificada como Nordeste.

Pretendo aprofundar os estudos a partir dos argumentos liberais que fundaram a concepção individualista e igualitária do direito político, destacando a defesa da extensão às mulheres do direito ao voto, insufladas pelos movimentos sufragistas em todo o país. É fato, que à igualdade do direito político muitas vezes opôs-se uma perspectiva crítica do caráter individualista das propostas liberais. Por isso é preciso entender os argumentos dessa crítica e da conseqüente exclusão da mulher do espaço político, para, assim, melhor entender a configuração desse debate no país.

Os jornais, utilizados, que circulavam na província da Paraíba oitocentista, estão disponíveis no IHGP. Também foram pesquisados aqueles disponíveis no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR). Os jornais são: O Emancipador de 1883, O Diário da Parahyba, 1885; o *Arauto Parahybano*, de 1888; o *Areense*, de 1888; a *Gazeta da Parahyba*, de 1888; o *Jornal da Parahyba*, de 1863; O *Conservador*, de 1875; O *Despertador*, de 1866; O *Popular*, de 1884; O *Sorriso*, de 1887 e a *Verdade*, de 1888.

A pesquisa nos jornais abrangeu até o início da República, momento em que o decreto de número seis do governo provisório, publicado em 19 de novembro de 1889, apresentava que: “Consideram-se eleitores, para as câmaras gerais, provinciais e municipais, todos os cidadãos brasileiros, no gozo dos seus direitos civis e políticos, que souberem ler e escrever” (FERREIRA, 2001, p. 289). Antes da publicação do decreto algumas mulheres já vinham pleiteando o direito de voto, apesar disso, a nova regra do sufrágio não as incorporou de forma explícita no novo sistema eleitoral. Esse é um momento em que a reivindicação feminina se fez mais intensa, no entanto, para melhor contextualizar os termos do debate será preciso retroceder no tempo, de forma a explicitar o processo em curso.

Minha proposta, portanto, é trabalhar com uma documentação conhecida e acessível, porém, pouco explorada na perspectiva que apresento. O que tentarei verificar é quanto a história da extensão do direito à voz e ao voto instalou também no horizonte brasileiro o princípio do indivíduo como valor e como sujeito de direitos.

A retomada da história política e intelectual do movimento de incorporação da mulher à ordem capacitária pode ser exemplar: permitirá entender alguns dos paradoxos do problema da representação política.

Inicio apresentando um breve percurso dos trabalhos sobre pensamento social brasileiro, filiando-me a este tipo de reflexão que está preocupada com o pensamento feito na e para a ação, forjado na *práxis*. Para isso apresento brevemente os aspectos metodológicos que dão amparo aos estudos sobre o pensamento social e político brasileiro, retomando temas como o por quê e como “pensar o pensamento”. Assim, o primeiro capítulo desta dissertação busca entender como a ação feminina desencadeará uma forma de pensar politicamente o papel da mulher em face das mudanças sociais e políticas que se processam na mudança do Império para a República, período em que são forjados os termos das discussões que levaram, nos anos 1930, à institucionalização do direito de voto às mulheres.

1.1 O que é o pensamento político?

Sendo esta uma investigação sobre como se processavam os debates em torno das primeiras manifestações em favor da participação feminina na esfera pública a partir da segunda metade do século XIX, foi preciso, com vistas à contextualização, retomar o caminho traçado, como afirma Gildo Marçal Brandão, por aqueles que vieram antes, buscando

encontrar continuidades e discontinuidades, verificadas no campo discursivo e nas práticas políticas. As ideias professadas pela propaganda em favor da igualdade às mulheres não surgiram no vácuo, ao contrário, estiveram enraizadas em teorias e argumentos que desde a primeira metade do século XIX passaram a constar no debate intelectual e ganhariam espaço, tempos depois, no campo político e institucional.

Segundo FAORO (2007), o pensamento político não seria expressão de uma ideologia, ou uma filosofia ou ciência política, apesar de poder se expressar como elas. Para o autor, o pensamento é da natureza de um saber informulado, que não se propõe a cuidar da transmissão, mas da ação, da *práxis* que se desenvolve no *logos*. O pensamento tem por função direcionar a conduta humana, que apesar de mensurável pelo critério de verdade, cuida da validade das proposições. Para Faoro, o *logos* político não é o prefácio da atividade política, mas o seu pós-escrito, como experiência, o “pensamento político está dentro da experiência política, incorporado à ação, fixando-se em muitas abreviaturas, em corpos teóricos, em instituições e leis” (FAORO, 2007, p.38).

Assim:

O pensamento político de cada um não se afirma na forma intelectual, mas na atividade real implícita na ação, ainda que, à margem desta, se afirme outra ideia. A eventual contradição entre a regra e a conduta rompe-se privilegiando a conduta: nela está o pensamento político real, embora a contradição intelectual nada tenha a ver com a má-fé. A verdadeira ação, a da sociedade e de cada um, contém-se na política (FAORO, 2007, p.39).

O pensamento político se faz na ação, na atividade, no campo do ser, mas que ainda não é.

Jerome Kohn, na introdução à compilação dos textos de Hannah Arendt, intitulada *A Promessa da Política*, demonstra como, para a autora, entender a ação política é uma das mais importantes experiências, que ela define como um “vir a público em palavras e atos na companhia de seus pares, iniciar algo novo cujo resultado não pode ser conhecido de antemão, fundar uma esfera pública (*res-publica* ou república)” (KOHN, 2010, p.8), compreendendo ações que não poderiam ser levadas a cabo no isolamento, mas pelos indivíduos em sua pluralidade. Arendt, segundo Kohn, entende, inicialmente, a ação em oposição ao pensamento, sendo este último realizado por pensadores em suas atividades solitárias apartadas do mundo, em uma compreensão típica da filosofia.

Uma das coisas mais difíceis que ela [Arendt] logrou compreender era que os grandes pensadores para os quais ela se voltava reiteradamente em busca de inspiração, de Platão e Aristóteles a Nietzsche e Heidegger, nunca haviam percebido que a promessa da liberdade humana, sincera ou ardilosamente apresentada como o fim último da política, é realizada pelos seres humanos plurais quando e somente quando eles agem politicamente (KOHN, 2010, p.22).

Torna-se crucial para Arendt que compartilhemos experiências vicárias, como forma de “reconciliarmo-nos com a presença do passado no mundo e impedir que nos alienemos da realidade histórica”, isso fica explícito quando em uma de suas aulas ela pede a seus alunos que esqueçam todas as teorias, o que não implicava que eles devessem parar de pensar, pois como ela disse: “pensamento e teoria não são a mesma coisa” (ARENDT, 2010, pp. 24-25). Ao desenvolver essa compreensão, ela foi uma das que mais insistiu na ideia de igualdade entre pensamento e ação em Sócrates, para este, “a ação não é comandada de fora: a lei da não contradição (...), governa o seu pensamento e, como “má consciência”, também as suas ações” (ARENDT, 2010, p. 28).

O julgamento e a condenação de Sócrates foram considerados como o momento histórico em que se abriu um hiato entre a filosofia e a política. Para Sócrates, o homem deveria buscar a sua não-contradição consigo mesmo, dessa forma, ele conclui que “a virtude pode ser ensinada ou (...), a consciência de que ser o homem ao mesmo tempo pensante e atuante – ou seja, alguém cujos pensamentos invariável e inevitavelmente acompanham os próprios atos – é o que melhora os homens e os cidadãos” (ARENDT, 2010, p.66).

Nos dias atuais, o pensamento não tradicional seria aquele que ganharia significado somente enquanto durasse a ação, qual Sócrates se diferenciava dos demais pensadores de linhagens vincadas no pensamento tradicional filosófico. Assim como Marx, não contestava a filosofia, mas a sua propaganda impraticabilidade, assim como a resignação dos filósofos. Ele retirou da filosofia da história de Hegel a consequência que:

a ação, ou *práxis*, contrariamente a toda tradição, estava tão distante de ser o oposto do pensamento, que era o autêntico e verdadeiro veículo do pensamento, e que a política, longe de estar infinitamente abaixo da dignidade da filosofia, era a única atividade intrinsecamente filosófica (ARENDT, 2010, p. 143).

O pensamento socrático pode ser entendido como um embrião do que veio a ser o pensamento político hoje. Existiram razões para a tradição filosófica ter perdido de vista o homem como agente social. Segundo Arendt, as duas definições prevalecentes do homem: o de um ser racional; e do *homo faber*, partem de uma definição do homem como um ser singular e esquece-se de seu caráter plural, que já estaria indicado no *Gênese*⁶, quando este não afirma que Deus criou o homem, “mas macho e fêmea Ele os criou”, dessa forma, constituindo a esfera política, em que nenhum ser humano existiria no singular, além de dar “à ação e ao discurso sua importância especificamente política como as únicas atividades que são não apenas afetadas pelo fato da pluralidade, como todas as atividades humanas, mas completamente inimagináveis fora dela”(ARENDT, 2010, pp.108-109). Não existindo o ser humano como tal, mas homens e mulheres, que em sua distinção seriam iguais.

Em uma linhagem de pensamento político, vê-se também, o historiador britânico John Pocock, que vê a historiografia como uma espécie de pensamento político, entendendo a “reconstrução do discurso político produzido pelos atores históricos, direta ou indiretamente engajados na ação política de seu tempo” (POCOCK, 2003, p.9). Assim, ocasionando certa confusão entre as disciplinas de teoria política e de história do pensamento político que acabam não se distinguindo tão facilmente, deixando ao autor a inevitável admissão de que há uma paridade entre contexto e ação, usando os termos do autor, entre *langue* e *parole*. Dessa forma, cada contexto lingüístico reflete um contexto político, social ou histórico. Para Pocock, as linguagens públicas podem ser objetivadas como parte de uma situação prática, um exemplo é o de Hobbes ou Locke, que podem ser lidos tanto como filósofos quanto panfletistas, levando a um historiador do discurso, assim como um estudante de pensamento político, a “ver a filosofia e a ação mais como coexistentes do que como coisas separáveis” (POCOCK, 2003, p. 39)

Pocock tem uma preocupação constante com a linguagem, partindo do entendimento que o conceito de uma linguagem política é como uma história do pensamento político, convencionado a tratar por história do discurso. Porém, ele afirma que está mais interessado em ver a atuação dos atores da história.

Os atores de nossa história estavam, é claro, pensando – e com frequência arduamente. Muitos deles pertenciam a *intelligentsias* especialmente treinadas para pensar de maneiras diversificadas. Mas para poder dar a eles

⁶ A autora faz referência ao primeiro livro da Bíblia.

ou a seu pensamento uma história, precisamos apresentar uma atividade ou uma continuidade de ação, constituída por coisas sendo feitas e coisas acontecendo, por ações e performances, bem como as condições sob as quais essas ações e performances foram representadas e realizadas (POCOCK, 2003, p.64).

Segundo este autor, a vantagem de se estudar dessa forma reside no fato de que a linguagem permite “mapear o campo do discurso e estudar a ação e a transformação se efetuando nele” (POCOCK, 2003, p.80). A desvantagem é que limita o campo de trabalho ao discurso registrado, fazendo dos autores dessa história, em geral, publicistas. Refletir sobre as formas de recepção dos textos e discursos e o contexto em que estão inseridos, fazem parte desse estudo, aguçando a consciência dos estudiosos “com relação aos espaços, campos e estruturas de comunicação no interior dos quais as linguagens políticas foram criadas e difundidas” (POCOCK, 2003, p. 81).

Esta análise e compreensão dos atores políticos e históricos apresentada por Pocock traz interrogações importantes quando observo minhas fontes de pesquisa. Pretendo entender a importância do texto não apenas em seu conteúdo, mas inserindo-o em um contexto particular, que condiciona os termos dos debates e as possíveis recepções.

Outro historiador do político, Pierre Rosanvallon, definirá a preocupação metodológica dos trabalhos inclinados para uma compreensão política, não como uma “instância” ou um “domínio” da realidade, mas como “o lugar onde se articulam o social e a sua representação, a matriz simbólica onde a experiência coletiva se enraíza e se reflete ao mesmo tempo” (ROSANVALLON, 1995, p.12). O objetivo do que ele vai chamar de história conceitual do político será a compreensão da formação e da evolução das racionalidades políticas, busca entender como uma determinada época, um país, ou grupos sociais conduziram suas ações para encarar seu futuro a partir do sistema de representações que comandaram. Assim, o autor trabalha com a história política, com a esfera do político entendida como o lugar de articulação do social e da representação, além da história conceitual, que a partir dos conceitos, como igualdade, democracia, etc., se amarram e se comprovam “a inteligibilidade das situações e o princípio de sua ativação” (ROSANVALLON, 1995, p. 16).

O autor afirma que a história conceitual do político não deve se limitar à análise e ao comentário das grandes obras, assim como não poderia se contentar em “entender a questão das relações liberalismo/ democracia durante a revolução francesa como supondo que ela

consiste em um tipo de debate de cúpula entre Rousseau e Montesquieu” (ROSANVALLON, 1995, p. 17). É preciso, segundo o autor, tomar emprestado da história das mentalidades a busca pelo conjunto de elementos que compõe todo o quadro. Além das grandes obras teóricas, deve se investigar as obras literárias, a imprensa e os movimentos de opinião, “os panfletos e os discursos de circunstâncias, os emblemas e os signos” (ROSANVALLON, 1995, p.17). Daqui podemos concluir que o método adotado pelo autor é tão interativo quanto compreensivo, pois

consiste em analisar a forma como a cultura política, as instituições e os fatos interagem uns com os outros, compondo figuras mais ou menos estáveis: a análise dos hábitos, das separações, dos recobrimentos, das convergências, dos vazios que acompanham esta interação e assinalando tanto seus equívocos ou ambigüidades como as formas de realização. Compreensivo pois se esforça por compreender uma questão re-situando-a em suas condições efetivas de emergência (ROSANVALLON, 1995, p.17).

Essa abordagem compreensiva, tal como em Max Weber, e seguida por Rosanvallon, dará suporte para este trabalho, que busca reconstruir a forma como os atores elaboraram sua compreensão das situações, buscando as recusas e as atrações que os atores pensaram de e para as suas ações.

A meta é buscar, a partir de uma abordagem histórica, uma chave de leitura do presente, fazendo com que a “compreensão do passado e a interrogação do presente particip[e]m da mesma empreitada intelectual” (ROSANVALLON, 1995, p.19).

1.2 “Existe um pensamento político brasileiro?”

Acompanhando este debate metodológico a partir de estudos mais recentes, da década de 1980 a 90 no Brasil, teremos uma reflexão sobre pensamento que ultrapassa a questão: o que é o pensar? Questionando também por que pensar?

Em debate entre Gildo Marçal Brandão, Luíz Werneck Vianna e Boaventura de Sousa Santos, ambos defendem um dever do pensamento em proposições de caráter ético, que dizem respeito ao imperativo de como este se manifesta (LESSA, 2001, p.46).

Seguindo os passos daqueles que estudaram e estudam o pensamento, concordo com Wanderley Guilherme dos Santos quando, preocupando-se não só com ideias políticas mas, principalmente, “com a ação política, enquanto ideias traduzidas em comportamentos, e com ideias políticas como guias estratégicos para a ação política” (SANTO, 1978, p. 67). Dessa forma, este trabalho não pretende ser uma “preciosidade arqueológica”, não podendo estar sua exposição dissociada do debate contemporâneo, que também o compõe (BRANDÃO, 2007, p.32).

Pretendo desenvolver um debate envolvendo as problemáticas do Oitocentos, assim não poderia me furtar de discutir a polêmica da existência, ou não, de um pensamento político brasileiro nesta circunstância. Em *Existe um pensamento político brasileiro?* Faoro se propõe a discutir a questão, a partir da reflexão sobre a existência de um quadro cultural autônomo. Para confirmar a existência desse quadro, faz-se-ia necessária uma realidade social capaz de gerá-lo ou de moldar-se a ele.

Essa reflexão, sobre a existência de um pensamento brasileiro é importante, principalmente, diante “de uma farta bibliografia, da imitação, da cópia, da importação de paradigmas e modelos culturais” (FAORO, 2007, p.29), que indicava a inexistência desse quadro autônomo. Exemplo desse tipo de entendimento, da imitação, da cópia, pode ser visto no prefácio desta obra de Faoro (FAORO, 2007), escrito por Comparato, no qual apresenta a ideia de um país a partir de uma parábola partida de um personagem de Flaubert:

procuramos fugir da realidade canhestra e atrasada em que estamos metidos, e que nos envergonha, de modo a sublimar da imaginação, para o país todo e para cada um de nós em particular, uma identidade e condições ideais de vida que fingimos possuir, mas que nos são de fato completamente estranhas (COMPARATO, 2007, p. 8).

Para Comparato o Brasil não possuía um quadro cultural autônomo, não havendo possibilidade, portanto, de gestação de um pensamento político próprio, pois: “no afã de imitarmos os países tidos modelares, voltamos as costas ao passado, que se nos afigura em geral vulgar e sem brilho, e não hesitamos em procurar colher os frutos antes de plantar as árvores” (COMPARATO, 2007, p.8).

Não seria essa mesma, a leitura de Comparato, a que vira as costas ao passado e busca a realização de um encaixe entre a realidade brasileira e os modelos estrangeiros? O entendimento acerca do “liberalismo”, da “democracia” e do “capitalismo” são aceitos por

Comparato como conceitos de “fácil” aplicação e transferência, o que, de fato, não se faz na prática. Polissêmicos, estes conceitos permitem que os contextos interfiram nas acepções de seus termos, por isso, mesmo quando assimilados, não expressariam as mesmas concepções e entendimentos, não seriam apenas a reprodução ahistórica daquilo convencionado por outras sociedades e conjunturas. Não estaria ele ignorando a importância da análise histórica, na tarefa de demonstrar “a não coincidência dos processos reais com os conceitos-limites que sobre eles se projetam”? (LAMONIER, 1985, p.346) Não estaria Comparato, desprezando a definição e a peculiaridade historiográfica, na qual se faz credor do passado e não o inverso?

Faoro afirma que como herança do “reino cadaveroso” (FAORO, 2007, p.29), o nosso século das “Luzes” teria sido predominantemente beato, escolástico e inquisitorial. Porém, afirma que houve vozes esclarecidas, que puderam ser vistas em alguns momentos da fase pombalina, “favorecendo atitudes mentais evoluídas, que incrementariam o desejo de saber, a adoção de novos pontos de vista na literatura e na ciência, certa reação contra a tirania intelectual do clero e, finalmente, o nativismo” (MELLO; SOUZA, 1981, p.69. *apud*, FAORO, 2007, p.75). Assim, apesar das dificuldades de acesso aos livros proibidos, isso não significava que eles não circulassem desde o período Colonial, como demonstram fartamente os inventários das devassas, especialmente daquela ocorrida em Minas Gerais após a Inconfidência. Os livros apreendidos comprovam o acesso à literatura política iluminista e liberal, até então proibida. É possível perceber pela leitura dos jornais paraibanos da segunda metade do século XIX a intensa circulação de textos políticos, anunciados para venda e troca, indicando uma significativa circulação dessas leituras entre a elite letrada. Estes fatos nos deixam pistas a pensar, como em Ginsburg n’*O queijo e o Vermes*, que a circulação dessas leituras podem ter sido mais intensas do que registrado, sugerindo haver um intenso debate de ideias.

Apesar de alguns problemas estruturais enfrentados pelo país, isto não o impedira de desenvolver uma escola das elites no Brasil, já em 1760 quando o bispo Azeredo Coutinho fundou o Seminário de Olinda, logo “considerado o melhor colégio de instrução secundária no Brasil” (OLIVEIRA LIMA, 1975, p.216, *Apud*, FAORO, 2007, p. 77). A elite coimbrã que dirigiu a política do I Reinado, diretamente influenciada pelas ideias pombalinas e iluministas de D. Rodrigo de Souza Coutinho, já indicava a necessidade de constituírem-se, no novo reino independente, instituições nativas de formação intelectual e preparação para o exercício da administração do Estado, como serão as primeiras escolas de Direito, fundadas em 1828.

Esse processo de manifestações de ideias trata de um momento de construção nacional que, segundo Faoro, apresenta correntes ideológicas em disputa, uma avançada e outra

reacionária, concorrendo de forma mais acentuada no momento da Independência e da Assembléia Constituinte de 1823. Teríamos um elemento nacional na composição da corrente emancipacionista, liberal e/ou republicana, que vai se manifestar com variável intensidade em momentos como: 1789 (Inconfidência Mineira), 1794 (na repressão do Rio de Janeiro), 1798 (Revolução dos Alfaiates da Bahia), ressurgindo em “1817, 1824, em 1831, nas insurreições regenciais, em 1842 e eventualmente da Praieira, em 1848”, apresentando nesses momentos projetos nacionais não hegemônicos.

Isso nos faz refletir se havia uma completa inexistência de um quadro político autônomo. Ao que parece, Faoro afirmara a existência desse quadro, apesar de não ser hegemônico. Também negava a ideia da cópia, afirmando que a explicação de um contágio ideológico como pressuposto para entender o Brasil seria pobre e insuficiente, devendo-se entender as leituras importadas como “seletivamente adotadas e rejeitadas, não para a definição, mas para um esboço de pensamento” (FAORO, 2007, p.85).

O fato, entretanto, como prova o desenvolvimento do século XIX, é que o rumo do elemento nacional; embora transacionado, permaneceu vivo, apesar de não dominante. Ele atua na prática, no cerne do pensamento político, com a irrealizada superação. (...) A conjectura de um veio inesgotado permanece, portanto, atual e inexplicado, truncado o desenvolvimento de um pensamento político nacional, dinamicamente autônomo e capaz de levar a um estágio pós-liberal (FAORO, 2007, pp. 85-86).

Dito isto, pode-se entender que para Faoro existe um pensamento político brasileiro, sim! Que é autônomo e importante para entender a configuração do país. Apesar de não ser dominante, nem homogêneo, se faz presente em todos os momentos de crise, utilizando-se de leituras importadas, mas que serviram como esboço para pensar um projeto nacional.

Um pensamento político brasileiro que tinha por base um liberalismo filiado à corrente emancipacionista dependia de um país que ainda não existia plenamente, foi um “pensamento que não conseguiu se realizar; casando-se a prática”, o que fez dessa uma corrente banida, mas não inexistente, pois ela se manifestava nos momentos de crise.

O liberalismo no Brasil teve uma base social definida. Embora não compacta, diferenciou-se do desenvolvimento ocorrido na Europa. Este liberalismo não se conciliou aos “excessos anárquicos” das “turbas” e dos “perigosos instintos de nossa sociedade”, como diria

Teófilo Otoni, conviveu “com o escravismo, o que não desajusta de seu arcabouço teórico, de acordo com seu padrão mais persistente, o de Locke”. Mas que não logrou organizar o Estado, este não é o liberalismo que a historiografia leva em conta (FAORO, 2007, pp. 101-102).

O liberalismo que se leva em conta não é o de Cipriano Barata ou de Frei Caneca, mas o de Silvério Pinheiro Ferreira (1769 – 1846) e o de José Bonifácio de Andrada (1763-1838), que teriam sacrificado os valores liberais em favor do Estado reformado, transformando liberalismo em constitucionalismo. Isto teria resultado na ideia de uma “anomalia” do liberalismo no Brasil, envolvendo a “convivência com a escravidão”, tendo “a nota tônica do sistema constitucional colocada no Estado, e não no indivíduo, em seus direitos e garantias” (COSTA, 1977, p. 28, *apud*, FAORO, 2007, p.109). Uma situação típica desse Estado hercúleo, que passa por cima dos sentimentos individuais e da coletividade para exercer sua força, pode ser visto em nota acusatória de um jornal do século XIX, na Paraíba, que chama a atenção para como a Coroa sobrepôs-se àqueles que pediam clemência ao Frei Divino (Caneca), em 1824, para que não houvesse seu fuzilamento, sentimento exposto e reivindicado por todos que assistiam seu suplício, segundo o jornal *A Gazeta da Parahyba*. O evento foi ignorado pela Coroa. Esta nota em jornal chama atenção, também, para o fato de que esse Estado poderoso, não passava sem críticas, ileso.

De onde não se pode concluir que não houvesse liberalismo no Brasil, ou um pensamento político sem liberalismo, mas que havia um pensamento político vitorioso, reacionário e constitucionalista, que lutou para afastar da vida nacional a corrente, antes em disputa, de um liberalismo mais emancipacionista. O que não implicava na inexistência de um liberalismo no Brasil, este seria uma promessa, ainda não cumprida, mas permanente. As ideias, portanto, estariam em seu lugar.⁷ (SCHWARZ, e RICUPERO)

1.3. Que linhagem seguir?

E mais do que saber se existe um pensamento político brasileiro, a questão que persiste é que tipo de “interpretação” se tem dado a esse pensamento.

Schwarz em seu texto, *As idéias fora do lugar* faz críticas às impropriedades brasileiras, diferente do que argumentara Faoro em *Existe um pensamento político brasileiro?*, insiste que a presença do escravismo no Brasil seria um sinal claro da

⁷ Aqui me refiro ao “as ideias fora do lugar”, de Roberto Schwartz; e ao artigo de Ricupero “o lugar das ideias”.

impossibilidade de formação de um arcabouço de idéias liberais. Havíamos conquistado a independência em nome de ideais franceses, ingleses e americanos, variadamente liberais, que iriam se chocar com a escravidão e seus defensores.

O autor seguia afirmando que no Brasil as ideias estavam deslocadas da realidade social e “para bem lhe reter o timbre ideológico é preciso considerar que o nosso discurso impróprio era oco também quando usado propriamente” (SCHWARZ, 2005, pp.70-71). Em seguida, o autor traça uma trajetória de como as idéias “viajaram” da Europa e foram mal assentadas no Brasil, onde utilizávamos das nossas macaqueações para nos passarmos por Europa. O autor aponta como exemplo, quando paredes de terras eram erguidas por escravos e nelas pregavam-se decorativos europeus, “de forma a criar a ilusão de um ambiente novo” (SCHWARZ, 2005, p. 73). Esta observação do autor implica pensar se a Europa também não tinha as suas macaqueações, quando reproduz etiquetas, modas ou pensamentos, que estavam presentes e melhor consolidados em outros locais (ELIAS, 2011).

O argumento de Schwarz é que “[a]o longo de sua reprodução social, incansavelmente o Brasil põe e repõe idéias européias, sempre em sentido impróprio” (SCHWARZ, 2005, p. 80). Tentamos fazer com as ideias o que fazemos com as artes. Porém, “as idéias liberais não se podiam praticar, sendo ao mesmo tempo indescartáveis” (SCHWARZ, 2005, p.77).

Maria Sylvia de Carvalho Franco, em contrapartida às posições de Schwarz, rechaça o argumento da imigração das idéias:

procurei mostrar como o ideário liberal burguês em um de seus pilares – a igualdade formal – não “entra” no Brasil, seja lá como for, mas aparece no processo de constituição das relações de mercado, às quais é inerente. O conceito de igualdade emergiu no processo de dominação sócio-econômico vinculado ao conceito e ao direito de propriedade e por essa muito forte razão cumpre aqui, como lá fora, sua função prática de encobrir e inverter as coisas. Enfim, a “miséria brasileira” não deve ser procurada no empobrecimento de uma cultura importada e que aqui teria perdido os vínculos com a realidade, mas no modo mesmo como a produção teórica se encontra internamente ajustada à estrutura social e política do país (FRANCO, 1976, p. 63).

A citação demonstra o posicionamento da autora diante da afirmação de que as ideias emergem dos processos sócio-econômicos, que atribuem significados particulares aos conceitos. O pensamento brasileiro seria fruto de uma produção teórica internamente ajustada

à nossa estrutura social e política. Assim, as ideias estariam em seu devido lugar. Não haveria um centro irradiador de ideias, as quais viajariam incólumes até as periferias, onde elas mal se acomodariam. A interpretação que indica haver uma cópia e não uma reformulação das ideias recebidas perde de vista os processos reais de construção ideológica.

As teorias dualistas (países dependentes X países independentes; desenvolvimento X subdesenvolvimento; etc.) tendem a afirmar haver uma relação imediata entre condição e consequência, a partir da qual se propagariam as ideias de “modernização” e progresso, entendidas linearmente, passando-se por uma “neutralidade técnica e da produção científica” (FRANCO, 1976, p. 64). Ao citar o exemplo da teoria da dependência, Franco procura indicar que a relação centro-periferia repete o dualismo, padecendo de:

uma valorização tácita da industrialização, na verdade do capitalismo e de seus conteúdos civilizatórios, no pressuposto de que traga consigo o progresso das instituições democráticas burguesas. Não raro, nesse esquema, o mal absoluto é colocado nas sociedades hegemônicas, no capitalismo internacional e as esperanças de redenção são colocadas nas forças progressistas da política, da sociedade e da economia nacionais, na atuação de uma burguesia esclarecida (FRANCO, 1976, p. 64).

Rejeitando o dualismo e a teoria da inautenticidade, procuro aqui reconhecer não só a existência de um pensamento político brasileiro, mas a capacidade de formulação e reformulação deste pensamento em contextos particulares, expressando continuidades e influências, assim como mudanças e inovações, teóricas e práticas. Neste sentido, o acompanhamento da participação política das mulheres é entendido em seu viés inovador e particularista, sem, contudo, abstrair-se suas influências antecedentes, nativas ou não.

1.4 Como pensar o pensamento?

Comentadores mais recentes sobre pensamento social brasileiro parecem ter “superado” a questão da existência ou não de um pensamento brasileiro, consolidando um campo que vem se expandindo e ganhando forma. Segundo Lilia Schwarcz e André Botelho, as pesquisas atuais em pensamento social deixaram de ser vistas como algum tipo de conhecimento antiquário, sem significado para a sociedade e para as Ciências Sociais

contemporâneas. Hoje o campo do pensamento social ganhou uma dimensão importante no processo de conhecimento da formação da sociedade brasileira, irradiando para o esclarecimento de problemáticas que envolvem questões como a modernização, a modernidade, a mudança social, assim como a formação do Estado, da nação e da cidadania.

No sentido da construção de um método para pensar o pensamento, procura-se tratar de “itinerários intelectuais, o lugar político-social que ocupam, as políticas culturais que os beneficiam ou não, e as instituições que os acolhem” (SCHWARCZ, L.; BOTELHO, A., 2011). Um campo sem fronteiras, interdisciplinar por princípio, o pensamento social objetiva “compreender quais as idéias que se produziram sobre o país”, como circularam e foram recebidas (SCHWARCZ, L.; BOTELHO, A., 2011, p. 140). Esse método cria “uma oportunidade de identificarmos uma pluralidade de pensamento”, possibilitando conhecer as formas regionais e locais onde ele se expressa e se diferencia (SCHWARCZ, L.; BOTELHO, A., 2011, p. 142).

Renato Lessa chama atenção de como a “tradição esquecida da teoria política é constituída por uma linhagem confusa e babélica de autores” que criaram séries de rotas variadas para pensarem seus mundos que, segundo ele, podem ser entendidos como uma cópia de alguma coisa que não existe, acrescentando ao existente, algo que ele não contém ainda (LESSA, 2001, p. 48). Esse ponto de reflexão, para o autor, faz-se de grande importância para o desenvolvimento dos estudos neste campo, pois as representações que fazemos de nossas duras materialidades não passam de invenções, “de esforços utópicos de visionários” que procuraram uma forma de reflexão não cativa à positividade do mundo (LESSA, 2001, p.49). Lessa critica, neste sentido, o conhecimento cientificista, particularista e disciplinar, a especialização cega, o culto ao método. Brandão diria que essa “metodolatria (...) nos impede de pensar as dificuldades para além das ciências sociais” (BRANDÃO, 2001, p.86).

Octavio Ianni, em artigo intitulado *Tipos e mitos do pensamento brasileiro*, afirma que são várias as linhas de pensamento, ou mesmo “famílias de interpretação do Brasil” que, segundo ele, estão se desenvolvendo, recriando-se, ou apenas, reiterando-se. Contudo, elas já se fazem presentes e evidentes em muitos estudos e narrativas (IANNI, 2002). Nas palavras do autor, os tipos e mitos do pensamento que encontramos hoje trazem uma herança, “podem ser vistos como coleções de figura e figurações, às vezes famílias ou linhagens de interpretação, com os quais se desenha e movimenta a cartografia do Brasil, de tal modo que este parece situado, organizado, compreendido, explicado e decantado” (IANNI, 2002, p.10). Tese também já desenvolvida por Brandão em *Linhagens do pensamento político brasileiro*, onde o autor vai traçar linhagens ou famílias intelectuais que marcariam a história do

pensamento social e político nacional. Neste sentido, assim como Penélope dia-a-dia refaz seu trabalho, os pesquisadores precisam, para poder alcançar seu objetivo, refazer os seus, para, assim, formar “uma comunidade acadêmica consciente de sua própria força [que] pode, enfim, confessar suas dívidas intelectuais para com os ensaístas” (BRANDÃO, 2007). Brandão defende a necessidade de se “pensar o pensamento”, de “refazer espiritualmente o caminho percorrido antes de embarcar em uma nova aventura” (BRANDÃO, 2007, p.28). Assim, o conhecimento do passado é um pressuposto necessário para entendermos a melhor forma de agir no presente. Neste sentido, Brandão busca “mapear estruturas intelectuais que se cristalizavam teoricamente como *a priori* analíticos, e ver como se articulam com a perspectiva política mobilizada”, núcleo de seu trabalho (BRANDÃO, 2007, p.30). Nessa tentativa de localizar as famílias ou linhagens intelectuais, Gildo M. Brandão afirma que nem sempre os “pensadores político-sociais” se enquadram em linhagens pré-definidas, contudo, o importante é tentar reconhecer as “afinidades eletivas”⁸, sem fazer delas, entretanto, via de mão única. Afinal:

toda concepção de mundo é um campo de forças, mantém relações ramificadas em vários grupos sociais e manifestações espirituais, supõe uma direita, uma esquerda e um centro, comporta teorias e interpretações diferentes, de modo que alianças intelectuais entre pensadores politicamente distantes, mas próximos pela forma de pensar são possíveis (BRANDÃO, 2007, p.39).

O intuito do autor é traçar as trajetórias que nos levarão a reconhecer as nossas tradições de pensamento, para que possamos ver que nossas principais correntes não nasceram ontem. O pensamento não se constrói no vácuo, por isso é preciso refletir contemporaneamente sem perder de vista os que vieram antes e que, de alguma forma, condicionaram as formas de entendimento do pensamento.

Élide Rugai Bastos vai apontar o estudo do pensamento social brasileiro como forma de entender as mudanças sociais no Brasil, que não ocorreram por rupturas bruscas, mas através de acomodações, tal como demonstrado na discussão de Freyre sobre a ascensão dos bacharéis (BASTOS; BOTELHO, 2010, p. 898). Assim, os intelectuais, desde o início do

⁸Afinidade eletiva, tal como exposta por M. Lowy, não se configura como afinidade ideológica, nem “correlação” (existência de algum vínculo), nem é sinônimo de influência. Trata-se de um conceito que permite justificar os “processos de interação que não dependem nem da causalidade direta, nem da relação ‘expressiva’ entre forma e conteúdo”. (LOWY, 1989, p.18, *apud*. BRANDÃO, 2007, p.40.)

século XX, prosseguem no seu interesse pela análise histórico-sociológica, assumindo um caráter pragmático nesses círculos de pensadores. Deixando um pouco de lado as críticas que Rugai faz à forma como Miceli aborda seu trabalho *Intelectuais e Classes Dirigentes no Brasil (1920-45)*, trago como ponto interessante da análise deste autor, a forma como ele define as fontes impressas e manuscritas, falando delas como forma de reter “a marca dos interesses, dos valores e das estratégias dos grupos sociais a que se referem” (BASTOS & BOTELHO, 2010, p.907), a partir da qual, os grupos manifestam sua existência. Desse modo, entender esses grupos é, também, entender a sociedade. No entanto, seguindo uma abordagem diferente de Miceli, Rugai deixa claro o que pretende, quando afirma:

a sociedade não se realiza desacompanhada das interpretações de que hoje é objeto e, mais do que isso, as interpretações proporcionam significado à vida social, pesadas inclusive suas veleidades, possibilidades e limites efetivos. Por isso, faz-se necessário voltar, principalmente no caso brasileiro, às (não por acaso assim chamadas) “interpretações do Brasil”, uma vez que elas também operam na orientação das condutas dos atores sociais, na organização da vida social, nos processos de mudança e nas relações de poder que isso sempre implica (BASTOS & BOTELHO, 2010, p.914).

Mais uma vez reforço a importância do estudo do pensamento e de sua interdisciplinaridade, como forma de “esclarecer os dilemas que hoje enfrentamos como herdeiros de uma tradição” que precisamos conhecer para podermos superá-la.

Concluo que podemos dizer que existe um pensamento sobre o Brasil no Brasil, onde a circulação das ideias permitiu a construção de respostas às problemáticas particulares. Rui Barbosa, Tavares Bastos, Joaquim Nabuco, entre outros pensadores preocupados com o país, conheciam os textos dos pensadores clássicos de sua época, porém, suas reflexões só foram possíveis de ser empreendidas a partir dos enfrentamentos das questões impostas pelas conjunturas particulares, pelos problemas que eles tentaram superar.

O que hoje chamamos de Nordeste foi palco, no Oitocentos, de uma intensa propagação de ideias, as quais serviram como base para entendimentos particulares sobre o país e a nação. Tentarei me debruçar sobre este problema: entender a incorporação da mulher à ordem política a partir dos debates travados no período, focando minha atenção prioritariamente nas reflexões e embates apresentados pela imprensa na Paraíba.

Pretendo fazer este resgate histórico e político demonstrando, a partir de pesquisas nos jornais paraibanos, que ao Norte do Brasil, como classificada à época a Província da Paraíba, havia um processo de reflexão intenso que envolvia entendimentos sobre o país que amparavam estratégias de ação no sentido da mudança. Estas estratégias refletiam um pensamento nativo, brasileiro, e que nem sempre se coadunava ou acompanhava ou mesmo se refletia no ambiente da Corte.

Para isso, partirei da premissa de que “todo problema intelectual tem a forma de uma pergunta. Sendo, assim, fundamental saber de onde partem essas perguntas. Afinal essas perguntas são mobilizadas cognitivamente na medida em que descrevemos e o circunscrevemos no idioma de nossas tradições intelectuais e disciplinares.” (LESSA, 2001, p. 46). Isso tentará ser feito aqui a partir das respostas que os jornais do XIX propõem, tendo como foco a ampliação da representatividade e os espaços que serão destinados às mulheres.

Como tentei deixar claro ao longo deste capítulo inicial, este é um trabalho de fronteira entre a teoria política, a filosofia, a história e, por vezes, a literatura e a sociologia, mas com uma preocupação constante em entender o desenvolvimento do pensamento brasileiro e as características particulares das formulações e das ações, da *práxis*, construída a partir do contexto do Nordeste do Oitocentos.

Filio-me, por fim, à concepção de Angela Alonso (2002), ao afirmar que é difícil considerar que as ideias emitidas, aqui, foram, ou são, “cópias mal-feitas ou mesmo reproduções com significados novos de originais autênticos e bem definidos”, pois essa autenticidade não existia. É importante entender as ideias européias e americanas como um repertório para pensar o Brasil.

No segundo capítulo, procuro destacar nos jornais da Paraíba citados acima, onde foi localizado a participação feminina neles, fazendo uso desses espaços como veículos privilegiados de expressão de ideias, como instrumentos de luta pelos direitos e a importância desses como responsáveis pela propagação das ideias de ilustração e progresso, não me restringindo a editoriais e à folhetins, mas buscando as referências feitas à elas ao longo desses jornais.

No terceiro capítulo, me debrucei sobre a manifestação das mulheres, tendo como principais veículos as publicações nos jornais. Aqui, faço referência as publicações femininas feitas em jornais, a forma como elas encontraram para atuar no espaço público, não restringindo a que elas se dedicavam, se a literatura, se ao comércio ou se a um posicionamento político engajado que será visto por parte de atitudes de algumas. Assim como, de como os jornais faziam referências a elas, seja impondo-as um padrão de

comportamento tido como correto de seu gênero, seja depreciando atitudes de algumas, ou até mesmo propagando seus feitos. Dessa forma, pretendendo expor a construção da imagem feminina nos jornais desse período.

No quarto capítulo, concluo indicando como esse debate sobre a esfera dos direitos e da igualdade contribuíram para a configuração da ideia de República como expressão da expansão das liberdades e da incorporação da mulher na esfera da cidadania, o que se prenunciava com o fim da Monarquia. Desde a propaganda republicana era perceptível a influência francesa, que preconizava uma esfera liberal de igualdade entre cidadãos. Não obstante, a I República, antes que ampliar, acabou por restringir o universo do sufrágio em relação ao período anterior, não só mantendo as mulheres excluídas da participação direta na esfera política, quanto retirando da maioria da população o direito de voto, exclusivo aos alfabetizados em um panorama em que apenas uma ínfima parcela da sociedade tinha acesso à alfabetização. Neste sentido, pode-se destacar que embora a ideia de sufrágio universal tenha se disseminado nos discursos republicanos, o arranjo institucional montado após a promulgação da Carta de 1891 acabou por restringir ainda mais o direito do voto. Por um lado a República eliminou a cláusula de barreira do voto censitário, entretanto, novas cláusulas de barreira foram interpostas, levando a uma redução proporcional do acesso ao sufrágio, ocorrendo, assim, uma involução do direito ao voto. Embora a instauração da República não tenha permitido uma ampliação dos direitos políticos, como se previa na propaganda desde a década de 1870, o debate sobre os direitos das mulheres avançou, aumentando as pressões em favor dos princípios de cidadania e igualdade.

2. OS JORNAIS PARAHYBANOS: UM LUGAR DE EXPRESSÃO

“Roubem-nos todas as outras liberdades, deixem-nos a imprensa, e nós conquistaremos as liberdades perdidas.”⁹

Como pode ser observado, não é sem propósito minha opção por estudar os escritos do século XIX, estes expressam um espaço público e de tensão no qual se processam os embates políticos e sociais.

O período que irei aprofundar no próximo capítulo recorre ao fim do Império e início da República, mas buscarei brevemente um pouco antes entender o papel na imprensa. Segundo Nelson Weneck Sodré, “a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista” (SODRÉ, 1983, p.1). Apesar de não ser esse o foco do presente trabalho (a história da imprensa no Brasil), faz-se importante perceber como a participação em jornais configurou um espaço público possível

Lúcia Maria das Neves afirma que o crescimento do número de periódicos se deu a partir de 1821 propiciado pela liberdade de imprensa, que alterara a forma como a comunicação se dava no Antigo Regime, “tais como bandos, impressos e manuscritos nas ruas, proclamações em voz alta, entre outros” (NEVES, 2003, p.36). Os periódicos passaram a integrar espaços de sociabilidade, fazendo uso de uma linguagem política que traziam novos paradigmas liberais.

Apesar de Sodré afirmar que a nossa imprensa não havia se modificado muito do Império à Regência quanto ao desenvolvimento de suas técnicas, diferente do que ocorria na Inglaterra, a imprensa brasileira mudara muito quanto ao conteúdo e ao papel desempenhado. Retomando o argumento de Silvio Romero para explicar o papel da imprensa no Brasil, Sodré afirmava:

No Brasil, mais ainda do que noutros países, a literatura conduz ao jornalismo e este á política que, no regime parlamentar e até no simplesmente representativo, exige que seus adeptos sejam oradores. Quase sempre as quatro qualidades andam juntas: o literato é jornalista, é orador, e é político. (SODRÉ, 1983, p.184)

⁹ Epígrafe do jornal *O Popular* de 1884, Parahyba do Norte.

Os jornais se tornaram os principais veículos para a disseminação de ideias. Assim, todos que empreendiam uma luta político-institucional usavam os jornais como tribuna: os políticos, os literatos, os juristas, assim como as educadoras e bacharelas, tornando-se praticamente impossível acompanhar o debate político da época sem passar pelo que se publicava nos jornais.

A pesquisa nos jornais nos leva a caminhos tortuosos, muitas vezes não esperados, diante das hipóteses de trabalho que, por vezes, se desfazem em face da disponibilidade das fontes. Iniciei essa pesquisa buscando trabalhar com todos os jornais disponíveis no IHGP (Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba), entre o período da segunda metade do século XIX até a República, sem me dar conta da infinidade de questões com as quais poderia me deparar.

Desta forma, munida de uma máquina fotográfica, fiz o recolhimento de 22 coleções de jornais, totalizando 1.178 exemplares. Muitos dos exemplares do início da segunda metade do XIX não resistiram ao tempo, encontrando-se um número limitado deles em boas condições de pesquisa. Algumas vezes vimos jornais não arquivados no período sendo citados em outros, o que nos davam pistas de sua continuidade, um exemplo, é o caso do *Despertador*, do qual se tem registro em 1861, havendo apenas 2 exemplares disponíveis no arquivo, mas a *Gazeta da Parahyba* o cita em 1888, o que nos sugere pensar que este jornal teve uma duração bem mais longa do que os registros nos mostravam.

Os jornais foram utilizados de forma a configurar um quadro de referência acerca do debate público da época, diante da problemática da pesquisa, que é a luta em favor de igualdade pelas mulheres no XIX, em especial, na província da Paraíba.

A partir do levantamento abaixo é possível compreender algumas das dificuldades pelas quais o trabalho de pesquisa passou, não foram analisados todos os jornais aqui citados com a profundidade que eles suscitavam, mas todos foram imprescindíveis para a configuração do quadro trabalhado.

Levantamento dos jornais coletados no IHGP:

Jornal	data	período de circulação	nº de exemplares
O Cosmopolita-	1854	(18 jan.(datado pelo arquivo))	1
A Imprensa –	1858	(datado pelo arquivo)	1
O Imparcial –	1861	(2 jan 1861 a 15 abr 1861 – noticioso)	30
A regeneração-	1861	(20 abr. 1861 a 5 abr. 1862 – noticioso)	89

O Despertador-	1861	(21 set 1861 a 18 fev 1869 - noticioso)	2
O Tempo –	1865	(27 fev 1865 a 24 dez 1865)	180
A Opinião –	1877	(17/05/1877-02/12/1877 - órgão do partido Lib.)	33
A União Liberal –	1879	(29 jan. 1879 a 3 de mai 1879)	16
A Parahyba-	1880	(06 de set. 1880 a 5 de Nov 1881-org. part. Liberal)	10
O Emancipador –	1883	(21 abr 1883 a 7 jul 1883 –org. da emancipadora paraibana)	5
O Mercantil –	1883	(datado pelo arquivo)	2
O Popular –	1884	(10 mai 1884- órgão do povo)	1
O Publicador –	1884	(24 mai 1884 a 24 dez 1886)	102
Diário da Parahyba –	1885	(21 jan de 1885 a 7 nov 1885 – órgão de todas as classes)	133
O seis de março-	1886	(6 mar 1886 – pub anual em homenagem aos mártires de 1817)	1
O Sorriso –	1887	(20 mar 1887 a 14 ago 1887 - noticioso)	3
Gazeta da Parahyba-	1888	(10 jul 1888 a 8 jul 1890)	525
Arauto parahybano –	1888	(22 abr 1888 a 2 set 1888 – abolicionista)	17
Areiense –	1888	(abr. 1888 – órgão evolucionista)	1
Verdade –	1888	(3 mai 1888 a 14 jun 1892 –de abolicionista se torna org progressista)	24
O Pelicano –	1890	(15 nov 1890)	1
O Echo –	1909	(18 abr. 1909 órgão da livraria Penna)	1

Em face da disponibilidade de fontes primárias da década de 1880, circunscrevi a pesquisa nos jornais ao período final desta década, com exceção do *Emancipador*, por ser órgão da Emancipadora Paraibana, grupo abolicionista existente na província desde o início da década.

Os Jornais paraibanos sobre os quais irei dispor o trabalho nesse momento, trata-se de quatro jornais: *A Gazeta da Parahybana*, o *Arauto Parahybano*, o jornal *Verdade* e o *Areiense*, como exemplares do ambiente de debates promovido pela imprensa. Esses eram jornais de intensa circulação na província da Paraíba, na década de 1880, até o início da República, período que abrange a campanha abolicionista e a rápida ampliação da participação feminina na imprensa.

O “crescimento do número absoluto de mulheres alfabetizadas nos centros urbanos mais desenvolvidos (...)”(HAHNER, 2011, p.468.), fizeram com que nos anos 1880, houvesse, por parte das publicistas, uma grande esperança na possibilidade de conquista de autonomia intelectual e política.

A escolha desses jornais se deram porque além de terem uma tiragem regular e de grande circulação, eles também contemplavam as principais questões que estão em torno do objeto de estudo deste trabalho. A coleção desses jornais está sob a guarda do arquivo do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP).

Foram selecionados artigos e notas destes jornais que tratavam da questão feminina, envolvendo tanto as reivindicações por direitos para as mulheres quanto as críticas às plataformas. A maior parte dos estudos sobre a imprensa feminista se debruçou, principalmente, no estudo dos periódicos publicados na Corte. Aqui, o foco da pesquisa é a participação “política” das mulheres do Norte do país.

A pesquisa abrange até o início da República, momento em que o decreto de número seis do governo provisório, em 19 de novembro de 1889, dizia: “Consideram-se eleitores, para as câmaras gerais, provinciais e municipais, todos os cidadãos brasileiros, no gozo dos seus direitos civis e políticos, que souberem ler e escrever. (...)” (FERREIRA, 2001, p. 289). O decreto não explicitava o direito de voto às mulheres, embora também não expusesse a negação deste direito. Desde o Império algumas mulheres já reivindicavam, por meio de jornais, o direito ao sufrágio¹⁰.

O que tento verificar é quanto a história da extensão do direito à voz e ao voto instalou também no horizonte brasileiro o princípio do indivíduo como valor. A história – política e intelectual – da incorporação da mulher à ordem capacitária pode ser exemplar: permitirá entender alguns dos paradoxos do problema da representação política, à medida que ela foi modelada no limiar que ocupa a mulher, entre a ordem privada/doméstica e sua expressão na esfera pública.

Os jornais trazem informações importantes para entendermos os termos do debate público colocado na mudança do Império para a República no Norte do país. O jornal *Verdade*, denominava-se um órgão progressista e noticioso, da cidade de Areia, situada na região do brejo paraibano, a 130 km da capital, e que teve forte influência política no final do XIX, sendo a segunda cidade a emancipar os escravos no Brasil¹¹. Além desse jornal, utilizei aqui o *Areiense*, também da cidade de Areia, que se autodenominava órgão evolucionista, tinha como editor o procurador Adelino José Gomes do Rosário e era publicado aos sábados. Foram encontradas em suas publicações várias matérias referentes ao processo abolicionista, de onde pode-se concluir que se tratava de um jornal que defendia a causa. O órgão também

¹⁰ Jornal *Verdade*, nº 172, Parahyba do Norte, 08 de outubro de 1889.

¹¹ O jornal reivindicava esta posição para a cidade.

recebia e divulgava informações de outros veículos, reforçando o argumento da circulação das ideias.

Recebemos pelos correios os seguintes jornais: “República” do Recife, “Boletim” da Libertadora Rio Grandense, “Echo do Povo” Recife, “República” de Curityba, “Gazeta do Norte” do Ceará, “Rebate” do Recife, “Arauto Parahybano” e “Diário da Parahyba” e os dous primeiros números da “Verdade”, pequeno periódico que sahio a lus nesta cidade no dia 31 de março p [sic], passado. Longa vida lhe desejamos, tanto mais que é elle defensor da abolição, ideia que também abraçamos.¹²

Este trecho demonstra o quanto este jornal estava conectado às ideias e debates que se processavam em toda região Norte do país, inclinado às ideias abolicionistas e com forte influência republicana.

Neste capítulo serão analisadas as coleções destes dois jornais da cidade de Areia e de dois jornais da “Parahyba do Norte”, o “Arauto Parahybano”, editado na tipografia do “Liberal Paraibano” e que se autodenominava um periódico literário, noticioso e abolicionista, e a *Gazeta da Parahyba*, que em sua propaganda anunciava ser uma folha completa, e que em “nada tem em commum com os partidos políticos” sendo habilitada a:

dar ao público a maior copia de informações úteis, porquanto dispõe de activos *reporters* junto a todas as repartições, com consentimento dos respectivos chefes; dará informações minuciosas de todas as occurrencias diárias; em dias imediatos as chegadas dos vapores dará uma resenha dos factos mais interessantes das províncias, quer do sul; quer do norte; tem correspondentes nas localidades mais importantes do interior, de cujos interesses cuidará seriamente; terá diariamente uma parte commercial muito desenvolvida, como sejam: entrada e sahida de navios e vapores e seus manifestos, preços correntes da nossa e de outras praças relacionadas com esta, rendimentos das repartições fiscaes, cambio do dia e etc. Informará regularmente sobre a entrada e sahida dos vapores dos portos visinhos para o nosso e o dia de chegada; dará a lista dos passageiros entrados, sahidos e em

¹² *Areiense*, 17 de abril de 1888.

transito e tem contractado com um serviço telegraphico regular, com correspondentes do Rio e em Pernambuco.¹³

A partir da autodescrição deste periódico, pode-se ver sua necessidade de informar e de dar notícias do Sul e do Norte, tendo como principais províncias de referência o Rio de Janeiro e Pernambuco. Ademais, o periódico fazia uma forte defesa de sua imparcialidade. O jornal foi uma das primeiras folhas diárias na Paraíba, que se diferenciava das publicações existentes: o *Diário da Parahyba*, considerado liberal, e o *Jornal da Parahyba*¹⁴, abertamente conservador que, em seu editorial de abertura, acusou a *Gazeta* de defender ideias liberais.

Em sua defesa, a *Gazeta* se posicionou afirmando que:

De acordo com a índole d'esta folha, respeitamos as ideias liberais ou conservadoras e seos apóstolos, que dignamente concorrerem para o progresso e bem estar d'esta nossa pátria commum, inspirados pelos princípios modernos.

Pouco nos importa saber se apraz ou não a este ou aquelle partido a nossa orientação, pois estamos no nosso posto justamente para externarmos as nossas opiniões, de acordo com os princípios que nos parecem mais salutaes à melhor marcha das nossas boas instituições e dos negócios públicos.¹⁵

O posicionamento da editoria do jornal buscava demarcar um perfil independente, não atrelado a nenhum dos partidos, fosse conservador ou liberal. Essa propaganda neutralidade foi um dos fatores para a escolha deste diário para análise detida.

A *Gazeta* foi um periódico impresso pela tipografia dos herdeiros de J. R. da Costa, tendo como responsável pelas assinaturas o capitão Benjamim Constant Lins de Albuquerque, e como redatores: Cordeiro Junior sob o pseudônimo de Taco; Eduardo Marcos, assinando como Zé Bigode e Eugenio de Brito como Orsini, além de Bernardino dos Santos, e Alonso Almeida. O periódico também possuía outros colaboradores, assim como publicações de notas e matérias “a pedido” de leitores.

Estes jornais citados perfazem um retrato da atmosfera que pretendo captar, a da vida civil, na qual é possível encontrar manifestações sobre o contexto político que permitam verificar qual a posição e o papel das mulheres no debate acerca dos direitos e liberdades.

¹³ *Gazeta da Parahyba*, 12 de julho de 1888.

¹⁴ Estes três jornais citados foram os primeiros diários da Parahyba do Norte.

¹⁵ *Gazeta da Parahyba*, 09 de agosto de 1888.

Para isso, busquei levantar quais as ideias principais divulgadas em ambos os jornais, percebendo que entre os temas que mais apareciam estavam: a importância do papel que a imprensa desempenhava - a força da imprensa; as ideias e o modo de vida francês, além de referências à Revolução de 1789. Estas ideias animaram a defesa da abolição, com a participação ativa das mulheres, e a defesa da causa republicana.

2.1. A imprensa possui uma “missão”.

Vários jornais apresentavam o debate sobre a “missão” por eles assumida. O *Arauto Parahybano*, na coluna de “Correspondências”, Joaquim Ribeiro¹⁶, publicava críticas a um jornal natalense *O Cascabulho* pelo jornalismo chulo, e expunha sua forma de entender a função da imprensa:

Fiquei crente de que lá não se respeita os melindres da imprensa – o forte e assombroso **palladium das grandes ideas** e das puras instituições: sim, porque a imprensa foi e será sempre a **eversora dos vícios, dos preconceitos**, como a escravidão, contra quem ella arcou indefessamente, grangeando louros e mais louros do publico que a applaudia freneticamente. A imprensa – **o archote fulgurantissimo de luz** que o velho Guttemberg plantou na larga fronte do orbe, não só para “**abater os preconceitos como para erguer os santos direitos**” não deve ser deturpado por philippicas refeces como aquella que os jovens jornalistas do Natal exararam cynicamente nas columnas d’*O Cascabulho*¹⁷(grifo meu)

Esta passagem mostra um pouco desse compromisso com a escrita, e uma escrita que não era feita em qualquer lugar, a matéria concluía pedindo a suspensão do jornal que estava servindo apenas para “deturpar a marcha do esperançoso jornalismo do Norte”(idem). Note-se que o discurso sugere haver uma particularidade do jornalismo no Norte.

Outro veículo a exaltar a importância da imprensa foi a *Gazeta da Parahyba*, primeiro diário da província. Também trazia nota sobre a função do jornal na sociedade da época:

¹⁶ Joaquim Ribeiro foi um dos redatores do jornal *Arauto Parahybano*.

¹⁷ *Arauto Parahybano*, de 26 de julho de 1888.

O jornalista tem na sociedade uma influencia muito mais profunda que é a do mestre-escola e responsabilidades muito mais serias e muito mais graves. É o jornal que faz a crítica das instituições e dos costumes. É o jornal que estabelece o critério por que tem de ser julgados os factos da vida civil e da vida moral. É o jornal que eleva ou deprime o nível da inteligência publica. É o jornal que fixa para a multidão o ponto de vista nas altas questões da honra, da dignidade e do dever.¹⁸

A *Gazeta* apresentava a função que acreditava ser a do jornalismo, destinado à valorização da moral e dos costumes. Nos moldes sociológicos pode-se pensar no “aparelho” que auxiliava na manutenção da consciência coletiva daquela população, assim como, a “fixação” da ideia de “dever”. O que demonstra que aqueles que estavam dirigindo esses “aparelhos” tinham consciência do papel que estavam a desempenhar.

O jornal *Verdade*, em vários de seus números, publicava matérias intituladas “Instrução pública”, com indicações sobre: “noções de agricultura”; “noções de mithologia”; e “noções de espiritismo por Allan Kardec”. Estes três temas se revezavam no jornal. Além destes temas debatia-se sobre “a ciência do bom homem Ricardo ou meios de fazer fortuna por Benjamim Franklin” e sobre as “Provas da redondeza da Terra”.

A *Gazeta da Parahyba* tinha uma sessão de biografias, intitulada: “homens célebres”. O primeiro a ser destacado foi Galileu, seguido por “Miguel Angelo” ou Michelangelo, Gutemberg, Fernão de Magalhães, Dante, entre outros. Neste mesmo empenho, a *Gazeta* propagandeava a obra de Sílvio Romero, *Historia da Litteratura Brasileira*, que, dizia, que em breve seria posta à venda em Recife, concluindo:

Já hoje, graças à Sylvio Romero, quem quizer formar juízo da marcha que tem seguido o pensamento brasileiro, desde a phenomenisações primordiaes até as mais recentes, não terá de recorrer ao pobre “Brezil Litteraire” de Fernando Welf, tão antiquado e tão incompleto. Parabens, pois, ao illustre sergipano.¹⁹

O jornal enaltecia a riqueza cultural que o livro de Sylvio Romero vinha abordar. Segundo seus editores o célebre autor, líder da Escola do Recife, abarcaria, em sua obra, de

¹⁸ *Gazeta da Parahyba*, de 28 de julho de 1888.

¹⁹ *Gazeta da Parahyba*, de 25 de agosto de 1888.

José da Anchieta à seus contemporâneos. O jornal exaltava o esforço de construção de um pensamento brasileiro, na contramão da hegemônica influencia cultural estrangeira, especialmente francesa.

O *Arauto Parahybano* também cumpria sua função de ilustração apresentando os debates sobre a educação positivista, entendida como a melhor para a formação dos cidadãos. Em jornal de 28 de junho de 1888, o *Arauto* propagava que as grandes revoluções não se davam por meio de decretos, mas pela “transformação de ideias e costumes” que só os educadores conseguiriam promover. O jornal apontava a educação positivista como a mais afinada aos moldes modernos, pois a sociedade moderna só poderia ser “regenerada” se houvesse uma educação moral. Essa educação moral seria aquela que “determina a formula dizendo que – o destino da educação e da vida humana limita-se a aprender a conhecer, amar, servir a família, a pátria e a humanidade.” Na coluna reservada ao “Fronto Parahybano”, umas das colunas do *Arauto*, em 26 de julho de 1888, dirigia-se à juventude da Província ressaltando o empenho da folha na divulgação da ciência positiva: “em harmonia com os princípios que estabelecemos em artigos anteriores, acerca da mocidade estudiosa da nossa província, occupamo-nos ainda hoje com ella, no intuito de vê-la mais forte e avantajando-se no campo da sciencia e do estudo.”²⁰

Em 23 de agosto de 1888, o *Arauto* apresentava uma matéria sob o título de “instrução pública”, onde fazia críticas ao pouco empenho dado à educação no país, citando que até aquele momento contava o Império com apenas “duas academias de Direito, duas de Medicina, uma Escola Central (hoje polytechnica) e um bom estabelecimento na Corte – o Colégio Pedro II”, a folha ainda criticava o ato adicional que, segundo a editoria, desde 1834 havia criado as assembléias provinciais com as quais formou-se

um circulo de ferro, no qual tem girado as pobres províncias, reproduzindo as fabulas de Prometheu e de Tantalo, e na impossibilidade de manterem e até de visarem estabelecimentos de ensino superior, limitando-se aos lyceus onde se ensina apenas preparatórios para a matricula nos cursos superiores.

E questionava o jornal: “onde se ensina mais?” Explicando que o que fazia não era uma crítica por serem inimigos da instrução, ao contrário.

²⁰ *Arauto Parahybano*, de 26 de julho de 1888.

Não somos inimigos e antes somos disveladíssimos amigos da instrução queremo-la no maior auge de luzimento; mas mesmo por effeito d'esse ardente amor, queremo-la como uma certa restricção e limitação pela impossibilidade de vê-la convenientemente estabelecida e diffundida por toda parte.²¹

A partir dessas passagens, procuro demonstrar as preocupações desses jornais com a ilustração da população, voltados, como já fora posto, para uma educação positivista, entendida, na época, como a melhor das educações possíveis para o desenvolvimento de uma pátria moderna.

Os folhetins também cumpriam o seu papel. Um dos primeiros traduzidos na *Gazeta da Parahyba* foi *Le Collier d'acier* (*O Colar de Aço*), de 1883, de Fortuné du Boisgobey²². Após o término da publicação dessa tradução feita pelo jornal, a editoria expunha a preocupação em procurar por um próximo folhetim a ser traduzido. Assim, encomendou-se “o que a respeito houvesse em Pariz de mais moderno, de mais fresco, que estivesse ainda humido”²³. Dentre as encomendas, o tradutor decidiu-se pelo romance “Consciência” de Heitor Mallot, porém um dia antes de fechar o anúncio do próximo folhetim, descobriu que este estava sendo traduzido pelo *Diario de Notícias*, da Corte, o que deixou o tradutor desconsolado, pois ele “tem, n'esta questão do folhetim para a *Gazeta*, dous caprichos: 1º que o romance não tenha sido ainda tradusido [sic] no Brasil; 2º que seja de sensação” (Idem). No final, Cordeirinho (como era chamado o tradutor A. Cruz Cordeiro Júnior), consegue estar de posse de duas remessas do *Petit Journal*, e decidiu-se pela tradução do “Guets-apens!” de Jules Mary.

Toda a tensão pela escolha do próximo folhetim que seria publicado pelo jornal foi exposta em suas colunas, mostrando o empenho da redação em apresentar o que havia de mais moderno e ilustre para seus leitores. E assim noticiavam a sua escolha:

E assim vão os leitores da “Gazeta” ter o praser de ler um romance de Jules Mary ao mesmo tempo que leem os parisienses.

Isto dito assim parece realmente uma fabula; e certamente há quatro meses atrás não se acreditaria que um romance que estava sendo publicado em Pariz, o era também na Parahyba.

²¹ *Arauto Parahybano*, 23 de agosto de 1888.

²² Romancista francês do século XIX.

²³ *Gazeta da Parahyba* de 22 de agosto de 1888.

E digam-me se não é isto realmente um progresso e se o Cordeirinho não tem razão para estar todo *rempli de soi-même* (idem).

A preocupação em divulgar algo novo era nítida, e há um entusiasmo por parte da redação que acreditava que seria sentida pelos leitores, diante da possibilidade de receberem um folhetim parisiense simultaneamente aos franceses.

O *Arauto Parahybano*, de abril²⁴ de 1888, tal como a *Gazeta*, tinha por folhetins romances franceses, um deles foi o chamado “As aventuras de um capitão francez” de Just Girard, e outros como aqueles assinados com o pseudônimo Trás-Zaz, traduzidos por Cleto Toscano.

A maioria dos folhetins publicados nesses jornais eram franceses, o que aponta pra uma intensa forma de propagandear as ideias lidas por lá, além de ser uma tipo de escrita que tinha por principais leitores as senhoras ilustradas da província, por seu formato romanesco e pelo interesse que elas tinham pela França. A preocupação e o cuidado devotado das folhas em relação aos folhetins refletiam uma preocupação com esse novo público de leitoras.

2.2 As notícias circulavam.

Além desta ideia do dever que a imprensa deveria cumprir, a *Gazeta* também noticiava chagadas e partidas de navios do porto, publicando até os nomes das pessoas que embarcavam, desembarcavam e que estavam de passagem pela província. A circulação dos jornais de outras localidades também fazia parte da pauta cotidiana, o recebimento de jornais de outras províncias era sempre anunciado como uma demonstração da circulação das ideias. Assim, a *Gazeta*, de 29 de julho de 1888, divulgava notícias vindas do Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, além de matérias de Alagoas, Bahia e Pernambuco, sendo o exemplar uma pequena amostra do que se repetia em outros números deste e de outros jornais da época. Também constavam no periódico, notícias de fora do Brasil, a exemplo das publicadas no *Correio da Europa*, editado em Lisboa. Além de notícias de países como Inglaterra, Rússia e Japão²⁵, o periódico informava sobre a morte de Fraderico III da Alemanha e a situação preocupante em que se encontrava a Europa, com a eminente

²⁴ Não há uma definição de data, pois os folhetins são diários e houve presença deles durante todo o mês citado.

²⁵ *Verdade*, de 6 de outubro de 1892.

guerra entre a França e a Alemanha²⁶. Mesmo em face das limitações da época, as notícias circulavam pelo mundo e chegavam à província da Paraíba.

No jornal *Verdade*, de 8 de outubro de 1889, apresentava-se matéria sobre “os crimes em Londres”, reconstruindo a atmosfera de terror em que vivia “a capital de mais de 4.000.000 de habitantes”, com “o terrível Jack, o Estripador”, responsável pelo “despedaçamento [de] corpos e abertura de úteros” de “mulheres de vida airada”, o que causava terror e debates nos jornais locais sobre o ocorrido em Londres.

As notícias locais eram as principais nas pautas jornalísticas, descrevendo, por exemplo, os conflitos nas colônias italianas e divulgando peças teatrais. O *Arauto Parahybano* divulgava eventos da vida cultural da província, por meio das notícias freqüentes das reuniões dos clubes de leitura, das peças em cartaz no Theatro Santa Cruz, da Sociedade Santa Cruz (grupo teatral), notícias sobre o Club Astreia (clube de dança), do Club Republicano, do Clube oito de dezembro²⁷.

Em Areia, o jornal *Verdade* notificava as atividades do Recreio Dramático, do Recreio Musical, da Associação Beneficente Areiense (Associação Abolicionista), assim como do Gabinete de Leitura. Já o jornal *Areiense* era fruto da Associação Emancipadora Areinse, um clube abolicionista da cidade. O que demonstra uma vida social e política ativa nessa província, muito movimentada pelas atividades dos diversos clubes e associações citados pelos jornais.

Corroborando com a ideia da circulação das ideias, a livraria Arantes, em 26 de agosto de 1888, anunciava livros que tinham acabado de chegar, dentre eles, os de Tobias Barreto, Silvio Romero e algumas obras francesas, como a de George Onhet.

Os debates sobre política também se faziam presentes. Destacavam-se notícias sobre o fim da guerra no Sul, assim como reclamações contra o estado de “penúria” em que se encontrava a província²⁸ e os altos impostos.

A política local era ironizada pela *Gazeta*, em 25 de julho de 1888, quando falava das eleições para deputados da província, baseadas nas relações de clientelismo. Em tom de ironia, o redator afirmava que seria candidato a deputado e prometeria de um tudo, até que fosse eleito, e assim ele afirmava:

²⁶ *Arauto Parahybano*, de 28 de junho de 1888, e 12 de julho de 1888.

²⁷ A referência a esse Clube é feita no *Arauto Parahybano*, mas notifica apenas a eleição de seus representantes, mas não informa sobre o que trata o clube.

²⁸ *Verdade*, 19 de novembro de 1892.

Apresento-me, pois, como federalista perante os Srs eleitores até avistar o Pão de Assucar, na barra do Rio de Janeiro; e digo até avistar o Pão de Assucar, porque esse gigante de pedra é para os deputados o mesmo que o sinistro rio Lethis para os que vão d'esta para melhor: em se o passando, esquece-se tudo quanto por cá vae.

Se os senhores entenderem porem que não devo ser federalista, estou por tudo quanto os Srs eleitores quizerem, com tanto que me dêem seus votos.

A crítica gira em torno da falta de “convicções” políticas dos candidatos, que tinham como principal objetivo alcançar postos de relevo na Corte. O redator da *Gazeta*, que utilizava o pseudônimo de Zé Bigode (conhecido por Eduardo Marcos), apresentava um longo texto irônico criticando a política feita para manter as estruturas. Segundo ele, promulgada pela “lei de 9 de janeiro [que] deu aos Srs eleitores o direito de voto vitalício” para que votassem, “fosse em quem fosse, com tanto que cada districto envie a câmara um representante para o jogo regular e manutenção das nossas charas e sagradas instituições”.

Contrário ao posicionamento da referida lei citada acima, e de como o jogo político estava acontecendo, o mesmo jornal publicou, em 22 de agosto de 1888, o projeto sobre a federalização das províncias apresentado pelo “Sr. Joaquim Nabuco”:

Os eleitores de deputados à próxima legislatura darão aos seus representantes poderes especiaes para reformarem os artigos da constituição, que se oppuserem as proposições seguintes:

O governo do Brazil é uma monarquia federativa.

Em tudo que não disser respeito á defeza externa e interna do império, á sua representação exterior, á arrecadação dos impostos geraes e ás instituições necessárias para garantir e desenvolver a unidade nacional e proteger effectivamente os direitos constitucionaes dos cidadãos brasileiros, os governos provinciaes serão completamente independentes do poder central – Sala das sessões, 08 de agosto de 1888.

A *Gazeta da Parahyba* possuía uma coluna intitulada “Carambolas”, na qual utilizava da escrita em forma de cordel como forma de facilitar a difusão das notícias. Posicionando-se novamente contra o poder central da corte o periódico faz a embolada referindo-se às dificuldades da vida na província:

Às vezes tenho vontade
De minha terra deixar;
Para viver n'outros climas,
Novos ares respirar.

Quando vejo nesta terra
Ninguém medrar, nem subir,
Sinto cá dentro umas cócegas
De abandoná-la e fugir.
(...)

Mas eu quisera mudar-me
Para as bandas lá do Sul.
Onde a vida é mais serena
Onde o povo é mais taul.

Quisera morar na corte,
Onde tudo é animação
Para gozar dos prazeres
E mudar de condição.

Lá eu ficaria perto
Do movimento geral
Que reflecte nas províncias
O seo [sic] poder colossal.

Talvez, quem sabe? É possível
Que mudasse a minha sorte.
Pois vive sempre esquecido,
Quem mora cá pelo Norte.

Nossos actos meritórios
Não chegam nunca ao poder,
Nossos serviços reaes
Nunca lá se há de saber.

E a prova d'isto que avanço

Temos nós todos os dias;
 Para o Sul chovem os títulos,
 Grandezas e jerarchias!²⁹

A partir de parte da coluna aqui transcrita, pode-se perceber o sentimento de abandono vivenciado pela província. O jornal aqui demonstrava a visão que tinha da Corte, onde tudo “acontecia”, e de como mesmo os feitos realizados pelas províncias do Norte não eram lembrados, nem honrados. Sugeriu-se ser preciso mudar-se para o Sul para poder “existir” politicamente. Nesta coluna, mais adiante, fala-se de como os títulos de honraria estava sendo prioritariamente distribuídos entre membros do Sul, desprezando-se o empenho das províncias do Norte no processo de superação da escravidão.

(...)
 Passou sereno o projeto
 Qu’extiguia a escravidão,
 Distribuíram-se graças,
 Quem menos fez é barão!
 (...)
 Mas a nossa Parahyba
 Quem com certeza lutou,
 E que todo movimento
 De bom grado acompanhou.

Jaz em completo abandono
 E nem sequer é lembrada!..
 É por certo entre as províncias
 Uma irmanzinha engeitada!

2.3 A presença francesa.

Outro aspecto importante encontrado nos jornais eram as ideias francesas, presentes na atmosfera paraibana da época, como pôde ser visto pelos folhetins, que aqui já foram apresentados, assim como pelas sessões de “correspondências” dos jornais. O *Arauto*

²⁹ *Gazeta da Parahyba*, 20 de julho de 1888.

Parahybano, em 03 de junho de 1888, publicava como nota introdutória, que a França seria o “paraíso das mulheres, purgatório dos homens e inferno dos cavalos”, e falava de como lá os homens eram enganados pelo amor, e as mulheres possuíam liberdade e lucratividade nos negócios. A matéria apresentava uma crítica a Humbertine Auclert³⁰, jornalista parisiense defensora do sufrágio feminino. A matéria a apresentava como aquela que seria “inimiga de todas as instituições passadas, presentes e futuras, oposta aos laços de qualquer espécie e comprimento”, naquele momento passava a contrair matrimônio com um juiz! E conclui: “Ella beija a magistratura convertendo-se em *pot-au-feu*”. O artigo pretendia desmerecer os feitos da jornalista, assim como, mais adiante, criticava o valor pago às atrizes e cantoras francesas por seus espetáculos. O correspondente da folha afirmava que “uma discípula do conservatório de Pariz exigia recentemente 3.000 libras mensaes para cantar n’um theatro parisiense”, o que seria um absurdo. O mesmo jornal fazia críticas a Sarah Bernhardt³¹, atriz bastante comentada na imprensa, afirmando que ela havia acumulado “immensa fortuna” em suas excursões a vários países da América. Em artigo de 19 de agosto de 1888, o *Arauto Parahybano* fazia duras críticas à vida pessoal de Bernhardt, dizendo que ela era luxuriosa e extravagante, além disso, traçava comentários sobre seu divórcio, concluindo: “Todo esse escândalo não a faz doer um dente” ressaltando o descaso da atriz para com a vida que levava, em desacordo com a moral da época.

Ao mesmo tempo em que o jornal criticava rigidamente a vida dessas expoentes femininas na vida pública, falava com bom humor da beleza do sexo feminino, com especial atenção às francesas, que o periódico julgava de uma beleza inigualável, afirmando os valores culturais e estéticos predominante na época. Assim eram descritas as francesas: “desembaraçadas dos mantos e capotes de inverno, de cintura esbelta apesar dos malditos espartilhos e das abobadas anquinhas que, pela dimensão, bem podem denominar-se anconas” que seriam um festival para os olhos contemplar. E seguiam afirmando que seriam elas “*divinos diabretes* tagarelando nos salões da Exposição de pintura, saracoteando nos bailes campestres, remando em mimosos bateis”. Porém antes do final dessa correspondência, o artigo apresentava um tom irônico sobre o caráter faceiro das francesas:

Vem água a boca ao vê-las espreguiçarem-se na relva ao lado dos amantes, invariavelmente risonhas, espirituosas, joviaes, e mais bondosas que todas as irmãs de caridade das cinco partes do mundo. (...) recusando entreter o fogo

³⁰ Jornalista, defensora dos direitos políticos das mulheres, foi a fundadora da primeira sociedade sufragista feminina na França e do periódico *La Citoyenne*.

³¹ Atriz francesa, conhecida como a mais famosa do mundo à época.

das pyras sagradas para entreterem fogos profanos e agradáveis. Volúveis com certeza; porem tão repassadas do amor do próximo, coitadinhas!³²

O que parecia um elogio à beleza das francesas expressava com ironia uma crítica ao seu caráter, apresentando-o como um exemplo a não ser seguido pelas brasileiras, que tanto às admiravam pela elegância e beleza. O artigo, que começava falando do belo sexo, questionando se havia alguém que não gostasse de mulher, na verdade tinha por finalidade vulgarizar a imagem feminina, buscando demonstrar que as mulheres que se expunham em público estariam propensas a serem caluniadas e mal interpretadas. Dessa forma, implicitamente, o artigo defendia uma postura de retraimento da mulher, do contrário seriam tidas por mulheres “fáceis”, mulheres “públicas”. Note-se que a expressão “mulher pública” refere-se à prostituta, que seria aquela a ocupar o espaço público, assim, procurava-se dar um tom pejorativo e de reprovação àquelas que não se mantinham na reclusão doméstica. O espaço público não seria adequado, portanto, para a mulher “de família”.

Outra questão recorrente nos jornais foi a da Revolução, exaltada em diversas publicações ao longo do período aqui estudado. A *Gazeta da Parahyba* publicava, em 14 de julho de 1888, uma longa matéria comemorativa dos 99 anos de queda da Bastilha, afirmando que esta data era um marco entre “o reinado do absolutismo e o império da razão e da justiça”. E seguia em exortação de como os cidadãos franceses foram às armas em defesa da pátria usurpada.

Imediatamente, no mesmo dia, na mesma hora, talvez no mesmo instante, vibra indignada em todos os corações a fibra do patriotismo: “às armas” é o grito que se ouve de rua em rua, de esquina em esquina, de bairro em bairro; “às armas” dizem aos jovens valentes os veteranos prostrados pela idade; “às armas” falam os pais aos filhos; “às armas” loucas de patriotismo, balbuciam às mães aos ouvidos de tenras creanças que acalentam ainda no berço e que as não podem ouvir!

E a nação cobre-se de heroes promptos a defende-la, promptos a salvar a liberdade que todos viam em perigo.

Nesta passagem o jornal buscava acender um sentimento patriótico, descrevendo os feitos franceses na tomada da Bastilha, na qual até as mães teriam participado. O periódico finalizava a matéria afirmando que “Nós, somos filhos também da revolução francesa” e que

³² *Arauto Parahybano*, 19 de agosto de 1888.

devíamos a ela o “nosso turno”. Nas páginas seguintes do mesmo número, Taco (A. Cordeiro Junior), um dos importantes redatores da *Gazeta*, escreveu um texto onde prosseguia as afirmações em torno da importância da Revolução: “A França, essa nação heróica, cujo o influxo civilizador tem iluminado o mundo inteiro e com os reflexos de sua grandeza e de sua potencia moral; tem denodadamente humedecido o solo com o seu próprio sangue em prol das grandes ideias e da sua autonomia”. Exaltando os feitos civilizatórios que deveriam ser espalhados pelo mundo, o jornal definia a França como exemplo a ser seguido pelas sociedades civilizadas mais avançadas.

Os princípios fecundos e gloriosos que ficaram estabelecidos, como consequência d’essa esplendida victoria, devem, por assim dizer, construir a alma de toda organização política e social de um povo, porque afiançam os direitos do homem e elevam o nível moral das sociedades de qualquer país.³³

O jornal do dia seguinte narrava uma festa acontecida em homenagem ao 14 de julho, ofertada pelo Sr. Aron Cahn. Entre os vários júbilos oferecidos à data encontrava-se, também, elogios à atuação das mulheres que estiveram presentes durante a revolução, incitando seus companheiros, pais e filhos na luta contra as opressões vividas sob o Antigo Regime. O artigo trazia parte do discurso do Sr. Cahn, no qual relacionava a libertação da França com a abolição da escravidão no Brasil, comparando o 14 de julho e o 13 de maio e destacando uma diferença, o 14 de julho não teria libertado apenas uma raça, mas todo um povo que vivia sob o terror da “Bastilha”.³⁴

Em periódicos do mesmo ano encontrava-se artigos parabenizando o investimento do governo brasileiro pela participação na “Exposição Universal de Paris”, de 1889, quando também seria comemorado o centenário da Revolução³⁵ e propagados os avanços tecnológicos e sociais dos últimos anos. Segundo a imprensa, estando o Brasil liberto da mácula da escravidão e podendo ombrear-se às nações mais avançadas do mundo, não poderia se furtar de participar da exposição.

Ainda em 1892, O jornal *Verdade*, de 14 de julho, apresentava na manchete uma exaltada comemoração aos cento e três anos da queda da Bastilha com a inscrição: “Honra e glória aos denodados propugnadores da liberdade”. A França era vista como celeiro da liberdade e dos direitos dos cidadãos, e propulsora das grandes ideias. Nesse sentido as ideias

³³ *Gazeta da Parahyba*, de 14 de julho de 1888.

³⁴ *Gazeta da Parahyba*, de 15 de julho de 1888.

³⁵ *Gazeta da Parahyba*, de 18 de julho de 1888.

abolicionistas andariam juntas a estes ideários franceses de liberdade, igualdade e fraternidade também.

2.4 A luta pela abolição.

Os debates abolicionistas tiveram fácil aceitação pelos jornais aqui utilizados, sendo três desses abertamente defensores da causa e um quarto jornal simpático ao ideário. Pós-abolição, alguns deles foram considerados progressistas e noticiosos, outros evolucionistas. Os debates em torno desta questão foram muitos e a participação das mulheres neles também.

O jornal *Verdade* de 3 de maio de 1888 era só comemoração e publicava em sua capa que “Areia [estava] Livre!”, segundo o jornal:

Os Areienses que desde 1873 empenharam-se na humanitária luta em favor dos captivos não quiseram ser surpreendidos pela abolição imediata em virtude de lei, deixando que a acção alheia roubasse-lhes a glória de realizar por iniciativa própria uma aspiração em que julgavam comprometida a sua dignidade de povo civilizado.

Sem dúvida Areia foi a cidade que mais se destacou na Paraíba no processo abolicionista. O jornal *Areiense* era órgão da “Emancipadora Areiense”, grupo abolicionista, isso explica o grande número de matérias em favor da libertação dos cativos.

Em 07 de abril de 1888 o *Areiense* publicava uma nota, intitulada “Frutos do Abolicionismo”, sobre o casamento entre dois libertos, João Pedro Gonçalves e Miquilina Adelina de Lima, tendo a noiva recebido a sua carta de alforria “das mãos de sua senhora D. Anna Almeida”, em 24 de maio de 1884, irmã do Vigário Bastos, que concedeu festa aos noivos. Esta foi a primeira alforria conseguida a partir dos esforços da associação Emancipadora. Outros vigários estavam envolvidos na campanha, o mesmo jornal apresentava a libertação dos escravos do capitão Mathias Soares Cavalcante, “a pedido do seu filho”, o vigário de Guarabira. O envolvimento dos padres da província no movimento abolicionista levou o *Areiense* a publicar nota onde afirmava: “Este acto, que exprime positivamente o empenho da Egreja na extinção da escravidão; deve ser imitado mesmo por

aquelles que não teem filhos ou parentes padres, porque a boas obras devem sempre ser agradáveis a Egreja.”³⁶

Areia decretou em 3 de maio de 1888 a abolição da escravidão. Muitos foram os poemas em louvor a essa data, entre eles há o do redator chefe do jornal *Areense* e um dos principais abolicionistas da cidade, o jornalista Rodolfo Pires que escreveu:

Areia, ó berço querido
Teus foros engrandcestes,
E uma lição sublime
À província inteira deste
Foste um ponto onde primeiro
No Império do Cruzeiro
Se tratou da abolição
E hoje cheia de glória
Arrancas da nossa história
A página da escravidão!

O jornalista que assina o poema foi retratado pelo jornal como herói da abolição. Ele é apresentado, em uma série de artigos, como o principal responsável, juntamente com Manuel da Silva, proprietário do jornal *Verdade*, pelo fim da escravidão em Areia.

Em 1892, o jornal publicava o falecimento de Rodolfo Pires, após uma série de notas que relatavam o estado de saúde do jornalista, entre melhoras e piores. O jornal do dia 10 de novembro de 1892 apresentava uma matéria sobre sua morte, ocorrida dois anos depois da de Manoel Silva.

Com pesar, o jornalista F. Xavier Junior noticiava o ocorrido, dizendo que conhecera o abolicionista de perto:

nos últimos dias da campanha abolicionista e republicana, que foi mais vigorosa nesta cidade do que em outro ponto da Parahyba, trabalhei com ele, notando-o sempre forte e enérgico no meio de inimigos que não poupavam esforços para abate-lo. Não o conseguiram, porem, apesar de deixarem-no os régulos da política de aldeia sem pão para a sua família. A victoria da luta

³⁶ *Areense*, de 07 de abril de 1888.

lhe coube. As amargas contrariedades por que o faziam passar, si enfraqueciam seu physico, mais revigoravam a sua energia moral.³⁷

Após o falecimento, sua família enfrentara uma grande crise financeira, mal conseguindo se sustentar, passando a viver de auxílios de amigos, e por campanhas de solidariedade empreendidas pelos clubes abolicionistas.

O jornal *Gazeta da Parahyba*³⁸ fazia críticas ao Barão de Cotegipe que passou a requerer, pós-abolição, uma lei que indenizasse os ex-proprietários, o que era considerado pelo periódico um absurdo, contrário ao avanço democrático sobre qual a monarquia deveria se firmar.

Ainda sobre a abolição, repassava a *Gazeta da Parahyba*, que a *Gazeta de Norte* afirmava possuir um correspondente que dizia estar a princesa regente “arrependida em extremo do fraco serviço que nos prestou sancionando a lei da libertação dos escravos”. Segundo os órgãos de imprensa que ironizava dizendo que ela chegava a chorar ao perceber seu erro, mesmo certa de ter sido um feito necessário. Ainda segundo os jornais, a Imperatriz se arrependia ao ver as notas de adesões ao partido republicano que não paravam de crescer.

O *Arauto Parahybano*, em abril de 1888, publicava o convite feito pelo partido liberal, onde convocava uma reunião abolicionista na capital para decidir os moldes da emancipação. Neste ano o jornal apresentara várias notícias sobre o processo abolicionista. Naquele momento após a abolição, o jornal afirmava que o Brasil entrava em uma nova fase, mas que o espírito público deveria se manter atento para que outros melhoramentos necessários para a nação não parassem de ocorrer. Segundo os jornais:

Em nossa opinião o abolicionismo como propaganda, terá de permanecer ainda por muito tempo entre nós, porque, como já tivemos ocasião de dizer, sem nenhum mérito ficaria elle se sua acção terminasse com a liberdade individual do cidadão sem curar também de liberta-lhe o espírito³⁹

O jornal demonstrava seu compromisso com a abolição de forma ampla, sendo ela entendida não simplesmente como o fim da escravidão, mas como resultante da construção de uma nova nação, baseada nos princípios modernos onde a simples palavra abolição não daria conta do “levantamento das ideas que estão a germinar-se [sic] no cérebro da nação”, assim,

³⁷ *Verdade*, de 10 de novembro de 1892.

³⁸ *Gazeta da Parahyba*, de 13 de julho de 1888.

³⁹ *Arauto Parahybano*, de 27 de maio de 1888.

afirmava que passara de abolicionista para órgão evolucionista, lutando para o que se fazia urgente à nação, que era a instrução pública. No entendimento do *Arauto Parahybano*, um “paiz como o Brazil” que “acaba[va] de baquear a mais degradante instituição humana” nenhum outro assunto deveria ter maior atenção que não fosse a instrução do seu povo, função que deveria ser cumprida pelo governo e pela imprensa. Neste sentido é nítida a filiação às ideias de Joaquim Nabuco, que defendia ser preciso, após o fim do trabalho compulsório, dar cabo à “obra da escravidão”, era necessária uma segunda abolição, a abolição da ignorância e do analfabetismo.

Novamente o papel da imprensa era ressaltado neste processo, assim como das mulheres, elas se faziam presentes nos saraus, participando com doações para alforrias e sendo citadas como apoiadoras desse processo ao lado de seus pais, maridos e filhos.

2.5. A participação das mulheres parahybanas.

“Tu me croies la marée, je suis le deluge”⁴⁰

A partir dos relatos encontrados nos jornais aqui utilizados percebe-se que a mulher passava a ter maior notoriedade na sociedade, especialmente a partir das participações em clubes abolicionistas.

Em um segundo momento, as mulheres passaram a ter maior participação social em função do maior acesso à educação, fator importante nesse processo de autonomização. Porém, quando elas passaram a atuar como professoras foram apontadas como educadoras naturais, mais uma vez na tentativa de associá-las à esfera da natureza, desmerecendo suas qualificações técnicas e individuais, procurando com isso desqualificá-las ao mundo do trabalho. Essa naturalização dos dotes femininos passava por uma imagem que ia, paulatinamente, sendo transformada ao longo dos anos. Assim, quando a *Gazeta da Parahyba*, no dia 31 de julho de 1888, publicava uma matéria intitulada “A mulher e a Imprensa”, propagava o papel cada vez mais relevante da mulher na sociedade:

Dois são os poderosos elemento das evoluções humanas na tragédia da vida.

A imprensa e a mulher.

⁴⁰ Frase utilizada no final de um artigo sobre o crescimento das ideias repúblicas pós-abolição, publicado no jornal *Gazeta da Parahyba* de 27 de julho de 1888.

A imprensa como a resultante do recontro das faculdades: o motor gigantesco da civilização dos povos, a atalaia das liberdades publicas.

A mulher como a existência toda do homem: o santuario do amor, a brandura e a sensibilidade consubstanciada.

A imprensa instruindo a juventude e ilustrando a sensibilidade; rompe as brumas da ignorância, quebra as trevas do indifferentissimo e iluminando a estrada da honra e do dever, proclama as virtudes, profliga os vícios e condemna os crimes das sociedades.

A mulher, educando a infantilidade do lar, estabelecendo os fundamentos sólidos da moralidade na família, estreita os elos que a prendem aos filhos, forma os verdadeiros cidadãos e fixa na sua frente a coroa triumphal que eleva a Deus.

Ambas produzem a revolta contra o germen do mal, ambas tem deveres sagrados a cumprir; ambas trabalham pela grandeza da pátria; ambas marcham para o marco sublime a que as gerações successivas aneiam chegar – a perfectibilidade.

Ambas, finalmente, são irmãs na idea e nas acção: - uma porém actua directamente sobre a humanidade e a outra sobre os indivíduos.

Teriam de fato, a mulher e a imprensa, a mesma função na sociedade? Seria essa a leitura feita por esse jornal sobre a função social da mulher? Segundo o jornal, a mulher e a imprensa representariam um ponto elevado da “evolução humana na tragédia da vida”. A imprensa, no âmbito macro da evolução da humanidade, sendo seu motor e “guardiã das liberdades públicas”, enquanto a mulher, no micro, no lar, seria a “consubstancia da sensibilidade”, guardiã do amor. E tal como a imprensa, educando a juventude, a mulher serviria no combate à ignorância, educando seus filhos. Ambas, imprensa e mulheres, contribuiriam para a formação dos cidadãos, sensibilizando-os, e trabalhariam para a grandeza da pátria. Dessa forma, elas se completavam em seu trabalho de formação dos valores pátrios. Essas ideias demonstram que esse jornal atribuía uma função social importante às mulheres, que em seus lares auxiliariam na manutenção de uma pátria longe da ignorância, por meio a instrução dos indivíduos. Além disso, a participação da mulher ainda se daria de forma retraída, no lar, em face de seus atributos naturais. Lentamente o papel atribuído à mulher ia tomando sentido diferenciado, retirando-a da esfera exclusiva da reclusão doméstica.

No final dos anos de 1880, a circulação das mulheres nos espaços públicos se faziam mais intensa, elas participavam de vários Clubes de Leitura e dos recreios dramáticos. Eram

recorrentes as notas em jornais dedicadas às atrizes e espetáculos teatrais, que contavam com a presença de muitas “damas”. Neste sentido, o jornal *Verdade*, de 31 de dezembro de 1892, publicava cartaz da peça de D. Izabel Santos, e apresentava grandes elogios, já em 15 de dezembro de 1888 propagandeava uma peça teatral com a atriz Angelica de Azevedo.

O *Arauto Parahybano* publicava uma seção intitulada “Chronica Theatral” onde fazia críticas aos espetáculos. Nesta seção encontrava-se uma crônica sobre o espetáculo “Niniche”, apresentado pela Sra. Josephina Ferraz, juntamente com um tango desempenhado pela Mme. Beatriz Rosalia⁴¹. No mês seguinte havia uma nota de despedida da atriz Josephina Ferraz, que partira para o Ceará juntamente com todo o grupo lírico que tinha por diretores os artistas Affonso Vilella e a atriz Beatriz Rosalia⁴². O mesmo jornal ainda elogiava o espetáculo protagonizado pelo Sr. Affonso Vilella – “Os Sinos de Corneville” e também a diretora do grupo lírico, Beatriz Rosalia, que segundo o jornal “é o espírito que dá vida e entusiasmo ao nosso theatro”⁴³, e segue o elogio ao talento da atriz: “prosiga [sic], e continue a cultivar com o mesmo esmero a arte sublime, que professa”. Outras atrizes também receberam críticas positivas na “chronica”, como Maria Leonarda e Ismenia do Santos, por seus “talento[s] e gosto pela arte”. O mesmo jornal divulgava a reorganização da Sociedade Santa Cruz, que pretendia apresentar uma série de espetáculos “com o auxilio dos artistas Rocha, Luiz de França e sua mulher”.

A *Gazeta* de 31 de julho de 1888 noticiava os trabalhos de um circo chileno, denominado “Cruzeiro do Sul”, que fazia uma série de apresentações utilizando como espetáculo principal meninas de tenras idades. Um dos redatores do jornal fala sobre uma delas, a mais jovem, de apenas três anos: “Tu és a estrella que ensina aos vadios o caminho do trabalho, do trabalho honesto e que é para o trabalho e pelo trabalho é que devemos viver”. E se compadece da situação da pequena artista.

Eu fallo-te, Annita, com sinceridade de um coração que se enthusiasma por ti: admiro-te, mas tenho pena de ti, que muitas vezes trabalhas para um publico que não te comprehende, que não sabe que de exforços tu despendes para agrada-lo, esforços que muitas vezes são superiores a tua idade e força! Tenho pena de ti, porque tens necessidade de desconhecer os brinquedos que são próprios da tua idade!

⁴¹ *Arauto Parahybano*, de 20 de maio de 1888.

⁴² *Arauto Parahybano*, de 12 de junho de 1888.

⁴³ *Arauto Parahybano*, de 06 de maio de 1888.

O *Arauto Parahybano*, de 2 de setembro de 1888, tem como manchete a inscrição “Honra ao Mérito”, e todo o número do jornal é dedicado a homenagear a “Estrela D’alva”, Annita Palacios, e sua irmã, a “Estrela do Sul”, Adelia Palacios, com vários poemas dedicados a elas. O jornal ainda trazia matéria sobre Mlle. Adele Callebaut, que a *Revista Constructores* afirmava ser uma talentosa na arte de pintura com areia⁴⁴.

Como tentei demonstrar, são várias as referências que apresento sobre mulheres artistas. Procura-se destacar um quadro que estava sendo criado, onde as mulheres passavam a atuar numa esfera paulatinamente crescente nessa província.

Apesar dos exemplos que utilizo não estarem de acordo com os preceitos morais que vingavam na época acerca do que seria a “boa” mulher, a mulher exemplar, eles serviam de contraponto ao que os jornais apresentavam enquanto instrumentos “reguladores” da moral pública. Apesar da imprensa pregar uma postura recatada às mulheres, entendido o recato, neste caso, principalmente como reclusão doméstica, também destacavam um número cada vez maior daquelas que iam a público desempenhar atividades profissionais, mesmo que a contragosto da sociedade, ainda marcada pelas tradições patriarcais. Assim, os jornais insistiam em construir uma imagem feminina retratando a mulher como pura e delicada, todavia, este discurso vai mudando, percebendo-se não ser mais esta uma posição hegemônica.

O jornal *Verdade* de 30 de novembro de 1889 publicou o poema de Luiz Guimarães, intitulado “Eva”, no qual o autor descreve a beleza loura e pura da primeira mulher, posta no éden junto com o homem, mas expulsa do paraíso por seu pecado, a quem o poeta agradece:

Salve!

Ó sublime filha do Senhor!

Tu que inventaste o êxtase, a ternura

E os crimes todos do primeiro amor!

Assim expunha-se a duplicidade de pureza e pecado na origem/natureza da mulher. Em 1892, este jornal apresenta uma nota que intitulada “Ao bello sexo que leia”, noticiando uma reunião organizada em Paris pela “Federação Francesa das Sociedades Femininas”, na qual se discutia o traje feminino, concluindo que as mulheres deveriam vestir-se como quisessem. Lá se reuniu uma grande quantidade de mulheres, que após algumas horas de debates, concluíram por uma moção que afirmava: “Que todas as associadas usem saias e

⁴⁴ *Verdade*, de 30 de novembro de 1889.

vestidos curtos, que deixem de usar espartilho, que os corpinhos não sejam decotados, que não ponham chapeo [sic] de abas largas e calcem botas de salto raso”. A nota conclui com uma afirmação da redação : “Se essa moda viesse para cá...”⁴⁵ o que parece uma crítica irônica à reunião organizada em Paris.

Era grande a repressão às novas expressões da moda feminina. Os jornais da época apresentavam muitas piadas acerca dos novos costumes de vestimenta feminina, a exemplo da matéria intitulada “Pilheria” publicada no jornal *Verdade* de 21 de julho de 1892, a qual contava a história de uma mulher que ao se consultar com um médico perguntava: “- Sr doutor, há quem affirme que o pintar o cabelo faz mal aos miolos, será verdade?” E o médico respondia: “ – Não, minha senhora; e por uma razão muito simples: quem pinta os cabellos não tem miolos!”

O jornal *Gazeta da Parahyba* apresenta tom irônico num texto sobre a indulgência feminina, no qual afirma que um domador dizia que o hábito de viver com irracionais o havia tornado indulgente com os homens, já quanto à mulher, afirmava que o hábito de viver com homens, a havia tornado indulgente com os irracionais⁴⁶. Há ainda neste mesmo jornal um poema dedicado ao corpete, versando sobre como este violentamente oprimia o corpo das moças⁴⁷. Segundo a poesia, usá-lo despertava sentimentos eróticos nos homens, o que significava que seu uso parecia não ser de bom gosto para as mulheres recatadas.

Para concluir sobre a melhor postura adotada por uma mulher, em 17 de agosto de 1888, a *Gazeta* publicava uma historieta sobre uma jovem que ao resolver se casar travava um diálogo com seu noivo que, por pouco, não desfaz seu compromisso. O noivo havia lhe pedido uma música ao piano e teve como resposta a indagação se não estava cedo demais para ter de obedecê-lo. Em contrapartida o noivo teria afirmado: “ - Mas eu não imponho a minha vontade, peço; e os esposos não a impõem as esposas...”, a moça teria então retrucado dizendo que só não as impõe caso tenham elas superioridade de talento, ou de dinheiro em relação ao esposo. “Havia nas palavras da moça um tal cunho de dignidade e amor próprio e ao mesmo um tom tão dolorido, que sua alma parecia partir-se, e o rosto cobrio-se de um sombrio véu de tristeza [sic]”. Com essa declaração, o futuro esposo sentiu-se ofendido e por pouco não foi desfeito o noivado.

A historieta procurava demonstrar que as mulheres não deveriam, em nenhum momento, questionar seus maridos ou mesmo seus noivos, deveriam manter-se submissas e

⁴⁵ *Verdade*, de 15 de novembro de 1892.

⁴⁶ *Gazeta da Parahyba*, de 01 de setembro de 1888.

⁴⁷ *Gazeta da Parahyba*, de 29 de agosto de 1888.

caladas. No caso específico, porém, o casamento aconteceu, afinal, segundo o jornal, “erão dous entes que se amavam, sem loucura, sem sonhares e sem ceu azul, porque de tudo isto já tinha passado a quadra, e o casamento para ambos era mais que uma necessidade: era um benefício”. Aqui fica claro como era entendido o bom casamento, sem paixão, um contrato de benefício mútuo, como presumia a tradição patriarcal, na qual as alianças não são travadas a partir de motes sentimentais, afetivos ou sexuais, mas de acordo com os interesses materiais, patrimoniais e familiares, daí a ideia dos contratos matrimoniais representarem, antes que a expressão do amor romântico, disseminado a partir da segunda metade do século XIX, um acordo de interesse mútuo, mesmo que sem amor, sem loucura, sem olhares e sem céu azul. Continuando a historieta, alguns anos depois de casados, o esposo pergunta à esposa sobre um desengano amoroso que ela sofrera, e ela responde: “- Olha, meu amigo, os homens nunca deveriam procurar sondar o coração de uma moça solteira na esperança de encontrá-lo puro e com a transparência de um crystal. Há sempre n’ele mais de uma recordação triste, mais de uma flor murcha”. Ela tributava esse fato aos homens que iludiam as mulheres com promessas de amor não cumpridas, afirmava haver outros casos onde as mulheres “criam azas, e doudas mariposas, queimam n’as aqui e acolá”. Com indignação, a personagem ainda questionava, “e sabes a sociedade o que diz?”, que são “loureiras”, que “sofrem da hysteria do casamento”, e conclui reivindicando: “Não achas que devia haver uma lei que punisse o homem que falta a sua palavra e a sua jura a uma mulher, comprometendo-a moralmente?” Esta historieta é um bom exemplo de como se fazia a propaganda da moral que deveria ser seguida pelas mulheres, apesar de ser um pouco crítica em relação à crueldade da sociedade contra aquelas que não seguiam o caminho trilhado como ideal. O trecho ainda aponta a importância de um casamento sem arroubos, do controle da fala da mulher e da importância de sua resignação.

Partindo dessa almejada moral, os jornais noticiavam os casamentos e as mortes das jovens e das senhoras. Esses eram os dois momentos em que os jornais se referiam aos feitos das mulheres com entusiasmo. Fosse por terem contraído um bom casamento com um senhor ilustre da sociedade, fosse por anunciar a morte de uma senhora que cumpriu adequadamente sua função de mãe e esposa, deixando para a sociedade muitos filhos e netos, assim apresentam-se as notas de casamento, que elogiam a elegância e o luxo dispensados nos matrimônios dos ilustres da província⁴⁸.

O jornal *Verdade* de 07 de novembro de 1889 falava com excitação sobre uma jovem senhora de apenas 40 anos que havia dado à luz a 31 filhos, sendo esta digna de pensão,

⁴⁸ *Verdade*, de 02 de julho de 1892.

afinal, segundo o periódico, “tem dado à pátria 31 filhos”. Essa mesma lógica, da função social atribuída a mulher, se mostra quando eram publicadas notas de falecimentos como esta:

Falleceu ante-hontem nessa capital e sepultou-se hontem a Sra D. Anna Gomes da Silveira, **viúva** do major João José de Almeida, **mãe** dos Srs. Duarte e Caetano Gomes da Silveira, e **sogra** dos Srs major Bento da Costa Villar, Manoel Pacheco Borges e capitão Julio Maximiano da Silva, **deixando numerosa prole**, porquanto fazia a finada parte de uma das mais antigas e numerosas famílias d’esta província⁴⁹(grifo meu)

Nesta nota observa-se o destaque para as funções de mãe de filhos homens, de esposa e de sogra de genros e, o que era também importante, produtora de numerosa prole, o que expressaria a continuidade da tradição familiar. É interessante destacar que não se cita qualquer das filhas ou noras. Ao que se intui, a relevância da mulher na sociedade era relegada às suas funções na reprodução e amparo dos homens, estes sim, dignos de nota. Assim, não se valorizam as características individuais e cidadãs da mulher, mas apenas e tão somente seu papel no interior da família, na qual só aqueles do sexo masculino recebiam atenção por parte da imprensa e da sociedade. Quanto às mulheres, não mereciam sequer nota. Do ponto de vista social e cívico, procurava-se torná-las invisíveis ao público, retomando-se os valores e princípios patriarcais de tradição oriental, tendentes à reclusão doméstica das mulheres. Só era digno de nota o exercício de suas funções familiares, abstraindo-se, portanto, seu papel civil, público. Segundo a moral hegemônica, reiterada pela imprensa, a mulher só era cidadã no exercício do cuidado com o marido e na criação dos filhos, os filhos da pátria. Pouco se tratava de sua ação social, política ou econômica, assim como de seu papel ativo, mas ressaltando, sempre, seu papel passivo, submisso, subsidiário, de criadora e procriadora, reafirmando relações próprias àquelas do mundo da natureza, não da razão e da política.

De forma bem diferente era noticiado, no dia seguinte, o falecimento de uma atriz: “Falleceu a atriz Gertrudes Rita da Silva. Devia ter mais de 60 annos, e havia 10 ou 12 que estava reformada, como atriz de 1ª classe, vencendo como tal 72 \$ mensaes”⁵⁰, apesar da nota ser sucinta, sabemos mais desta mulher como indivíduo do que da apresentada acima. É citada sua profissão, ou seja, sua colocação no espaço público do trabalho, e seu vencimento, que expressa sua posição no espaço social do mercado. As atrizes, como já mencionei no início do capítulo, são figuras recorrentes nos jornais.

⁴⁹ *Gazeta da Parahyba*, de 25 de julho de 1888

⁵⁰ *Gazeta da Parahyba*, de 26 de julho de 1888.

No final do século XIX, outras mulheres começavam a fazer parte dessa esfera, a exemplo das professoras, abrindo caminho para que passassem a ocupar, paulatinamente, maior espaço social e na vida pública, assumindo funções cívicas, diferentes, portanto, daquelas exclusivas da vida doméstica. Essa tendência marca o início de um longo processo de mudança, que se intensifica a partir da decadência da família patriarcal na segunda metade do século XIX, que levou a mulher a reivindicar e galgar espaços sociais mais destacados, que lhes permitissem reivindicar direitos e participação na vida econômica e também política, alterando os papéis tradicionais a elas até então relegados, resumidos à esfera privada da família. As mulheres de elite começavam a participar do mundo do trabalho não doméstico e a se tornar proprietárias de seus bens, quer por meio de seus próprios proventos, que por herança, rompendo a tradição da patrilinearidade na sucessão de espólio familiar, a exemplo da viúva de Manuel da Silva, abolicionista e proprietário da tipografia do jornal *Verdade*.

O jornal *Arauto Parahybano* publicou uma matéria sobre os suplícios pelos quais passavam as mulheres que, com a ampliação do comércio urbano, passaram a trabalhar nas lojas femininas. O jornal reproduzia trecho de um romance de Émile Zola, *Au Bonheur des Dames*, onde o autor descrevia esses estabelecimentos comerciais como locais de escravização moderna: “De todas as pessoas que se extenuavam n’esses incommensuráveis armazéns ou em outros mais modestos, as mais interessantes são as mulheres condenadas a sentinellas perpetuas, peores que as galés, peores que a legendária grelha de São Lourenço”⁵¹. Para Zola, as mulheres cumpriram, resignadas, seus trabalhos.

À medida que as mulheres assumem novos papéis, uma nova conjuntura ia se formando, era possível ver registro de denúncias de violência e casos como o de cárcere privado, como o registrado pelo *Jornal do Commercio* e republicado pela *Gazeta* em 28 de julho de 1888, de um sedutor que engravidava meninas e se aproveitava do desamparo e abandono que estas recebiam da família tomando-as como sua propriedade. Outro caso relatado, mas que chegou ao júri, tratava do estupro de uma mulher, qual o acusado foi inocentado de forma tão inexplicável que o presidente do tribunal recorreu da sentença por “manifesta contradição” dos fatos⁵². No mesmo dia o júri inocentou uma mulher pelo crime de “tentativa de morte” contra si mesma, não se sabe se esta era a vítima do defloramento. Porém, no jornal do dia seguinte publicou-se uma matéria expressando espanto com tamanho descaso do júri em relação ao estupro ocorrido⁵³. Na *Gazeta* de 24 de julho de 1888, há

⁵¹ *Arauto Parahybano*, de 19 de agosto de 1888.

⁵² *Gazeta da Parahyba*, de 25 de agosto de 1888.

⁵³ *Gazeta da Parahyba*, de 26 de agosto de 1888.

registro de uma mulher espancada por um senhor-de-engenho, que resultou em um aborto, pois a vítima estava grávida. O jornal publicava a notícia, o que penso ser um sinal de mudança diante do silêncio que encobria a violência contra a mulher.

Nesta fase de transição as mulheres também passaram a constar no noticiário policial como réus em processos criminais. A *Gazeta* de 19 de agosto de 1888 noticiava um assassinato de um homem perpetrado por uma mulher por meio de uma facada, mas nada era dito sobre o motivo deste assassinato. As mulheres também constavam em processos de cumplicidade em roubos⁵⁴ e na venda de drogas, como foi noticiado no jornal *Verdade* ao tratar da prisão de uma “quadrilha de narcotisadores”⁵⁵. Os jornais ainda traziam vários registros de mulheres que davam entrada na cadeia pública por causarem “distúrbios” nas ruas⁵⁶.

A participação das mulheres livres nos espaços públicos ocorreu de forma mais intensa em função de seu ingresso no mercado de trabalho, que permitia a afirmação de interesses individuais e uma relação societária diversa daquela preconizada pelo patriarcalismo das fazendas, pelo domínio despótico do *pater familias*, pelos interesses do grupo familiar acima dos particulares, sob uma hierarquia na qual a mulher ocupava posição inferior e subordinada, não tendo convívio no espaço social enquanto indivíduo ou cidadã. O fim do dote e a entrada no mundo do trabalho favoreceram uma aceleração no processo de autonomização da mulher, que passava a afirmar seus desejos na esfera privada, escolhendo seus noivos a partir do amor romântico, e na esfera social, apresentando-se como um indivíduo com interesses e direitos, submetido a relações contratuais de livre e mútuo benefício. Essas mudanças sociais, econômicas e culturais abriram caminho para o rompimento do despotismo patriarcal, permitindo que as mulheres comessem a ganhar seus próprios salários e a construíssem estratégias de vida particulares, individuais. Porém, quando sem meios materiais que garantissem o sustento, as mulheres careciam de autonomia que lhes permitisse galgar posições elevadas de *status* e poder na sociedade brasileira do século XIX. Ainda nas últimas décadas deste século, entretanto, este panorama começaria a mudar, indicando o rompimento dos elos patriarcais, a substituição da família extensa de elite pela nuclear, do meio rural pelo urbano, reforçando os princípios liberal-capitalistas, focados na tríade indivíduo/trabalhador/cidadão.

⁵⁴ *Verdade*, de 21 de julho de 1892.

⁵⁵ *Verdade*, de 21 de junho de 1892.

⁵⁶ Registrado na *Gazeta da Parahyba* de 14 de agosto de 1888, de 27 de julho de 1888 e de 14 de julho de 1888.

Neste processo de longa duração as mulheres foram ocupando espaços na vida social e também no debate político, passando a prenunciar um movimento feminista que somente muitas décadas depois ganharia organicidade e institucionalidade, de forma a empreender uma ação própria de um grupo de interesse, intervindo na vida política e social no sentido da defesa de uma plataforma unificada de mudança em benefício delas.

O jornal *Gazeta da Parahyba*, de 28 de julho de 1888, publicou uma matéria sobre o divórcio na França, apresentava os dados estatísticos que comprovavam o aumento crescente de solicitações de divórcios e de separações de pessoas e bens, a pesquisa tinha sido apresentada pelo *Jornal Oficial*, havendo uma maior solicitação por parte dos casais com filhos, e do maior número das requisições de divórcio sendo impetrados pelas mulheres. Segundo constava: “Das 7.598 acções apresentadas em 1886 são 4.581 de divórcio e 3.017 de separação de pessoas e bens. Das primeiras foram 1.848 a requerimento do marido e 2.733 a requerimento da mulher. Das segundas 453 apresentou-as o marido e 2.564 a mulher”, os principais motivos das separações eram as “sevícias e injurias graves”, seguidas pelo adultério da mulher. Já o adultério masculino era uma das últimas causas na escala. O jornal questionava: “Será porque o homem se comporta melhor na observância do pacto conjugal? Ou será antes porque lhe é mais fácil encobrir os seus desmandos, ou porque a mulher se resigna mais facilmente a elles?” E conclui: “É mais provável a ultima hypothese”⁵⁷. Fica aqui demonstrado o maior interesse das mulheres pelo fim de seus relacionamentos. No entanto, o divórcio não foi de fácil aceitação, a *Gazeta* de 11 de agosto de 1888, republicou uma matéria d’o jornal *Paiz*, intitulada “Adultério e Assassinato”, na qual se noticiava o assassinato de um empresário em plena luz do dia na Rua do Ouvidor, Rio de Janeiro. Preso, o assassino confirmava: “- Fui eu quem o matou, em desaffronta da minha honra”, certo de sua razão e de que seria inocentado, afinal, segundo os padrões morais e jurídicos da época, seria vítima, pois era traído por sua mulher. No sentido da defesa da tese de que a culpa do assassinato seria antes da mulher adúltera que do marido traído que matara o amante de sua esposa, o jornal a descrevia da seguinte forma: “Maria da Dores Silos, a esposa adúltera, é parda, filha natural do capitalista Alexandre José Correia Villar e de uma mulher de cor preta, de nome Fausta Bemvinda, que ha cerca de 30 annos vive em companhia desse homem”. Essa descrição destacava especialmente a cor da mulher, classificando-a como adúltera, destacando um tom pejorativo e acusador. Já em referência ao assassino, a folha descrevia-o como “um homem trabalhador e morigerado, generoso e franco, apiedado de quantos em más condições

⁵⁷ *Gazeta da Parahyba*, de 28 de julho de 1888.

de fortuna recorriam à sua caridade, mostrando-se sobretudo pai extremado”. O crime seria, pelo entendimento pretendido, da mulher, por ter cometido adultério e não ter sido devidamente castigada, em função da intervenção dos filhos do casal. Não obstante, o esposo a “devolveu” para a casa de seu pai, que pedira para que ele não fizesse escândalo, alegando que sua filha seria “devidamente punida”. No entanto, ao contrário, o pai da moça teria cometido o “ultraje” de apoiá-la em um processo de divórcio. Em carta para o jornal *Paiz* o esposo assassino relata: “Este pai que devia ser moral por sua posição monetária e pela sua idade avançada propoz [sic], em nome da filha, acção de divórcio, para impunemente sua filha desfrutar-se com seu amante”. E prosseguiu afirmando que “este pai sem moral tem-me feito uma perseguição sem limites; jurou que me poria na penúria ainda que gastasse 100 contos de réis”. Umbelino Joaquim de Silos, o marido traído e promotor do assassinato, concluía sua carta afirmando que deveriam responder junto com ele por seu crime o pai da esposa, assim como o advogado da família que a estava auxiliando no processo de divórcio. Em suas palavras: “Este pai, que tudo tem feito contra mim com o poder de seu ouro, deve ser cúmplice do meu crime, e este advogado d’alma negra, que tem sido o conselheiro daquellas immoralidades, deve ser chamado para justificar seus torpes actos”⁵⁸.

Como se percebe, há um apelo aos princípios morais que atribuiriam legitimidade ao uso privado da violência como recurso defensivo da honra, o que tornaria o marido réu confesso antes vítima que criminoso. Apesar da notória reprimenda social ao comportamento da mulher e ao divórcio, percebe-se no acompanhamento das notícias dos jornais um aumento significativo desses tipos de processo, indicando um lento rompimento dos arranjos matrimoniais e com o despotismo dos maridos.

O processo de emancipação se dava lentamente, em pequenas ocorrências e resistências. A mulher que estava em processo de emancipação participava dos debates republicanos e reivindicava princípios democráticos, passando a intervir politicamente na sociedade, como pôde ser visto em homenagem feita por um escritor anônimo na qual elogiava os feitos femininos pela abolição, afirmando que “n’essa nossa província até a penna feminina, com proficiência, já escreve artigos proeminentes”⁵⁹.

Na *Gazeta* de 17 de agosto de 1888, publicou-se matéria afirmando que “A emancipação da mulher, quer do ponto de vista intellectual, quer social, é realmente cousa bonita, eu acho porém mais bonito a esposa e a mãe que tem verdadeira compreensão do seu fim”, concluindo que a emancipação da mulher, que a poria em situação de igualdade com o

⁵⁸ *Gazeta da Parahyba*, de 12 de agosto de 1888.

⁵⁹ *Arauto Parahybano*, de 06 de maio de 1888.

homem, muito prejudicaria a família, assim não sendo necessário, nem positivo. Essa matéria foi publicada em resposta à carta de um interlocutor identificado pelo nome de Nemo, que em tréplica, na *Gazeta* de 19 de agosto de 1888, contesta o comentário anterior, dizendo que não lhe parece consentâneo com os princípios da liberdade, igualdade e fraternidade, “viver a mulher na dependência humilhante, que lhe pretendem impor uns tantos pensadores, que encaram tudo pelo lado prático de suas commodidades”, concluindo com a afirmação de que desejava “vê-la elevada à altura de ser livre e pensante”, baseada em tais princípios ela iria buscar construir uma nova situação social.

3. AS MULHERES E A IMPRENSA: O GERMINAR DAS IDEIAS REPUBLICANAS.

*“se me perguntassem o que acho que se deva principalmente atribuir à prosperidade singular e a força crescente desse povo, responderei que é a superioridade de suas mulheres”.*⁶⁰

Neste capítulo, pretendo esboçar alguns elementos históricos que permitam acompanhar o processo de formação da mulher-cidadã, membro ativo e autônomo da soberania do corpo político. Discuto esta nova situação social em que as mulheres passam a ser figuras atuantes em um novo processo de contrato social⁶¹, entendendo seu papel no contexto de sua organização primária. Buscarei expor a trajetória de algumas mulheres que iniciaram esse processo de criação de um espaço público feminino por meio de seus escritos nas províncias do Norte do país.

Entre os jornais que circulavam desde o século XIX havia aqueles voltados para o público feminino. Geralmente estes veículos buscavam “ilustrar” a mãe de família, apresentavam moldes de roupas ou receitas culinárias, ou então reproduziam o que se convencionou denominar de literatura “barata”. Havia também os jornais escritos por mulheres, entre estes procurei destacar aqueles que apontam um posicionamento militante na configuração da ideia de cidadania feminina, os que se envolveram na campanha abolicionista e republicana, alguns deles sendo usados como expressão da reivindicação de direitos políticos igualitários, como o direito ao voto.

3.1 As mulheres na imprensa

A atuação das mulheres na imprensa começa, ainda no século XVII, por meio da publicação de textos para o entretenimento feminino. O primeiro jornal feminino, o *Lady's Mercury*, foi fundado em 1693, na Inglaterra, e exerceu um papel de “consultório sentimental” para as mulheres da nobreza. A partir de então, os jornais femininos se espalharam pelo mundo, as alemãs inseriram o horóscopo, as italianas compartilharam

⁶⁰ TOCQUEVILLE, A. A Democracia na América, 3º parte, cap.XII, p. 265.

⁶¹ Pateman (1993) critica a ideia de contrato original, que excluiu às mulheres do campo da política, criando o campo da liberdade e da dominação, pois para a autora “o sentido da liberdade civil não pode ser compreendido sem a metade perdida da história, que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato.” (p.17).

modelos de tricô e começaram a escrever “colunas de teor católico”, dando destaque à figura materna.

Da França surge o modelo de jornal feminino que mais crescerá ao longo do século XIX, o jornal literário. Em 1759, o público entra em contato com o *Journal des Dames*, que reenvia contos, poesias, críticas de livros e peças teatrais escritas tanto por mulheres quanto por homens (OLIVEIRA, 2009, p.06).

A França foi um dos principais países responsáveis pela “difusão de periódicos femininos nas Américas”, especialmente no Brasil.

Nos Estados Unidos, em 1828, surge a *Ladie's Magazine*, a primeira revista editada por uma mulher, Sara Joseph Hale, uma das primeiras publicistas americanas.

Em 1852 foi publicado no Brasil o primeiro jornal genuinamente feminino, o *Jornal das Senhoras*⁶², fundado pela baiana Violante Atabalipa Ximenes de Bivar e Vasconcelos⁶³. Segundo Sodré, a mulher começava a se libertar da clausura colonial e passava, agora, a ocupar espaços nos salões e, até mesmo, nas ruas. Com isto, a busca por um tipo de periódico específico para elas foi ganhando força, inicialmente como “literatura amena de pura fantasia, sem nenhum fundamento na realidade” (SODRÉ, 1983, p.198). Em seguida, a moda passou a ser tema recorrente nos jornais destinados às senhoras, o que não impediu que as reivindicações dessas mulheres aumentassem à medida que passaram a participar da vida pública, fora do ambiente doméstico.

No *Jornal das Senhoras* pode-se ver em quase todas as tiragens brindes destinados às mulheres, muitas vezes, moldes de roupa caracterizando as tendências da época. Além de temas relacionados à moda e à poesia, o jornal de número 01 traz uma tentativa de definir o que viria a ser a Mulher. E nessa tentativa de definição conclui:

⁶² Há um impasse sobre a verdadeira fundadora desse jornal, em alguns locais Violante Atabalipa é apontada como fundadora, assim consta nos registros da Biblioteca Nacional. Não obstante, para alguns autores é a argentina Joana Paulla Manso de Noronha que aparece como fundadora. (COSTA, 2007, p. 133)

⁶³ Violante Atabalipa Ximenes de Bivar e Velasco nasceu na Bahia em 1º de dezembro de 1817, e faleceu no Rio de Janeiro em 25 de maio de 1875, filha de Diogo Soares da Silva Bivar e de Violante Lima de Bivar. Seu pai foi membro do Conselho Imperial e primeiro presidente do Conservatório Dramático do Rio de Janeiro, além de redator do jornal *Idade d'Ouro do Brasil*, e da primeira revista nacional, *As Variedades* ou *Ensaio de Literatura*. Violante dirigiu o *Jornal das Senhoras* até 1855 e foi considerada a primeira jornalista brasileira por Joaquim Manuel de Macedo. A autora defendia igualdade intelectual entre os sexos e fundou, em 1873, outro periódico semelhante ao *Jornal das Senhoras*, *O Domingo*. (COSTA, 2007, p. 133)

Reformace a sua educação moral; deixem os homens de consideral-a sua propriedade.

Seja o que Deos a fez: ser que pensa e não coisa que se muda de logar sem ser consultada; e então quando assim for fallaremos.

Entretanto este jornal dedicado exclusivamente às Senhoras tratará desses direitos e dessa educação, cuja a principal tendência é a emancipação moral da mulher.⁶⁴

Isso posto, apresenta que elas foram à busca de novas conquistas, não bastando discutir moda e literatura “amena”, mas também reivindicando uma melhor educação.

Nesta época, segundo Costa (2007), tinha-se como ideia dominante aquela apresentada pelo cronista francês Charles d’Epilly, que dizia: “uma mulher já seria o suficiente alfabetizada se soubesse ler receitas de goiabada; mais que isso seria perigoso” (p. 132).

No entanto, apesar da situação apresentada, vários foram os jornais dedicados ao público de leitoras. Em 1827, organizava-se o primeiro periódico brasileiro dedicado às mulheres, *O Espelho Diamantino*, inicialmente em Minas Gerais, depois transferido para o Rio de Janeiro, onde teve seus primeiros números republicados. Nas páginas desse jornal, discutia-se, sobretudo, a questão da educação feminina, assim como, no mesmo ano, ficou conhecida a primeira legislação referente à instrução das meninas, admitindo seu ingresso no ensino elementar. O exemplo desse jornal logo foi seguido em Minas Gerais, com o *Mentor das Brasileiras*, de 1829; na Bahia, com *O Despertador das Brasileiras* e em São Paulo, com o *Manual das Brasileiras*, estes últimos de 1830.

Mesmo longe da Corte, a publicação desses jornais voltados para o público feminino ganhava força, o que pode ser verificado com o surgimento de títulos como: *O Espelho das Brasileiras*, de 1831; o *Jornal das Variedades*, de 1835; o *Relator de Novellas*, de 1838 e o *Espelho da Bellas*, de 1841, este publicado com a epígrafe: “nada é belo, nada é amável, sem modéstia e sem virtude” (*apud*, COSTA, 2007, p.132), o que demonstrava uma concepção de jornal para a melhor formação do belo, no caso, do belo sexo, todos de circulação na cidade de Recife. Em 1860, surgiu na mesma cidade o *Bello Sexo*. É importante ressaltar que esses jornais, até então, tinham sido editados por homens, apenas no final do século XIX é que teremos as mulheres escrevendo ativamente, por isso a importância e o pioneirismo do *Jornal das Senhoras*, fundado, em 1852, no Rio de Janeiro, visando “propagar a ilustração e cooperar

⁶⁴ Mulher In *O Jornal das Senhoras* de 01 de janeiro de 1852, disponível em : http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/per700096/1852/per700096_1852_01.pdf

com todas as suas forças para o melhoramento social e para a emancipação moral da mulher”(COELHO, s/d, s/p). Pouco depois, Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar ocupava-se no Rio de Janeiro de *O Belo Sexo*⁶⁵, jornal que pretendia provocar a manifestação feminina na imprensa, logo seguido pelo *O Sexo Feminino*, de 1875, fundado por Francisca Senhorinha da Motta Diniz, mulher influente convidada para ser professora na Corte, onde instalou o jornal (COELHO, s/d).

Em outros momentos, as mulheres escritoras em jornais passaram “despercebidas” sem estamparem seus nomes nas páginas dos mesmos. Um exemplo foi Corina de Vivalde, filha de Carlos Vivalde, que escrevia nos periódicos dirigidos por seu pai, *Ilustração do Brasil* e *South American Mail*. Corina “dirigiu a *Ilustração Popular*, colaborou na *Folha Nova*, de Manoel Carneiro, na *Gazetinha*; foi redatora, em 1888, do jornal de José do Patrocínio, na *Cidade do Rio*” (SODRÉ, 1983, p.222) e, mesmo depois de casada com Visconti Coaracy, continuou a escrever e a colaborar em vários jornais da época.

Até que a letra da lei referendasse a participação das mulheres na vida política brasileira, muito aconteceu em torno de sua mobilização. Uma “opinião pública” atenta à chamada “questão feminina” gestava-se ainda no Império e nas primeiras décadas republicanas, fazendo proliferar os jornais e as associações ocupadas em discutir o lugar da mulher na vida pública nacional.

Não foi sem propósito que as mulheres enfrentaram dificuldades em sua busca por educação, pois as reivindicações iriam paulatinamente mais além.

3.2 Ilustres publicistas

No início do século XIX era por aqui conhecido o *Direitos da Mulher*, da inglesa Mary Wollstonecraft⁶⁶. Refletindo sobre suas experiências particulares, a autora buscou uma explicação social para a situação a que eram submetidas as mulheres em geral. Como não

⁶⁵ O *Bello Sexo* aparece em duas referências diferentes, uma afirma ser ele um jornal editado em Pernambuco, em outra, editado no Rio de Janeiro. Não ficou claro se são dois jornais com o mesmo nome, ou se foi erro de algum dos autores. (COSTA, 2007 e MUZART, 2003)

⁶⁶ WOLLSTONECRAFT, M. *Vindication de los derechos de la mujer*. Ediciones Istmos, Madrid, 2005. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=sE64epomOMMC&pg=PA24&lpg=PA24&dq=vindication+de+los+derechos+de+la+mujer&source=bl&ots=Ex2H2694mq&sig=tEQIYzvK6cU7ILBCI6_hTQVdO_s&hl=pt-PT&sa=X&ei=FSxlUMjBAoem8QSsrICQCQ&ved=0CFUQ6AEwBg#v=onepage&q=vindication%20de%20los%20derechos%20de%20la%20mujer&f=false. Primeira tradução livre feita no Brasil, por Nisia Floresta, em 1832.

casara quando jovem, pois lhe faltava um dote, suas oportunidades de trabalho e sobrevivência se tornaram restritas, obrigando-a a viver sob privações financeiras. As mulheres não tinham espaço no mercado de trabalho formal, especialmente sem serem casadas (MIRANDA, 2010). Sua história de vida servia de exemplo das dificuldades de afirmação da independência das mulheres.

Wollstonecraft contrasta com os posicionamentos de outras revolucionárias, a exemplo de Olympe de Gouges⁶⁷ que reivindicava o papel político da mulher. Para Sledziewski (1991), enquanto Gouges se posicionava contra a tirania dos homens, “o ponto de vista de Mary Wollstonecraft esta[va] mais radicalmente, mas também de maneira mais programática, centrado na dimensão cultural da opressão das mulheres e da reivindicação de seus direitos, a boa distância do combate político”(SLEDZIEWSKI, 1991, p. 50), reivindicando o reconhecimento social das tarefas domésticas. A inglesa centrava suas reivindicações em combater a ideia que fazia do homem a única forma de Ser Humano, “como se a mulher não pertencesse à categoria de seres racionais”.

Em sua campanha pelos direitos da mulher, ao escrever *Vindication of the Rights of Woman* [1790] (Reivindicação dos Direitos da Mulher), muda o seu estilo de escrita, tornando-o mais adequado para enfrentar aqueles anos essenciais ao movimento de reivindicação por direitos de cidadania feminina, que mesmo após a revolução que clamava por igualdade, liberdade e fraternidade, não as havia incluído. Quem expõe essa mudança é João Seabra de Amaral (2006), quando compara o livro *Mary* [1788], obra anterior à Revolução de 1789, ao escrito pós-revolucionário, o *Vindication of the Rights of Woman*. O primeiro é obra, segundo ele, “de grande sensibilidade e recolhimento, auto-condescendente, a exigir permanente simpatia do leitor”, e a própria autora reconheceu-o como uma “obra áspera e incompleta”. O segundo, verdadeiro libelo do direito político, é obra nada desprezível, embora “de cariz jornalístico e repetitivo, escrita à pressa, em seis semanas, segundo Wiliam Godwin [...], e imbuída de idéias revolucionárias”. Segundo o mesmo Amaral, Mary Wollstonecraft esteve motivada pelas idéias reformistas de Richard Price, pela opinião de Benjamim Franklin e Condorcet e, inicialmente, pelo próprio Rousseau, ideias que introduzia em seu círculo formado por intelectuais radicais com quem compartilhava os ideais de liberdade e de mudança. Wollstonecraft empenhou-se em sua militância pela educação das mulheres em situação de igualdade com os homens, endossada pelo amigo John Stuart Mill em sua obra *Sujeição das Mulheres*. (AMARAL, 2006).

⁶⁷ Revolucionária francesa que fez denúncias contra a opressão masculina e escreveu a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, em crítica aos Direitos do Homem e do Cidadão que as excluíram.

Ela tinha por objetivo fazer com que o papel das mulheres na sociedade fosse reconhecido, garantindo a elas o direito de escolher seu próprio destino, e que houvesse uma conscientização das mulheres acerca de sua especialização nos assuntos da esfera privada, visto que a educação oferecida às mulheres, desde a infância, visava prepará-las para as atividades domésticas, que, segundo a autora, representavam uma função social importante. Era necessário haver o reconhecimento do papel da mulher-mãe como formadora das futuras gerações. Desta forma ela exortava:

Há, pois, um abismo entre a escrava doméstica, encafuada nas coisas da casa e acreditando que esse é o preço da sua estupidez, e a cidadã esclarecida, ocupada nos deveres de dona de casa e de mãe republicana. A maternidade deve ser vivida como tarefa cívica, e não como antítese da instrução ou do espírito. (WOLLSTONECRAFT *apud* SLEDZIEWSKI, 1991, p.55)

Seguindo os passos de Wollstonecraft, Nísia Floresta publicara, em 1832, seu *Direitos dos homens, injustiças para as mulheres*, uma tradução livre da obra da feminista inglesa. A tradução, segundo Constancia Lima Duarte (1997), foi o “texto fundante do nosso feminismo”. Embora tenha recebido em vida “desprezo, difamação e esquecimento de seus conterrâneos”, Nísia Floresta foi reconhecida unanimemente como a “mais importante precursora dos ideais de igualdade e independência da mulher brasileira”.⁶⁸ O que inquietava a militante, como também preocupara a inglesa, era a educação das mulheres tendo em vista sua inclusão política, preocupação que estará largamente presente em suas atividades e obras. Ela “foi uma das primeiras também a colaborar em jornais, a partir de 1830, em Recife, publicando mais tarde contos, poesias, novelas e ensaios em periódicos do Rio de Janeiro” (DUARTE, 2005).

Segundo Constancia Duarte, Nísia aderiu ao positivismo na perspectiva que ele enfatizava a elevação do status da mulher, deixando de lado as ideias que condicionava a mulher a uma posição subordinada.

Floresta foi escritora incansável. Dentre seus muitos livros, destacam-se os *Direitos das mulheres e injustiça dos homens* (1832), *Conselhos à minha filha* (1842), *Opúsculo*

⁶⁸ DUARTE, Constância Lima, “Nísia Floresta Brasileira Augusta: pioneira do feminismo brasileiro- séc. XIX”. In. Litcult.net, ano 1, vol. 1, 1997 Disponível em: http://www.litcult.net/revistamulheres_vol1.php?id=7, acessado em out. de 2012. Ver, da mesma autora, “Nísia Floresta e Mary Wollstonecraft: entre o dialogo e a apropriação”, disponível em: http://www.mulher500.org.br/artigos_detalhe.asp?cod=8 e “Feminismo e Literatura no Brasil”, *Estudos Avançados*, 17, (49), 2003. Também contribui para o estudo da trajetória e das ideias de Nísia Floresta, o artigo de FREHSE, Fraya “Nísia Floresta, O Carapuceiro e Outros Ensaio de tradução Cultural”, *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 1997, vol. 40, n° 2.

humanitário (1853) e *A lágrima de um Caeté* (1849). Viajante, também deixou suas impressões do mundo europeu em vários de seus textos, como o *Itinerário de uma viagem à Alemanha* (1857) ou *Três anos na Itália, seguidos de uma viagem à Grécia* (1864), além dos *Fragmentos de uma obra inédita* (1878) e *Cintilações de uma alma brasileira* (1859). As obras e textos expostos pela primeira vez nos jornais e periódicos da época, foram publicados no *Espelho das Brasileiras*⁶⁹, que circulou no Recife entre fevereiro e abril de 1831. Após um ano de escrita na imprensa local publica uma de suas principais obras, a tradução de Mary Wollstonecraft, pela tipografia que também era impresso o jornal *O Carapuceiro*, do padre Lopes Gama, com quem Nísia compartilhava das ideias de ataque ao conservadorismo e defesa do federalismo, humanismo para com os escravos e direitos para as mulheres.⁷⁰ No Rio de Janeiro, onde fundou o colégio Augusto, ela seguiu escrevendo para jornais, como *O Brasil Ilustrado*, também participando de publicações da tipografia de F. de Paula Brito⁷¹.

Seguindo o caminho trilhado por Nísia Floresta, aos 26 anos a professora Josephina Álvares de Azevedo partiu de Recife para São Paulo onde fundou, em novembro de 1888, o jornal *A Família*, um periódico semanal, de teor literário, dedicado à educação da mãe de família. No editorial a proprietária afirma que “o jornal não iria ensinar as mães paulistas a educar seus filhos, mas educá-las para a vida.”(AZEVEDO *apud* OLIVEIRA, 2009, p.23)

No seu primeiro jornal, ela apresenta:

Eu não pretendo, qual Joana d’Arc, de uma cruzada santa, conduzir exércitos à vitória, desfraldando o estandarte aurifulgente da legítima e sagrada – Emancipação da Mulher – por que não tenho força nem talento para tanto; mas não deixarei jamais de pensar assim e dizer francamente aquilo que penso (*A Família*, ano I, nº I *apud* OLIVEIRA, 2009, p.24.).

No mesmo número do jornal *A Família* a autora conclui:

Estou certa de que caminhareis comigo na senda desta árdua propaganda, incitadas também pelo exemplo das nossas amigas que na França e na Inglaterra desfraldaram aos ventos do porvir o estandarte das nossas liberdades. A revolução que deu ao mundo a igualdade do homem teve por

⁶⁹ Jornal do tipógrafo Adolphe Garin, editado na cidade do Recife em 1831, na Tipografia Fidedigna .

⁷⁰ Informações apresentadas no Projeto Memória: Nísia Floresta, disponível em: http://www.projetomemoria.art.br/NisiaFloresta/bio_em_olinda_.html

⁷¹ Paula Brito é considerado o primeiro editor brasileiro do Brasil Império, mulato de origem humilde, atua intensamente nos jornais, funda o primeiro jornal a lutar contra o preconceito racial, *O homem de cor*, e um jornal dedicado ao público feminino: *A mulher do Simplicio* ou *A Fluminense Exaltada* (SODRÉ, 1983).

teatro uma das mais gloriosas nações da vetusta Europa, pode estar reservada à jovem América a imensa glória de ser o teatro da grande conquista de nossa igualdade. Luz e progresso é hoje uma legenda americana. Seja também nosso patrimônio bendito. É esse entusiasmo que me arroja a esta propaganda, Por amor deste Brasil, que me viu nascer, e que eu desejo ver engrandecido ao apogeu de todas as glórias, e em cujo seio a mulher seja nobre, instruída e livre. (A Família, ano I, nºI. apud OLIVEIRA, 2009, p.24.)

Além do posicionamento de Josephina em favor da emancipação feminina, procurou associá-la ao desenvolvimento da nação. A autora defende o sufrágio feminino, a participação da mulher no mercado de trabalho e a educação.

A repercussão do primeiro número do jornal *A Família* teve críticas contraditórias. O *Diário Popular* e o *Diário Paulistano*, afirmaram ser este “um projeto convidativo, no qual as mães do Estado de São Paulo seriam brindadas com um excelente guia para se tornarem melhores no lar”. Posicionamento que faz parecer que eles não tinham entendido a proposta de Josephina, ou fingiam não entender. Já o jornal *A Província de São Paulo* afirmava:

O artigo da redação tem por epígrafe estas palavras de Victor Hugo: ‘Veneremos a mulher! Santifiquemo-la e glorifiquemo-la!’ Inteiramente de acordo, exma senhora. Permita-nos, porém, que humildemente lhe digamos que a mulher para ser venerada, glorificada e, sobretudo santificada, não deve competir com o homem na ‘direção do estado’ e em muitas coisas mais, como v. V. Exc. sustenta. (*Da Província de São Paulo*, s/n, apud, OLIVEIRA, p.25)

A Província de São Paulo se referia às afirmações de Josephina no primeiro exemplar d’*A Família*: “Em tudo devemos [as mulheres] competir com os homens – no governo da família, como na direção do Estado (...)” (A Família, ano I, nºI, apud OLIVEIRA, p.30)

Esse foi apenas um dos vários embates que a autora travava, sua relação com a igreja católica não era das melhores, na edição de maio de 1890, ela escreveu um artigo, “A Família e o Catolicismo”, onde se afirmava contra a Igreja e seus dogmas religiosos. Segundo Oliveira:

De acordo com Josephina Álvares de Azevedo, padres e beatos acusam seu jornal de ser um veículo perigoso para a moral das famílias brasileiras por defenderem a modernização da mulher e reserva nenhum espaço para as

Sagradas Escrituras. Josephina afirma ser inútil falar dos dogmas da Igreja católica, pois isto seria um desserviço para a sociedade. De acordo com ela, a moral católica havia assassinado pessoas durante a Idade Média, fanatizado às mulheres e alterado o significado do que fora ensinado por Jesus Cristo. A igreja, afirma Josephina, vai de encontro às leis da natureza. Para ela a fé e a moral não encontram-se nos rituais, confissões e dogmas, mas nas ações do ser humano. (OLIVEIRA, s/d, p.67)

Após seis meses de sua estada em São Paulo ela parte para o Rio de Janeiro, onde pensava que suas ideias teriam maior repercussão, e onde conseguiu dar longevidade a seu jornal, que circulou até o ano de 1898, sem abrir mão de sua luta pela emancipação feminina.

Em 1889, com o acirrar dos debates republicanos, intensificaram-se as posições em favor da participação política das mulheres. Em seu artigo intitulado “O direito ao Voto” Josephina questiona:

Por que? Seremos por ventura na ordem dos fenômenos humanos uns monstros de natureza a não podermos utilizar a supremacia de nossas faculdades morais? (...) Se pelos atributos que, de há tempos, se tem reconhecido na mulher, hoje já podemos adquirir em tantos foros sociais, exercer determinadas funções na vida exterior, claro está que as nossas aptidões não podem ser delimitadas pelos preconceitos de sexo, principalmente, nos casos com que tenhamos de afirmar a nossa soberania pelo direito do voto. O direito de votar não pode, não deve, não é justo que tenha outra restrição além da emancipação intelectual (...) Ainda mesmo (o que não admito) que não tenhamos o direito de ser votadas, devemos possuir o de voto, isto é, o de livre e conscienciosa escolha d’aquelles que sejam chamados a reger os destinos da sociedade em que vivemos (...) (A Família, em 07 de dezembro de 1889 *apud* OLIVEIRA, 2009, p.43).

Aqui fica claro o posicionamento de Josephina em relação à participação política da mulher. Mais uma vez vê-se o quanto a forma de pensar dessas publicistas estavam afinadas ao pensamento de Stuart Mill, que em seu elogio à forma representativa afirmava: “cada um é o único guardião seguro de seus próprios direitos e interesses” (MILL, 1983, p.40).

No texto da publicista reforçava-se a necessidade de atuação direta das mulheres, mas não apenas em prol de um direito individual, mas na afirmação de um interesse comum, público, a consecução de um bom governo.

Em maio de 1890 Josephina divulgava a peça teatral *Voto Feminino*, encenada pela primeira e única vez no Teatro Recreio Dramático, apesar de bem aceita pelo público. Pouco antes Josephina havia publicado em seu jornal uma série de artigos intitulados *Voto Feminino*. No número de 11 de dezembro de 1890, afirma

em qualquer dos maiores rasgos humanos, encontrar-se-á o espírito da mulher iluminando as almas. E a lei da nossa emancipação política e social só será um fato no dia em que todas nós repudiarmos esta condição aviltante em que somos mantidas, graças ao orgulho, ao egoísmo e à falta de discernimento dos nossos opressores.⁷²

Além de conclamar as mulheres à luta contra o jugo patriarcal, Josephina expõe ideias liberais próximas às de Stuart Mill, afirmando que deveriam ser as mulheres as únicas delegadas de seu poder de participação. Nas palavras da professora:

O direito de voto às mulheres é de uma equidade irresistível. Não estamos fora das leis. A sociedade nos impõe deveres como aos homens. Como eles temos responsabilidades morais e legais. Se fazem boa política ou má, bom ou mal governo, somos igualmente sofredoras das suas imediatas consequências. Como pois negar-nos o direito de escolha entre o bom e o mau? (Idem).

Nessa passagem ela parece parafrasear a revolucionária francesa, Olympe d’Gouges, que em seu libelo sobre os direitos da Mulher (*Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*), afirmava: se “a mulher tem o direito de subir ao patíbulo, deve ter também o de subir ao pódio desde que suas manifestações não perturbem a ordem pública estabelecida pela lei”(GOUGES, 1995, p.304).

No segundo número de seu jornal, Josephina traz a notícia inspiradora:

Na Faculdade de Direito do Recife terminaram o respectivo curso, devendo receber em breve o grau de bacharel em ciências sociais e jurídicas, as Exmas, sras D. D. Palmira Secundina da Costa, Maria Fragoso e Maria Coelho da Silva Sobrinho. São estas as primeiras senhoras que no Brasil se

⁷² A *Família*, 11 de dez. de 1890, disponível nos verbetes organizado por Valéria Souto Maior em: <file:///C:/Users/pc/Documents/DISSERTA%C3%87%C3%83O/Josefina%20%C3%81lvares%20de%20Azevedo.htm>

formam em Direito. Que tenham muitas imitadoras é o que sinceramente almejamos. (A Família, ano I, nºII *apud* OLIVEIRA, 2009, p.35.)

Segundo Luzilá Gonçalves, os jornais relatavam “que as moças foram fotografadas ao lado do professor Tobias Barreto⁷³ e que a celebração ganhou as ruas do Recife, chegando a serem recepcionadas por uma chuva de flores” (GONÇALVES, 2005, p.124. *Apud*, OLIVEIRA, 2009, p.35). No entanto, estas “bacharelas” enfrentaram grandes dificuldades no exercício de suas profissões. Maria Coelho da Silva Sobrinho foi a primeira mulher a subir em uma tribuna do júri no Brasil e dedicou-se à advocacia criminal, na cidade do Rio de Janeiro, onde viu, em 1899, uma das últimas notícias registrada por Luzilá F. Gonçalves, um de seus requerimentos de *habeas corpus*, ser recusado a uma cliente pelo fato de ser mulher (FERREIRA, s/d).

Maria Fragoso, formada na Faculdade de Direito do Recife, casou-se com o magistrado Arthur Orlando. Apesar de auxiliar o marido⁷⁴, não conseguiu atuar, adentrar à magistratura.

Embora pouco se saiba acerca da trajetória de Delmira Secundina da Costa, seu nome aparece em notas no jornal *Verdade*, de outubro de 1889, da cidade de Areia, em que apresentava reivindicação de candidatas ao exercício do voto. Uma destas notas afirmava: “Mais uma? Requereu inclusão no alistamento eleitoral na cidade do Recife, a bacharela Delmira Costa”⁷⁵, uma das três mulheres a se bacharelar na faculdade pernambucana, na turma de 1888.

Em 1889, Maria Augusta Meira de Vasconcelos, discípula de Tobias Barreto, tornou-se a primeira mulher a candidatar-se à deputação nacional.

Quando chamado a defender o projeto de ensino superior às mulheres, Tobias Barreto afirmou:

Eu ousou pois confiar na boa causa que trato de defender, e no bom gênio que me inspira, o gênio do reconhecimento e do culto rendido às excelências do belo sexo, ousou confiar, repito, que poderei também contribuir com algumas verdades, seriamente meditadas e francamente expressas, para arredar desta assembléia a imensa responsabilidade de um pecado imperdoável contra o santo espírito do progresso, de um crime de lesa-civilização, de lesa-ciência,

⁷³ Filósofo, jurista, poeta, professor da Faculdade de Direito do Recife e principal intelectual da chamada Escola do Recife.

⁷⁴ Há registro que tenha sido publicado em Recife um fascículo sobre a emancipação feminina.

⁷⁵ Jornal *Verdade* (órgão progressista e noticioso), cidade de Areia, província da Parahyba do Norte, em 08 de outubro de 1889, ano II, nº 172, typografia da “Verdade”.

qual seria sem dúvida o de ficar aqui decidido, barbaramente decidido e assentado, que a mulher não tem capacidade para os misteres científico, para os misteres que demandam uma alta cultura intelectual (BARRETO, 1962, p.60).

Tobias Barreto defendia a emancipação feminina, para isso afirmava haver três pontos de vistas distintos: “o ponto de vista político, civil e social. Quanto ao primeiro, a emancipação política da mulher, [afirmava Barreto,] confesso que ainda não a julgo precisa, eu não a quero por ora.”(BARRETO, 1962, p. 74), nesse ponto ele e Maria Augusta M. Vasconcelos divergiam completamente, como será demonstrado nas próximas páginas. Porém, no segundo ponto eles se afinavam, pois para Barreto, no aspecto civil, não havia dúvidas da necessidade da emancipação. Na fala do ilustre professor:

Entre nós, nas relações da família ainda prevalece o princípio bíblico da sujeição feminina. A mulher ainda vive sob o poder absoluto do homem. Ela não tem, como deveria ter, um direito igual ao do marido, por exemplo, na educação dos filhos; curva-se como escrava a soberana vontade marital. Essas relações, digo eu, deveriam ser reguladas por um modo mais suave, mais adequado a civilização (BARRETO, 1962, p. 75).

Ao ser questionado sobre que modo mais suave seria esse, Tobias Barreto responde: “O que desejava, pois, era que a lei regulasse as relações da família de tal maneira, que não pudesse aparecer nem a anarquia nem o despotismo” (BARRETO, 1962, p.75). E entendia o direito de acesso ao ensino superior às mulheres como um ponto de vista social, necessário naquele momento, como um primeiro passo a ser dado para a verdadeira emancipação feminina. Dessa forma, para ele:

Aí é que está compreendida a emancipação científica e literária da mulher, emancipação que consiste em abrir ao seu espírito os mesmos caminhos que se abrem ao espírito do homem; e a este lado é que se prende o nosso assunto. Se pois não se trata de fazer uma concessão de tal natureza, que venhamos daqui a anos ter uma deputada ou aspirante à Presidência da República; se não se trata mesmo de conceder á mulher esta ou aquela liberdade no domínio do direito civil propriamente dito; se é unicamente um passo dado para a emancipação social, no sentido de que falei; se é este o primeiro exemplo que vamos dar, a primeira porta que vamos abrir, um

incentivo que vamos criar para o belo sexo em geral; por que não fazer essa concessão, quando ela é tão pequena; quando é um favor tão simples, que quase nada custa à Província? (BARRETO, 1962, p.76.)

Nessas passagens pode-se imaginar o quanto o professor e tutor de Maria Augusta M. de Vasconcelos pode ter contribuído em sua formação.

Maria Augusta foi professora no colégio do pai, o capitão Ascêncio Minervino Meira de Vasconcelos.

Sua mãe, Joaquina Coelho, proporcionara juntamente com o capitão Ascêncio, uma educação como poucas dedicadas à época para as meninas.

Maria Augusta praticava a equitação e a esgrima, falava várias línguas, estudara literatura e música. E quando concluiu o curso de Direito, o pai, orgulhoso, anunciara que o Colégio Meira estava apto a preparar futuros alunos para a entrada na faculdade, então instalada no Pátio do Colégio (onde hoje é a praça 17), e que o curso primário era assegurado pelas filhas do diretor, uma das quais a bacharela Maria Augusta Coelho Meira de Vasconcelos (FERREIRA, s/d, s/p)

Após sua formatura, Maria Augusta Vasconcelos buscou de várias maneiras exercer sua profissão, enfrentando a oposição de seus colegas e até de uma representante do seu sexo, “uma certa Ethelvina⁷⁶”, que de acordo com Luzilá Ferreira, a criticava “por abandonar o pudor e o silêncio então exigidos às mulheres”(FERREIRA, s/d, s/p).

Maria Augusta ao insistir na luta por seu direito ao exercício da magistratura, recebeu como resposta a seus artigos publicados no *Jornal do Recife*, uma crítica de seus colegas sugerindo que aproveitasse melhor o seu tempo abrindo “um curso em que se melhorasse a arte culinária”⁷⁷.

Dar à mulher o direito de voto é dar-lhe a liberdade de tagarelar sobre política, é fazer-lhe a concessão de arengar às massas sobre a carestia dos gêneros e a calvície dos homens, enquanto o lar despovoado fica um deserto,

⁷⁶ No *Arauto Parahybano* de 22 de abril de 1888, p. 2, encontrei nota sobre “professoras publicas”, que trata da contratação de duas professoras, sendo uma delas chamada Felismina Etelvina de Vasconcelos. A questão que fica é: seria ela a Etelvina que se contrapõe a Maria Augusta? O jornal em nota final confirma a “moral” das professoras. “Incontestáveis são os méritos das nomeadas, pois o talento e a ilustração de que são dotadas, promettem o fiel desempenho da nobre missão de que estão investidas.”

⁷⁷ Resposta dada no jornal *A Lanceta*, ao artigo de Maria Augusta publicado no *Jornal do Recife* intitulado “Uma decisão Injusta”, que fazia menção ao indeferimento de seu pedido de exercer a profissão.

sem a poesia do amor, sem o doce aconchego dos filhos, sem a voz suave e meiga da esposa dando bálsamo para as mágoas do homem ferido nas batalhas cruentas da vida (*Jornal do Recife*, apud, FERREIRA, s/d, p.12).

No intuito de desqualificar o discurso em favor dos direitos políticos para as mulheres, o *Arauto Parahybano*, de 22 de abril de 1888, trazia a seguinte nota:

Singular Coincidencia – A mulher de Morse, o inventor do telegrapho é muda, e muda também é a mulher de Bell, o inventor do telephone. D’aqui deduzimos que a mudez da mulher aguça o engenho do homem.

Uma mulher que não fala é o maior thesouro que pode caber a um homem de talento(...) ⁷⁸

Assim, em 1890, quando das eleições, Maria Augusta Vasconcelos voltou suas publicações nos jornais em prol de sua campanha à deputada do estado de Pernambuco.

Em sua campanha ela afirmava:

Tenho em mente ser candidata à próxima eleição e desde já apresento aos meus bons patrícios os protestos de minha eterna gratidão pelos sufrágios que para este fim me houverem de prestar, certos de que hei de me esforçar pela prosperidade deste país, principalmente desta minha terra natal o quanto em mim couber (...) (VASCONCELOS, apud. FERREIRA, s/d, p.15)

Segundo Luzilá Ferreira, “Maria Augusta não possuiu muitos votos”, nem pode ela mesma votar. Se pode, de fato, lançar candidatura, a autora não deixa claro.

Porém, a nota encontrada em jornal paraibano trazia como título: “Mais Uma?”, confirmando que outras mulheres, mesmo diante das possíveis repreensões, estavam requerendo o alistamento. Em outubro de 1889, o jornal *Verdade* publicou mais uma nota referente à solicitação de voto para as mulheres:

Mulheres eleitores: A lei eleitoral diz que serão eleitores os cidadãos brasileiros que preencherem certos requisitos; a Constituição não faz distinção entre homens e mulheres quando define o cidadão brasileiro:

⁷⁸ Em sua epígrafe o jornal *Arauto Parahybano* trazia: “Ignorance is the course of god, knowledge the wing wherewith we fly to heaven” (Shakespeare)

portanto podem muitas senhoras requerer e serem incluídas no alistamento eleitoral, como já algumas tem conseguido e estão em seu direito.⁷⁹

Apesar desta defesa da participação das mulheres na vida política, não foram encontrados outros indícios que essas mulheres, tenham conseguido efetivar seu voto. No entanto, o acompanhamento do debate sobre os direitos políticos das mulheres nos deixaram pistas sobre a formação de um movimento pela igualdade com, cada vez, maior protagonismo feminino.

3.3 O lugar da escrita.

A região que hoje chamamos de Nordeste foi um “fértil celeiro” da imprensa feminina no século XIX. As mulheres passaram a publicar artigos, poemas e contos que tratavam de vários temas do dito “universo feminino”, e ainda sobre questões como a abolição e a República, “visando uma maior participação nas áreas da educação, da profissionalização e da política”, traduzindo “não somente as inquietações das mulheres sobre a condição feminina, mas também o momento político nacional” (MUZART, 2003, s/p).

O debate iniciado por estas mulheres das províncias do Norte reflete a efervescência das ideias políticas, revolucionárias e progressistas, que eram produzidas na região.

Embora a maioria dos estudos sobre a imprensa feminina no século XIX concentrem sua atenção nos veículos que circularam na Corte, o acompanhamento dos periódicos publicados nas províncias do Norte demonstra haver um significativo debate sobre os direitos das mulheres e sobre a construção da nação na região, além de uma expectativa de inserção no debate nacional sobre o tema. Neste sentido, Evaldo Cabral de Mello afirma, que “a fundação do Império é ainda hoje uma história contada exclusivamente do ponto de vista do Rio de Janeiro” (MELLO, 2004, p.11).

Com isso, apresento agora o contexto histórico do início do século XIX, especialmente nas regiões de Pernambuco, tal como já fiz com o contexto exposto nos jornais paraibanos, que demonstraram o acirramento do ativismo feminino nos jornais, envolvendo reivindicações por uma melhor educação e a abolição da escravidão.

⁷⁹ *Verdade* (órgão progressista e noticioso), cidade de Areia, província da Parahyba do Norte, em 08 de outubro de 1889, ano II, nº 172, typografia da “Verdade”.

Marcelo Basile afirmou serem os “exaltados” do período da independência responsáveis por um projeto político alternativo no qual:

defendiam a separação entre Igreja e Estado, a reforma agrária, uma cidadania isenta de qualificações excludentes de renda, instrução, sexo ou etnia, o fim gradual da escravidão, a melhoria das condições de vida das camadas de baixa condição social, a soberania do povo e, como recurso extremo para a realização destes fins, uma revolução popular (BASILE, apud SILVA, 2008, p.383).

Uma revolução propriamente não houve, mas com resquícios das lutas travadas no início do século XIX, encontramos o forte posicionamento de homens e principalmente de mulheres nos jornais, reivindicando inicialmente a libertação dos escravos, para em seguida apelar pela educação destes, assim como das mulheres.

3.4 Ensaando uma emancipação

Uma “anonyma parahybana” assinava, no *Arauto Parahybano* de 20 de maio de 1888, artigo comemorativo da abolição.⁸⁰ Algumas dessas mulheres empenhadas em construir uma opinião pública feminina, muitas vezes associaram suas reivindicações emancipatórias à luta pelo fim da escravidão no país.

A década de 1880 fora de fato marcada pelas discussões em torno do abolicionismo, que vinha ganhando amplo espaço, repercutindo também na imprensa paraibana. O *Emancipador* conclamava as mulheres, em 1883, a se posicionarem contra a mazela da escravidão, “exemplo de torpeza” a que se viam constrangidas as famílias, esses “maus hábitos” que penetravam “por essa parte da nossa casa” - as cozinhas e as senzalas – mantendo-as “na

⁸⁰ “Liberdade ou Morte” - É o grito que deve soar de todos os âmbitos do império do Cruzeiro; é o brado levantado milhões de vezes por milhões de povos. Semelhante aquela levantada as margens do Ypiranga, ele repercutirá, sempre e sempre, nas páginas da brasiliana história; aparecerá escrito nos livros de todos os povos, de todas as nações./ Liberdade! Por tua causa houve mártires, que se immortalizaram pela ação e pelo efeito, vultos que são apontados como paladinos baluartes, pela linguagem animadora e adeptos que somos todos nós, dispostos a vingar a afronta do carrasco que mil vezes tentou abater./ Deixe-se os mártires; não se lembrem a ingratidão dos homens, num dia festivo e de tamanha gloria (...)/ Associei-me convosco, grandes lutadores, e abati-me pela causa; associo-me hoje e saúdo a deusa que chega, pronunciando as palavras de alguém no dia 25 de março:/ “Ava! Baqueou, e sem mais razões a treva se abriu para o sol da Liberdade! (...)”. *Arauto Parahybano*, Parahyba do Norte, 20 de maio de 1888.

ignorância” e no “embrutecimento” e: “fazendo-nos desconhecer o laço moral que nos prende à humanidade”.⁸¹

Responsáveis pela educação da família, as mulheres deveriam então influenciar seus maridos, pais, irmãos e filhos e fazê-los partícipes da causa abolicionista. Às vésperas do decreto emancipador, o jornal *Arauto Parahybano* reportava reunião abolicionista organizada no Teatro Santa Cruz:

As distintas e ilustres senhoras residentes nesta capital e com especialidade as gentis paraibanas, dirigimos fervorosamente nossas preces, para que, na qualidade de mãe, esposa, filha e irmã, envidem seus generosos esforços em prol dos cativos, como tem tido por timbre fazê-lo em todos os nobres comedimentos, afim de que seja, no menor espaço de tempo possível, declarado este município livre.

Esperamos não ser debalde o apelo, que tomamos a liberdade de dirigir as ilustres senhoras, em querer poderosamente confiarmos, como os anjos tutelares dos desvalidos escravizados⁸².

Com a aproximação do 13 de maio, mais matérias se avolumavam no mesmo sentido. Afirmavam os periódicos que a abolição estava próxima, e apelavam aos sentimentos femininos. A matéria favorável à libertação dos escravos, intitulada “Luz e Harmonia”, de J. J. de Abreu, dirigiu-se às leitoras “implorando-vos a vossa força, que vos vem do céu, o vosso amor que é bendito, o vosso riso que prende, a vossa caridade que consola, em favor de míseros escravizados”⁸³.

Além de demonstrar quanto a moral feminina poderia influenciar as decisões dos homens, o jornalista também afirmava:

às vossas virtudes, aos vossos carinhos, ao amor dedicado, que consagras no lar à família, deve o homem a paz da sua consciência, as ações nobres da sua vontade. Pelos vossos hábitos brandos, nos acostumamos a brandura; pelo vosso amor praticamos o bem, procuramos engrandecer-nos para agradar-vos⁸⁴.

⁸¹ *Emancipador*, Parahyba do Norte, 28 de abr. de 1883.

⁸² “Segunda reunião abolicionista no teatro Santa Cruz”, *Arauto Parahybano*, Parahyba do Norte, 06 de mai. de 1888.

⁸³ “Luz e Harmonia”, *Verdade*, Parahyba do Norte, 06 de maio de 1888.

⁸⁴ *Jornal Verdade*, 06 de maio de 1888.

O mesmo jornalista não hesita em atribuir responsabilidade às mulheres pela liberdade dos cativos:

São os vossos maridos, os vossos irmãos, os vossos filhos, a quem ensinais o trilho santo, que a desventura percorre, pedindo-lhe socorro para os que padecem que, para bem merecerem os vossos puros afetos, foram arrancar estes, ontem míseros cativos, à escuridão de uma treva, para entregá-los à luz de uma estrela – a liberdade⁸⁵.

Pouco antes, em 29 de abril de 1888, o *Arauto Parahybano* registrava um encontro festivo, pró-abolição, organizado pelo Partido Liberal, com a presença daqueles paraibanos – entre eles algumas mulheres – que haviam concedido liberdade a seus escravos:

os Srs. Affonso d’Albuquerque Maranhão, 18 escravos alforriados; Tenente Coronel Manoel Fonseca Galvão, 10 escravos alforriados; capitão Pedro Batista dos Santos, 2 escravos alforriados; uma senhora, 2 escravos alforriados; Pedro Albuquerque Maranhão, 2 escravos alforriados; D. Isabel Marques, 1 escravo alforriado; D. Getulia Coelho, 1 escravo alforriado.

Anos antes, em 22 de junho de 1883, o jornal *O Emancipador* publicava nota elogiosa à

Exma. Sra. D. Ephigenia Lima - mãe do S. Othon Lima, sócia benemerita da Emancipadora⁸⁶, por ter no dia de sua instalação passado gratuitamente carta de liberdade à sua escrava Luiza, e remetida a Diretoria desta sociedade para ser por ela entregue a liberdade por ocasião de sua sessão solene.

Luzilá Ferreira também se refere ao envolvimento das mulheres pernambucanas em prol da emancipação (FERREIRA & ALVES & FONTES, 1999). É provável que este movimento tenha alcançado a Paraíba, em virtude das aproximações, muitas vezes entrelaçadas por heranças familiares, entre os dois estados. Exemplo dessa possível relação foi a associação *Emancipadora Parahybana*, grupo abolicionista composto tanto por homens quanto por

⁸⁵ *Idem.*

⁸⁶ Refere-se à organização abolicionista Emancipadora parahybana.

mulheres, que mantinha o periódico *Emancipador*⁸⁷. No mesmo molde, havia um grupo abolicionista feminino no estado Pernambucano – *Ave Libertas* –, dispondo de estatuto próprio e diretoria composta exclusivamente por mulheres e que em 1885 publicava seu próprio jornal:

Apesar de tão pouco tempo de vida, ocupa esse pequeno mas denodado grupo de senhoras um lugar vantajosíssimo na galeria das glórias de nossa pátria, impondo-se á admiração e à consciência publica de Pernambuco como na necessidade indeclinável e, aventuramo-nos a dizer, uma condição *sine qua* para o movimento abolicionista do Brasil⁸⁸

O jornal produzido pelas próprias mulheres, que se auto-denominavam as “Prometheus modernas”, pretendia “salvar seus irmãos escravos”, como se lê em artigo de Adelaide Porto: “Sou abolicionista, e jamais curvarei a frente perante o interesse mesquinho, que nos pôde trazer o cativo de nossos irmãos”.⁸⁹

Estas mulheres faziam da causa abolicionista o caminho de sua própria emancipação. Apelavam à noção de progresso e insistiam nos preceitos vindos do século dos direitos e expostos ao mundo pela Revolução Francesa.

Desse modo, manifestava-se D. Ernestina Bastos no *Ave Libertas*, em 1885: “Libertaremos a pátria ou morreremos na luta, abraçadas à bandeira da abolição, que é a do progresso e da civilização (...) Sejam as mártires do presente para sermos as heroínas do futuro”.⁹⁰

Assim, essas vozes que compartilhavam dos ideais revolucionários franceses, bem conhecidos na atmosfera brasileira ao longo de todo o século XIX, reivindicaram para a mulher um outro estatuto – o de sujeito de sua própria emancipação –, confirmando, juntamente com os princípios *políticos* declarados pelos franceses em 1789 – liberdade e igualdade –, os argumentos para as primeiras lutas femininas.

Ao final do século XIX, na primeira reunião da *Sociedade Emancipadora Parahybana*, no dia 25 de março de 1883, a França era referida como a pátria da liberdade: “Essa revolução

⁸⁷ A edição de 22 de junho de 1883 faz referência à primeira reunião da Sociedade Emancipadora Parahybana no dia 25 de março de 1883.

⁸⁸ “Aos escravos”, *Ave Libertas*, 08 de setembro de 1885, Recife, *apud* FERREIRA & ALVES & FONTES, 1999, p. 211.

⁸⁹ *Ave Libertas* *apud* FERREIRA & ALVES & FONTES, 1999, p. 215.

⁹⁰ “Aos escravos”, *Ave Libertas* *apud* FERREIRA & ALVES & FONTES, 1999, p. 212.

[francesa] terá sempre um grande mérito na história, por ter sido logo em seu começo quem primeiro lançou ao mundo o verbo dos direitos do homem e o *fiat* da liberdade”⁹¹.

Se a teoria de Stuart Mill e as obras de Mary Wollstonecraft serviram para introduzir o tema do indivíduo-cidadão, se o exemplo da luta feminina pela extensão do voto às mulheres nos Estados Unidos não passaram sem elogios, era o imaginário revolucionário francês que mais mobilizava a sensibilidade dessas publicistas brasileiras no final do século XIX, como se pode ler no artigo de Ismênia Maria Duarte Pinheiro: “Quando a revolução Francesa de 1789 estendeu aos cinco ventos do Universo a sua gloriosa bandeira, a mulher dava exuberantes provas de que foi predestinada para as grandes lutas sociais, para o futuro da democracia moderna”⁹².

Muitas dessas mulheres associaram a luta pela emancipação feminina também à defesa da República, Maria Amélia de Queiroz, outra participante do movimento, fazia parte do Clube do Cupim⁹³, “uma sociedade secreta fundada na década de 1880, no Recife, e liderada por José Mariano⁹⁴, que alforriava, defendia e protegia os escravos” (VAINSENER, s/d⁹⁵). A autora manifestava-se em favor dos cativos e contra a Monarquia: não são muitos, afirmava ela em 1887, que acreditavam que “uma monarquia pervertida, anacrônica, cheia de vícios e misérias, pôde perdurar e introduzir impunemente na consciência de um povo o aviltamento e o opróbrio, com o fim de arruinar o seu organismo social”. E concluía seu discurso associando mais uma vez a emancipação feminina à luta pela abolição da escravidão e pela construção da República:

⁹¹ Extrato do discurso proferido por J.J.E. da Silva e publicado no jornal *Emancipador*, Parahyba do Norte, em 22 de jun. de 1883.

⁹² “O Abolicionismo”, *Ave Libertas*, Recife, 08 de set. de 1885, , *apud* FERREIRA & ALVES & FONTES, 1999, p. 214.

⁹³ Com a abolição no Ceará, em 1884, João Ramos, maranhense que vivia em Recife, fundou o *Clube do Cupim* no mesmo ano. Era uma associação clandestina que se reunia em locais diversos e chegou a ter mais de trezentos participantes. Sobre esta associação ver GASPAR, Lúcia. *Clube do Cupim. Pesquisa Escolar Online*, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 10, dez. 2012.

⁹⁴ José Mariano Carneiro da Cunha, formado da Faculdade de Direito de Recife, na mesma turma de Joaquim Nabuco, em 1870. Fundou o jornal *a Província*, e fora membro do Clube do Cupim juntamente com Maria Amélia, Leonor Porto, Joaquim Nabuco, Barros Sobrinho, João Ramos, Alfredo Pinto, Phaelante da Câmara e Vicente do Café. Ver VAINSENER, Semira Adler. *José Mariano. Pesquisa Escolar Online*, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 10, dez. de 2012.

⁹⁵ VAINSENER, (s/d). *Maria Amélia de Queirós*. (Texto extraído no site da secretaria da Mulher do Estado de Pernambuco). Disponível em:< www2.secmulher.pe.gov.br/web/secretaria-da-mulher/mulher15>, acessado em: 10, dez de 2012.

Eu venho nesta ocasião oportuna protestar solenemente contra a inércia, indiferentismo e desânimo em que até hoje tem vivido a mulher infelizmente no Brasil.

É preciso, minhas amáveis patrícias, que a mulher se convença de uma vez para sempre, que já é tempo de levantar um brado de indignação contra o passado ignominioso de tantas raças malditas.

A mulher também é capaz de grandes e altos cometimentos.

Vinde! Vinde, pois, minhas amáveis Patrícias! Vamos! É nosso dever trabalhar para a reconstrução de nossa pátria, a fim de mais tarde entregarmos aos vindouros uma pátria mais livre, enriquecida de tradições brilhantes e feitos gloriosíssimos.⁹⁶

Após a abolição, os jornais enalteciam o 13 de maio, apresentando matérias escritas pelas próprias mulheres, como foi o caso de Aquilina d'Oliveira, que publicou o poema “Saudação”.

Saudação: Salve! 13 de maio!/ Salve! Dia memorável, em que o santo brado da Liberdade ecoou por todo Brasil!/ Salve! Dia majestoso, em que um novo sol, dardejando seus raios vivificadores no solo brasileiro, desfez a medonha escuridão em que se achavam imersos os infelizes apelidados cativos!/ Salve! Oh! Brasil Livre!/ O manto negro que te envolvia, já não enluta tão belo céu!/ Nas tuas plagas já não encontra eco esse lúgubre vocábulo escravidão!/ Salve! Pois oh! Brasil Livre!⁹⁷

A já citada “Anônima paraibana”, no mesmo jornal, elogiava o momento emancipador: “Associo-me convosco, grandes lutadores, e abati-me pela causa; associo-me hoje e saúdo a deusa que chega”⁹⁸.

Ainda após a abolição, estas mulheres continuaram escrevendo para os jornais, como o fariam em nome da causa republicana: “Avante democratas e abolicionistas”, exortava o poema “A escravidão”, de Ignez de Almeida Pessoa, em 1892, “avante republicanos corajosos”. Inicialmente guiadas pela bandeira da abolição e pelo universalismo dos direitos já defendidos na configuração do novo estado brasileiro que então se firmava, intensificava-se

⁹⁶ Conferência realizada por Maria Amélia de Queiroz no *Teatro de Variedades de Pernambuco*, em favor da redenção dos cativos, em 25 de setembro de 1887 (FERREIRA & ALVES & FONTES, 1999, p. 223).

⁹⁷ “Saudação”, assinado por Aquilina d'Oliveira, no jornal *Arauto Parahybano*, Parahyba do Norte, de 20 de maio de 1888.

⁹⁸ “Liberdade ou Morte”, *Arauto Parahybano*, Parahyba do Norte, 20 de maio de 1888.

a participação das mulheres em várias associações e periódicos, trazendo ao debate público a questão da extensão da cidadania por meio do sufrágio.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Não consigo concretizá-lo sem que tudo fique interminável”⁹⁹

O trabalho com os jornais me abriram uma infinidade de questões, como já afirmei em capítulo anterior, que mereceriam um maior aprofundamento das pesquisas nesse campo. Este trabalho tomou emprestado as metodologias de reflexão sobre o pensamento político brasileiro para tentar compreender a problemática aqui estudada, utilizando como referenciais além de clássicos da teoria política, a imprensa e os movimentos de opinião no contexto oitocentista, buscando compreender os fatos apresentados por estas fontes como ponto de partida para refletir sobre aquilo que tratava Maria Sylvia de Carvalho ao afirmar que somos fruto de uma produção teórica internamente ajustada à nossa estrutura social e política, e inseridos em situações particulares do sistema capitalista. Neste sentido, desenvolvi este trabalho tendo como hipótese a ideia de que percorremos caminhos autênticos em nosso processo histórico, os quais não poderiam ser explicados adequadamente apenas por meio do acompanhamento das práticas e das explicações teóricas produzidas no exterior.

Trabalhei com a ideia de que nos debates e expressões públicas apresentadas nos jornais do Século XIX poderíamos encontrar pistas sobre questões atuais em torno da participação política da mulher, e como a região Nordeste construiu sua história, em uma tentativa de pôr à mostra fragmentos da história, algumas vezes esquecidos, mas essenciais para entendermos a configuração da sociedade atual.

No empenho de lançar luz sobre o debate acerca da igualdade de gênero e da inserção da mulher na esfera social, política e econômica na Paraíba oitocentista, que muitas vezes passaram esquecidos nas avaliações sobre a conjuntura nacional, me debrucei sobre os jornais da Província com especial atenção ao início da participação política feminina na esfera pública, em construção. Assim, iniciei esse trabalho tendo como ponto de partida a ideia de que, primeiramente, os debates sobre a individualidade feminina começavam a ser empreendidos e acompanhados pelas mulheres publicistas, que retomam os argumentos de Stuart Mill para defender a necessidade de participação política direta das mulheres. Também constam dos discursos temas relacionados às teses de Mary Wollstonecraft, encontrados, por exemplo, nos escritos de Nízia Floresta, Josephina Álvares de Azevedo e Maria Augusta

⁹⁹ Hannah Arendt em carta à Martin Heidegger, em 8 de maio de 1954, quando já estava a ponto de desistir de seu trabalho sobre Marx e a tradição (ARENDR, 2010).

Meira de Vasconcelos, já incorporados anteriormente pelas bacharelas do curso de direito em Pernambuco, pelas participantes dos clubes abolicionistas e dos recreios dramáticos. Estas publicistas contrapunham a uma “lógica” vigente de neutralização da expressão de interesses individuais, desprezando as capacidades intelectuais e a ilustração das mulheres.

A partir do que fora exposto acima, o trabalho buscou investigar, também, os entraves interpostos à participação política feminina como forma de compreender as consequências desse processo no âmbito nacional. Se, por um lado, ainda se fazia hegemônico o discurso excludente, que defendia o conservador alheamento das mulheres da vida social, por outro, já na segunda metade do oitocentos, algumas mulheres, assumindo papéis vanguardistas, passaram a militar em favor da igualdade de gênero, da autonomia econômica e da inserção política das mulheres, principiando a ocupação de espaços na cena pública.

O trabalho retoma o debate no campo do pensamento político e social, retomando os argumentos contraditórios de alguns “clássicos”, a exemplo de José de Alencar e Tobias Barreto, apresentados como exemplares dos debates que começavam a ganhar corpo não apenas entre as mulheres, mas também nos textos de intelectuais ilustres. Neste sentido, é importante destacar um relativo alinhamento do argumento em favor da participação social feminina com alguns dos pressupostos do positivismo ilustrado, que preconizava a educação científica da sociedade, mesmo que, algumas vezes, repetindo argumentos conservadores.

Uma questão recorrente que, porém, não foi o foco central desse trabalho, mas que perpassa o debate sobre a emancipação feminina é a educação, tema constante nos discursos e textos de Tobias Barreto, defensor da formação educacional e científica voltada para toda a sociedade e formador de algumas das primeiras mulheres bacharelas, que tiveram um importante papel na luta por igualdade de gênero no país.

A educação foi defendida como um elemento essencial para a modernização e desenvolvimento do país. Neste intuito, passou-se a apoiar melhoramentos na educação feminina, mesmo que ainda se buscasse uma forma de educar as futuras mães, entendidas como responsáveis pela formação das crianças, os filhos da pátria, como diziam alguns. Assim, educar a mulher era uma forma de contribuir para a educação nacional, para a formação dos cidadãos e da nação. Não se tem, portanto, nestes argumentos um sentido libertário, ainda se reafirmava o papel exclusivamente doméstico, restrito à esfera privada atribuído às mulheres. Não obstante, a ampliação do acesso à educação feminina também teve como reflexo a tomada de consciência e, conseqüentemente, a gestação de uma luta por igualdade, que passaria a se dar não apenas no ambiente doméstico, mas também, e principalmente, por meio de publicações de livros e periódicos que inseriam no debate

nacional princípios liberais e de cidadania. Assim, a educação feminina, embora reproduzisse preconceitos e procurasse relegar à mulher o papel exclusivo de mãe e esposa, também abriu caminho para a formação crítica e contra-hegemônica, ensejando uma reação à conservação. O sentido conservador subentendido pela defesa da educação feminina pode ser verificado a partir de uma passagem do jornal *Conservador* de 1875:

Educação Feminina - (...) É mister que nossas leitoras se convençam de uma verdade: se uma mulher sem instrução é uma flor sem perfume, uma mulher sem educação é um desses frutos grosseiros e venenosos que a natureza, como por escárnio, faz brotar dentre as sarcas espinhosas.(...)

De mais, em nosso modo de ver, não há mesmo formosura, enquanto não concorrerem para formá-la o físico e o moral. Uma Vênus estúpida, uma Aspásia analfabeta, uma Phyrnea bestial são monstros tão disformes e inconcebíveis como as hydras, os hypogryfos, e aquele imaginável que nos fala o velho Horácio no começo de sua arte poética. Para que, portanto, possa uma mulher aspirar com legitimidade ao supremo conceito de bela, é preciso, é indispensável que o seja no corpo e na alma (...). O sexo feminino, sobretudo, avanteja-se ao nosso, em graça, em espírito, em imaginação, em vivacidade, oferecendo nestas superioridades preciosa matéria-prima que só espera pela plaina e pelo verniz da educação, para como nas madeiras de lei, surgirem e destacarem-se em lindíssimos e riquíssimos desenhos! Não há portanto, motivo para que o belo sexo paraibano não ombre com os mais distintos das províncias irmãs. (...).

E conclui o artigo:

rebelai-vos, inteligentes leitoras, contra esta funesta maquinação da preguiça e do desleixo (...) para dar aos nossos filhos e parentes o maior de todos os bens – a educação - esse pão de vida das sociedades modernas.¹⁰⁰

A mesma ideia era também encontrada nas propostas de uma educação positivista, vista na época como a mais afinada aos moldes modernos, aquela que construiria uma sociedade mais moderna, conseqüentemente, mais moralizadora. Essa educação moral se ampararia também nos argumentos expostos pelo *Conservador*.

¹⁰⁰ “A Educação Feminina”, *O Conservador*, 29 de setembro de 1875.

Paulatinamente a educação se transformara em uma arma de denúncia contra a situação de desigualdade vivenciada pelas mulheres, que passaram a utilizar a imprensa como veículo de contestação da ordem pré-estabelecida. Mesmo que, inicialmente, objetivando o entretenimento, aos poucos os jornais passaram a ter um tom mais reivindicativo e crítico, tornando-se frente de batalha na divulgação de ideias feministas, muito antes, entretanto, de haver um movimento feminista orgânico, institucional e homogêneo, que só se consolidaria décadas depois.

Muitas das mulheres que passaram a assumir um papel militante em favor dos direitos femininos se aproximaram do movimento abolicionista, entendendo-o como o estopim da dissolução dos princípios conservadores que reafirmavam a desigualdade natural entre indivíduos, rechaçando os argumentos aristotélicos, que presumiam uma incapacidade natural de escravos e mulheres para o exercício pleno da razão. Assim, a defesa da abolição era também uma defesa genérica da igualdade e do combate à naturalização das desigualdades, representando, portanto um movimento contrário à estrutura social antecedente. Neste mesmo sentido, algumas mulheres nortistas do oitocentos participaram da campanha republicana, defendendo ideias democráticas, nas quais depositariam seus anseios por uma efetiva participação política.

Os escritos de Josephyna Álvares de Azevedo são exemplares da reivindicação das mulheres por democracia. Na peça o “Voto Feminino”, a autora clama pela participação, defendendo o direito de voto às mulheres, mesmo que ainda aceitasse que estas não tivessem direito de serem votadas.

A publicação em jornais era intensa no fim do século XIX. Os periódicos criavam um novo espaço de sociabilidade, propagando, muitas vezes, paradigmas liberais que envolviam igualdade de direitos e de participação.

Pode-se afirmar que era impossível acompanhar os debates da época sem passar pelos jornais, pois eles eram os principais veículos para a disseminação de ideias. Os jornais se tornaram tribuna para debates políticos. Todos que empreendiam uma luta político-institucional usavam os jornais como tribuna. Não foi diferente no caso das mulheres, como procurei demonstrar ao trazer a lume algumas pistas acerca das reivindicações femininas, que passavam a se expressar nos jornais aqui utilizados como fontes para expor um quadro em que as ideias libertárias passaram a circular.

Outro elemento importante a permitir a amplificação das reivindicações femininas foi a forte influência das ideias francesas revolucionárias, que contribuíram para o

desencadeamento do ideário republicano democrático, exaltado por alguns grupos de mulheres, como se percebe por meio do ativismo em Pernambuco.

Outra questão que chamo atenção nesse trabalho corresponde ao local onde ocorriam parte importante desses debates. Neste sentido, Evaldo Cabral de Mello, reproduzindo Maria Granham afirma que:

ao passo que ‘as capitâneas do Sul’ eram ‘fortemente monárquicas e muito dedicadas à causa de D. Pedro’, as províncias que haviam ‘estado sob o governo holandês [...] tinham sentimentos decididamente republicanos, reforçados sem dúvida pelo constante intercâmbio com os Estados Unidos (MELLO, 2004, p. 29).

No Norte do Império, mais que o sul, mais próximo às posições da Corte, o republicanismo fez escola, apresentando-se por movimentos que aqueceram o debate político e deram ensejo a ações revolucionárias, como em 1817, em 1824 e em 1848. O ideário republicano, após o longo período de domínio conservador após o regresso Saquarema, a conciliação e a liga progressista, voltou à arena de debate político especialmente nos anos 1870, ganhando intensidade em paralelo à campanha abolicionista. Nesta esteira se fortaleceram também os princípios de defesa da igualdade de gênero, arregimentando as mulheres da região para a campanha republicana.

A tradição republicana da região é exposta por Evaldo Cabral de Mello quando afirma que “ao ruir o regime monárquico de 1889, não havia província do norte que não tivesse a contabilizar contra o que considerava interesses vitais negligenciados pela política de ‘melhoramentos materiais’ da Corte do Rio” (MELLO, 1984, p.191). Isso não quer dizer, entretanto, que não houvesse posicionamentos conservadores, mas é notável a força e o enraizamento que os argumentos republicanos tiveram no Norte em relação à evolução do republicanismo do Sul.

A partir dos textos escritos por mulheres, nos jornais paraibanos e pernambucanos da época, é possível perceber que havia um anseio pela República como um instrumento de redenção das mulheres em relação à tradicional subordinação aos homens, desta forma, a República seria um meio para a emancipação feminina e afirmação da individualidade da mulher cidadã. No início do século XX, a defesa da participação política feminina se

intensificou e ganhou alguma organicidade, com pode ser verificado com a fundação da Liga pelo Progresso Feminino em 1918.¹⁰¹

A Liga, em 1922, transformou-se na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino no mesmo ano em que se organizou o Iº Congresso Internacional Feminista, no Rio de Janeiro. A agitação conduziu, em 1927, ao primeiro voto feminino no país, da professora Celina Guimaraes, do Rio Grande do Norte. Logo outras mulheres também conquistariam o mesmo direito, começando, ainda de forma discreta, a participar efetivamente da vida política nacional.

Finalmente, em 1932, além de estabelecer a obrigatoriedade e o sigilo do voto, o Código Eleitoral garantiu, por meio da proporcionalidade, a representação das minorias, ao introduzir a representação profissional, de cunho corporativista, e criou a Justiça Eleitoral, reconhecendo a extensão do direito político às mulheres, corroborado pela Constituição de 1934.

O direito ao voto estava doravante assegurado às mulheres. O caminho traçado pela luta em favor de igualdade política de gênero, entretanto, não foi retilíneo. Modelada na própria ambigüidade que parece constitutiva do mundo moderno – entre a ordem privada e sua expressão na esfera pública – a história política da extensão do direito à voz e ao voto feminino pressupunha o princípio do indivíduo como valor. Mas é importante que seja lembrado que as conquistas do século XX só foram possíveis pois um longo caminho havia sido percorrido no debate público, no qual se destacaram especialmente as mulheres¹⁰² das províncias do Norte que, imbuídas de espírito revolucionário, abolicionista, republicano e democrático, reproduzia ao mesmo tempo os ecos das Revoluções burguesas clássicas e daquelas vivenciadas em Pernambuco desde o início do século XIX.

Neste processo de luta pela conquista de direitos, várias mulheres foram às ruas, às tribunas, aos jornais, defender a causa feminina. Muitas foram às mulheres que, tomadas por esse espírito revolucionário, adquiriram notoriedade ainda na transição do século XIX para o XX. Neste contexto destacaram-se alguns ícones como Bárbara Alencar, avó de José de Alencar, considerada por Inês Sabino a “Stael brasileira”, a primeira mulher presa por

¹⁰¹ A Liga reuniu, neste ano, um grupo de mulheres no Rio de Janeiro em torno de Berta Lutz, primeira mulher a ocupar uma cadeira na Câmara de Deputados. Ganhando a primeira suplência em 1932, ocupou de fato a cadeira em 1936, em virtude da morte do titular, deputado Candido Pessoa. De forte influência católica e preocupada em estender o direito de voto às mulheres, a ação da Liga sensibilizou o senador Justo Chermont, que em 1919 apresentava projeto de lei estendendo o direito de voto às mulheres. Projeto, então, vencido, como o fora, no mesmo ano, a mesma proposição na França, também vinculada ao pensamento católico (ARAUJO, 2003).

¹⁰² Ressaltando que as mulheres tratadas nesse trabalho faziam parte de uma elite letrada específica, mas foi a partir das reivindicações delas, por participação política, que houve uma ampliação na conquista de direitos das mulheres como um todo.

questões políticas no Brasil. Aos 57 anos Bárbara engajou-se na Revolução pernambucana de 1817, “defendendo a independência e as ideias republicanas”. Outra mulher destacada na luta revolucionária foi Maria Quitéria, do sertão baiano, que ao ouvir sobre a opressão colonial e ideias de emancipação política, alistou-se no exército da independência, assim como Maria Amália de Rego Barreto, que saiu do interior de Pernambuco para compor as tropas na luta contra o Paraguai, e Antonia Alves Feitosa, conhecida como Jovita, que saiu do interior do Piauí para compor as tropas brasileiras no palco da guerra. Essas mulheres cortaram os cabelos, vestiram calças e camisas masculinas, colocaram chapéus de couro e, disfarçadas de homens, se apresentaram como “voluntários da pátria”. Quando descobertas serviram de exemplo, de força e coragem, ficando na lembrança de outras, encorajadas à luta política. (PRADO &FRANCO, 2012, pp. 196-201)

Como se procurou demonstrar, a história das mulheres no Norte é significativa e merece estudos mais aprofundados, os quais resgatem as trajetórias daquelas que militaram em favor da igualdade e da justiça social. Embora a historiografia clássica foque especialmente o ambiente da Corte, é notória a participação ativa das nortistas na defesa de um processo de mudança que começa a se configurar ainda no final do oitocentos, acompanhando a decadência da família patriarcal, da abolição e da República. Demonstra-se, assim, que estas mulheres do Norte foram protagonistas de sua história, ampararam o fortalecimento do movimento que, mais tarde, ganhou organicidade e força suficientes para empreender novas e continuas batalhas pela liberdade e pela igualdade.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, José de. Do Voto In: CANÊDO, Letícia Bicalho (org). **O sufrágio Universal e a invenção democrática**. São Paulo: Estação Liberdade, 2005. pp.65-104.

ALONSO, Angela. **Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AMARAL, João Seabra do. **O Sussurro e o Grito de Mary Wollstonecraft**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Estudos em homenagem a Margarida Llosa, 2006. pp.53-64. Disponível em <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4216.pdf>> Acessado em 15 de out. de 2012.

ARAUJO, Rita de Cássia Barbosa de. O Voto de Saias: a Constituinte de 1934 e a participação das mulheres na política. **Estudos Avançados** 17 (49), 2003. pp. 133-150 Disponível em Scielo acessado em: 10, jul de 2012.

ARENDT, Hannah. **A promessa da política**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2010.

BARRETO, Tobias. **Estudos de Sociologia**. Rio de Janeiro: INL/Mec, 1962.

BASTOS, Élide Rugai; BOTELHO, André. Para uma sociologia dos intelectuais. **Dados**, vol. 53, nº4, Rio de Janeiro, 2010. pp. 889-919.

BRANDÃO, Gildo Marçal. **Linhagens do pensamento político brasileiro**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Ed, 2007.

COELHO, Nelly Novaes. (s/d), A Emancipação da Mulher e a Imprensa Feminina: século XIX. Publicado na revista **Kplus**, número 28, s/d. Disponível em: <http://www.kplus.com.br/indice_geral.asp?rv=Literatura> Acessado em 10 de maio de 2010.

COMPARATO, K. In FAORO, R. **A República Inacabada**, São Paulo: Globo, 2007. pp. 7-24.

COSTA, Carlos Roberto da. A revista no Brasil, o século XIX. 2007. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <HTTP://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-24042009-152705/>. Acesso em: 15, jul. de 2012.

CURY, Claudia Engler; PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira (org.). **Coleção Documentos da Educação da Paraíba – Leis e Regulamentos da Instrução da Paraíba no Período Imperial**,– INEP, Brasília –DF, 2004. Disponível em: <www.publicacoes.inep.gov.br> acessado em 5, jun de 2012.

DIAS, Maria Odila Silva. A interiorização da Metrópole (1808-1853). In. MOTA, C. G. **1822: dimensões**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1972. pp. 160-187.

DUARTE, Constância Lima. Nísia Floresta Brasileira Augusta: pioneira do feminismo brasileiro- séc. XIX. **Revista Litcut.net**, ano 1, vol. 1, 1997. Disponível em: <http://www.litcult.net/revistamulheres_vol1.php?id=7>. Acesso em jul. 2007

_____. Nísia Floresta e mulheres de letras no Rio Grande do Norte: pioneiras na luta pela cidadania. In. SOIHET, Rachel. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 13 (1): 179-199, 2005. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ref/v13n1/a16v13n1.pdf> Acessado em 20 de outubro de 2012.

DUMONT, Louis. **O Individualismo**: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Tradução de Álvaro Cabral, Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**, vol. 1: uma história dos costumes, Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FAORO, R. **A República Inacabada**, São Paulo: Globo, 2007. pp. 25-165.

FERRAZ, Socorro. **Liberais & Liberais**: guerras civis em Pernambuco no século XIX. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996.

FERREIRA, Luzilá Gonçalves. Maria Augusta Meira de Vasconcelos - A deputada que não foi. In **Presença Feminina**, s/d. Disponível em: <<http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/perfil/presencafeminina/MAugustaMVasconcelos.html>> acessado em 10, dez de 2012.

FERREIRA, Luzilá Gonçalves; ALVES, Ivia; FONTES, Nancy Rita. **Suaves amazonas**: mulheres e abolição da escravidão no Nordeste. –Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1999.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. **A Evolução do Sistema Eleitoral Brasileiro**. Brasília: Senado Federal, 2001.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho, As ideias estão no lugar. **Cadernos de Debate**. História do Brasil, vol.1, São Paulo, Brasiliense, 1976. pp.61-64.

GASPAR, Lúcia. Clube do Cupim. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, s/d. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 10, dez. 2012.

GOUGES, Olympe. Declaração dos direitos da mulher e da cidadã: para deliberar nas últimas sessões da assembléia nacional na próxima legislatura. In: BONACCHI,G; GROPPI,A. **O dilema da cidadania**: direito e deveres das mulheres, São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995. pp. 297-312.

HAHNER, June E. Escolas mistas, escolas normais e coeducação do magistério no século XIX. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 19 (2): 336, maio/ ago, 2011. pp. 467-474

IANNI, Octavio (Org.) Como se pensa?.**Lua Nova**, nº54, 2001.pp. 43-86

_____. Tipos e mitos do pensamento brasileiro. **RBCS**,vol.17, nº 49, jun, 2002 pp. 176-187.

KOHN, Jerome. Introdução. In: ARENDT, Hannah. **A promessa da política**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2010. pp. 7-38.

LAMONIER, B. "Formação de um pensamento político autoritário na primeira república. Uma interpretação". In: Holanda, Sérgio Buarque. **História da civilização brasileira – O Brasil Republicano**, tomo III (Sociedade e Instituições – 1889-1930), São Paulo: Difel, 1985.

LESSA, Renato. Da arte de fazer boas perguntas. In: IANNI, Octavio (Org.) Como se pensa?. **Lua Nova**, nº54, 2001. pp. 45-54

MELLO, Evaldo Cabral. **A outra independência: o federalismo pernambucano de 1812 a 1824**. São Paulo: Ed. 34, 2004.

_____. **O Norte agrário e o Império: 1871-1883**. Rio de Janeiro/Brasília: Nova Fronteira/INL, 1984.

MIRANDA, Anadir dos Reis. **Mary Wollstonecraft e a reflexão sobre os limites do pensamento liberal e democrático a respeito dos direitos femininos (1759 – 1797)**. Curitiba: Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2010. Disponível em <<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/25030/Versao%20pos.pdf?sequence=1>> 10 de agosto de 2012.

MOTA, Carlos Guilherme. **1822 Dimensões**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1972. pp. 205-230.

MUZART, Z. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. **Revista Estudos Femininos**. vol. 11, nº. 1, Florianópolis, jun. 2003. Consultado no site Scielo em 15 jul. de 2011, pp. 225-233.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Corcundas e constitucionais: cultura e política (1820-1823)**. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003.

OLIVEIRA, Karina da Rocha. **Josephina Álvares de Azevedo: a voz feminina no século XIX através das páginas do Jornal A Família**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/MINC, Programa Nacional de Apoio à Pesquisa, 2009.

PATEMAN, C. **O Contrato Sexual**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História**. Tradução de Denise Bottmann, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **História das Mulheres no Ocidente, Vol. 4: O século XIX**. Porto, Edições Afrontamento, 1991.

POCOCK, J. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

PRADO, Maria Ligia; FRANCO, Stella Scatena. Participação feminina no debate público brasileiro. In: PINSKI, C. Bessanezzi; PEDRO, J. Maria (Orgs). **Nova História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012. pp. 194-217.

RIBEIRO, Gladys Sabina. Nação e cidadania no jornal O Tamoio: Algumas considerações sobre José Bonifácio, sobre Independência e a Constituinte de 1823. In: RIBEIRO, G. (Org.). **Brasileiros e cidadãos: modernidade política 1822-1930**. São Paulo: Alameda, 2008. pp. 37-65.

RIOS, Dermival Ribeiro. **Grande Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo, Ed. DCL (Difusão Cultural do Livro), 2009.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, Vol. 15, nº 30, 1995. pp. 9-22.

SAES, D. A. M. A questão da Evolução da Cidadania Política no Brasil. In: **Estudos Avançados**, 15 (42), 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n42/v15n42a21.pdf>>, acessado em 18, ago. de 2012, pp. 379-410.

SANTOS, W. G. dos. **Ordem burguesa e liberalismo político**. São Paulo, Duas Cidades, 1978.

SCHWARCZ, L.; BOTELHO, A. Simpósio: Cinco questões sobre o pensamento social brasileiro. **Lua Nova**, 82, 2011. Pp.139-159.

SCHWARZ, R. **Cultura e Política**, São Paulo: Paz e Terra, 2005.

SILVA, Carolina Paes Barreto da. Direitos, liberdade e cidadania no jornal O Repúblico (1830-1831). In: RIBEIRO, G. (Org.). **Brasileiros e cidadãos: modernidade política 1822-1930**. São Paulo: Alameda, 2008. pp. 379-393.

SIMÕES, David Soares. **O voto: forma e princípio. O sistema representativo de José de Alencar**. Trabalho de Conclusão de Curso, Departamento de Ciências Sociais, UFPB, 2007.

SLEDZIEWSKI, Élisabeth G. Revolução Francesa: A viragem. In DUBY, Georges & PERROT, Michelle. **História das Mulheres no Ocidente**. Porto: Edições Afrontamento, vol. 4, 1991. pp. 41-57.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

STUART MILL, J. **O Governo Representativo**. tradução de E. Jacy Monteiro São Paulo: Ibrasa, 1983.

TOCQUEVILLE, A. (2000) **A Democracia na América**: sentimentos e opiniões: de uma profusão de sentimentos e opiniões que o estado social democrático fez nascer entre os americanos, São Paulo: Martins Fontes, 2000.

VAINSENCER, Semira Adler. **Maria Amélia de Queirós**. Acervo da Secretaria da Mulher do Estado de Pernambuco, s/d. Disponível em <www2.secmulher.pe.gov.br/web/secretaria-da-mulher/mulher15> Acessado em 10, dez. de 2012.

_____. José Mariano. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, s/d. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 10, dez. de 2012.

Jornais:

Arauto Parahybano, Parahyba do Norte, 29 de abr. de 1888.

Arauto Parahybano, Parahyba do Norte, 06 de mai. de 1888.

Arauto Parahybano, Parahyba do Norte, 20 de mai. de 1888.

Arauto Parahybano, Parahyba do Norte, 27 de mai. de 1888.

Arauto Parahybano, Parahyba do Norte, 12 de junho de 1888.

Arauto Parahybano, Parahyba do Norte, 28 de junho de 1888.

Arauto Parahybano, Parahyba do Norte, 26 de julho de 1888.

Arauto Parahybano, Parahyba do Norte, 19 de agosto de 1888.

Areiense, Areia, s/n, 07 de abr. de 1888.

Diário da Parahyba, Parahyba do Norte, 29 de setembro de 1885.

Diário da Parahyba, Parahyba do Norte, de 15 de mai. de 1888.

Diário da Parahyba, Parahyba do Norte, de 01 de set. de 1888.

Emancipador, Parahyba do Norte, 28 de abr. de 1883.

Gazeta da Parahyba, Parahyba do Norte, 12 de julho de 1888.

Gazeta da Parahyba, Parahyba do Norte, de 13 de julho de 1888.

Gazeta da Parahyba, Parahyba do Norte, de 15 de julho de 1888.

Gazeta da Parahyba, Parahyba do Norte, de 18 de julho de 1888.

Gazeta da Parahyba, Parahyba do Norte, 20 de julho de 1888.

Gazeta da Parahyba, Parahyba do Norte, de 25 de julho de 1888

Gazeta da Parahyba, Parahyba do Norte, de 26 de julho de 1888.

Gazeta da Parahyba, Parahyba do Norte, de 27 de julho de 1888.

Gazeta da Parahyba, Parahyba do Norte, de 28 de julho de 1888.

Gazeta da Parahyba, Parahyba do Norte, 09 de agosto de 1888.

Gazeta da Parahyba, Parahyba do Norte, de 12 de agosto de 1888.

Gazeta da Parahyba, Parahyba do Norte, de 22 de agosto de 1888.

Gazeta da Parahyba, Parahyba do Norte, de 25 de agosto de 1888.

Gazeta da Parahyba, Parahyba do Norte, de 26 de agosto de 1888.

Gazeta da Parahyba, Parahyba do Norte, de 29 de agosto de 1888.

Gazeta da Parahyba, Parahyba do Norte, de 01 de setembro de 1888.

Jornal da Parahyba, Parahyba do Norte, 29 de set. de 1863.

Jornal das Senhoras, Rio de Janeiro, de 01 de jan. de 1852, disponível em :
http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/per700096/1852/per700096_1852_01.pdf

O Conservador, Parahyba do Norte, 29 de set. de 1875.

O Despertador, Parahyba do Norte, 21 de abr. de 1866.

O Popular, Parahyba do Norte, 10 de maio de 1884,

O Sorriso, Parahyba do Norte, mar. de 1887.

Verdade, Areia, de 02 de mar. de 1884.

Verdade, Areia, 06 de mai. de 1888.

Verdade, Areia, em 08 de out. de 1889,

Verdade, Areia, de 30 de novembro de 1889.

Verdade, Areia, de 02 de julho de 1892.

Verdade, Areia, de 21 de julho de 1892.

Verdade, Areia, de 6 de outubro de 1892.

Verdade, Areia, de 22 de outubro de 1892.

Verdade, Areia, de 10 de novembro de 1892.

Verdade, Areia, de 15 de novembro de 1892.

Verdade, Areia, 19 de novembro de 1892.

Verdade, Areia, 15 de jun. de 1893